



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## **PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº. 002/2019** **Tomada de Preços 001/2019**

Processo Administrativo de Licitação nº. 002/2019.  
Exercício: 2019  
Unidade requisitante: Tesouraria  
Modalidade: Tomada de Preços  
Tipo de Licitação: menor preço global  
Tomada de Preços: 001/2019  
Data de autuação: 24 de julho de 2019.  
Data da abertura das propostas: 15 de agosto de 2019 – 09h00m.

### **HISTÓRICO**

Contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria externa independente, compreendendo auditoria nas contas e procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios de 2017/2018/2019, auditoria na prestação de contas do executivo municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, auditoria na execução de despesa conforme procedimentos licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.



### **AUDITORIA**

#### ***Dotação Orçamentária:***

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO / SICOM		NOMENCLATURA
01.01.01.01.031.0001.2002. 3.3.90.35.01 (F12)	1	Recursos do Exercício Corrente	Outros serviços/Pessoa Jurídica
	00	Recursos Ordinários	

**Responsável: Comissão Permanente de Licitação**

### **CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO**

Eu, **Geralda Pinto Mascena** – Presidente da Comissão Permanente de Licitação, certifico que aos 24 (vinte quatro) dias do mês de julho de 2019, na sala do Sala de Licitação, autuei o presente Processo (parte interna), com os autos que o instruem e, para constar, como Presidente da CPL, faço esta autuação.

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



**Ofício nº: 09/2019**

**Serviço: Tesouraria**

**Assunto: Serviços de Auditoria Pública**

**Data: 22 de julho de 2019.**

**Srº Presidente,**

Cumprimento Vossa Excelência e venho respeitosamente através desde solicitar que seja tomada as devidas providencias para abertura de procedimento administrativo de licitação para a contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

O valor estimado para a contratação dos serviços está estimado em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). O valor médio foi com base nas cotações de preços, conforme anexo a este pedido.

Peço que aprove nosso pedido e solicitamos que seja licitado de forma global na modalidade Tomada de Preços, conforme prevê o § 2º do art. 22 da Lei Federal 8.666/93.

Informamos que faz juntada a este ofício: modelo de cotação de preços, três orçamentos e Termo de Referência/Projeto Básico.

Espero ser atendido ao solicitado, e nos colocamos a disposição.

Cordialmente,

*Francisco Rib. da Fonseca*  
**Francisco Ribeiro da Fonseca**  
Tesoureiro

**Ao**

**Sr. Odécio Bibiano da Silva**  
**Vereador Presidente**



Inserir Timbre



## COTAÇÃO DE PREÇOS

À Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG

Empresa: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

**Objeto:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL</b>  a) Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.	Meses	05		
02	<b>AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.</b>  a) Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais	Meses	05		



	<p>legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:</p> <p><b>a1)</b> Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);</p> <p><b>a2)</b> Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);</p> <p><b>a3)</b> Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;</p> <p><b>a4)</b> Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.</p>				
03	<p><b>AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017 / 2018 / 2019:</b></p> <p><b>a)</b> Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200; <b>b)</b> Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.</p>	Meses	05		

**Valor Global da Proposta:** \_\_\_\_\_

**Validade do Orçamento:**

Carimbo e assinatura



## ORÇAMENTO

**Att:** Câmara Municipal de Divinolândia - MG

**Empresa:** RPS RIOS PROJETOS E SISTEMAS.

**Objeto:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL a) Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.	MESES	05	4.000,00	20.000,00
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL. a) Análise em procedimentos licitatórios do executivo	MESES	05	4.000,00	20.000,00

	<p>municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:</p> <p><b>a1)</b> Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);</p> <p><b>a2)</b> Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);</p> <p><b>a3)</b> Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;</p> <p><b>a4)</b> Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao</p>				
--	---	--	--	--	--





Rios Projetos e Sistemas



	objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.				
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017 / 2018 / 2019: a) Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;  b) Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.	MESES	05	3.400,00	17.000,00

Valor da Proposta R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais)

Validade da proposta 90 DIAS

22/05/19 Belo Horizonte

**Farlei Franco**  
**Gerente de Negócios**  
**31 984649775**  
**[farleifranco@rps.com.br](mailto:farleifranco@rps.com.br)**

**66 289 505/0001-26**

**RPS RIOS PROJETOS E SISTEMAS LTDA - EPP**

**Av. Prudente de Moraes, 287 - Sis. 1201 a 1205**

**B. Santo Antônio - CEP 30350-093**

**BELO HORIZONTE - MG**



## ORÇAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

Razão Social: JMS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA		
CNPJ: 02.031.867/0001-30		
Endereço: RUA JOAO RIBEIRO, 372 – SANTAN EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG		
CEP: 30.260-110		
Telefone: (31) 3481-2015		
E-mail: ATENDIMENTO@JMSBHZ.COM.BR / PUBLICOBHZ@YAHOO.COM.BR		
BANCO: Banco do Brasil	CONTA: 17392-4	AGÊNCIA: 3495-9

**OBJETO:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	TOTAL
1	<b>ITEM 01 - AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL</b> a) Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.	Serviço	R\$20.000,00
	<b>ITEM 02 - AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:</b>		R\$21.000,00





a) Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:

a1) Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);

a2) Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);

a3) Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;

a4) Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.

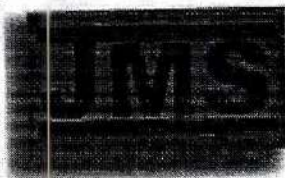
**ITEM 03 - AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017 / 2018 / 2019:**

a) Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;

b) Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os

R\$19.000,00





**ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA**  
Consultoria, Auditoria e Informática P/ Municípios



procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.		
---	--	--

**VALOR POR ITEM**

- 1º Item: 20.000,00 (Vinte mil reais)  
2º Item: 21.000,00 (Vinte e Um mil reais).  
3º Item: 19.000,00 (Dezenove mil reais).

**VALOR TOTAL**

R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Propomos que os pagamentos sejam efetuados da seguinte forma:

- 50% após a assinatura do contrato.
- 50% após a entrega do relatório.

**DO PRAZO DA VALIDADE DA PROPOSTA**

Esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos protestos de apreço e elevado respeito, colocando-nos desde já à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente

Belo Horizonte, 09 de Julho de 2019.

**JMS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.**  
José Miguel de Souza Vieira Filho  
CNPJ: 02.031.867/0001-30

**02.031.867/0001-30**

JMS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.  
Rua João Ribeiro nº 372 - 1º Andar  
B. Santa Efigênia - CEP 30.260-110  
**BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS**





## ORÇAMENTO



**Para:** Câmara Municipal de Divinolândia - MG

**Empresa:** DSA Assessoria e Consultoria EIRELI EPP

**CNPJ:** 08.254.076/0001-55

**Endereço:** Rua Diamantina, nº 231 – Centro de Itamarandiba/MG

**Telefone:** 38 3521-1857 E-mail: [atendimento@dsaconsultoria.com.br](mailto:atendimento@dsaconsultoria.com.br)

Itamarandiba/MG, 11 de Julho de 2019.

**Objeto:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL  a) Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão	MESES	05	4.200,00	21.000,00



	do parecer prévio.				
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL. a) Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo: a1) Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação); a2) Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório	MESES	05	4.600,00	23.000,00





	<p>(prazo de publicação);</p> <p><b>a3)</b> Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;</p> <p><b>a4)</b> Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.</p>				
03	<p>AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017 / 2018 / 2019:</p> <p><b>a)</b> Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;</p> <p><b>b)</b> Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de</p>	MESES	05	3.800,00	19.000,00



Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.				
--	--	--	--	--

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:** R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais)

Validade do Orçamento 60 dias.

  
**David Sena de Aguiar**  
Advogado - OAB/MG 89.856

**08.254.076/0001-55**

**DSA - ASSESSORIA  
E CONSULTORIA EIRELI - EPP**

Rua Diamantina, 231 - Andar 1 - B.: Centro  
Cep: 39.100-000 - Diamantina - MG





## **TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO**

**Termo de referência:** 09/2019

**Órgão solicitante:** Tesouraria

**Objeto:** Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PROJETO BÁSICO

### 1 - OBJETO

Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal nos Exercícios 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e Auditoria na execução de despesa, conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

### 2 - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

O objeto do presente Termo de Referência será dividido em 03 (três) itens, da seguinte forma:

#### **ITEM 01 - AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**

a) Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.

#### **ITEM 02 - AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

a) Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:

a1) Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);

a2) Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);

a3) Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;

a4) Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas.





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.

## **ITEM 03 - AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018/2019:**

- a) Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;
- b) Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.

### **3 - DA JUSTIFICATIVA**

O Poder Legislativo, representante do povo, tem como obrigação a fiscalização dos atos do Executivo, em especial dos atos que envolvem o emprego de dinheiro público. Todavia, referida fiscalização demanda olhar técnico e profissionais com a expertise necessária para avaliar diversas situações, olhar este que foge ao conhecimento cotidiano do corpo de funcionários da Câmara Municipal, motivo pelo qual a terceirização dos referidos serviços é extremamente necessária.

A contratação de serviços profissionais de auditoria independente especificados no presente Termo, além de estar seguindo os diplomas legais que regem as contratações públicas, não se restringem à análise apenas dos atos do Executivo, mas também de auditoria das atividades do legislativo, objetivando a transparência desta colenda casa, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e administração e de suas normas técnicas; promovendo a eficiência administrativa e o correto emprego dos recursos públicos.

### **4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** A empresa CONTRATADA deverá apresentar relatórios das análises realizadas, fazendo todos os apontamentos necessários, sendo que os relatórios devem ser objetivos e de fácil compreensão.

**4.2.** A cada visita realizada à sede da Câmara Municipal para a prestação dos serviços, os técnicos da CONTRATADA deverão emitir relatório de visita, apontando todos os serviços prestados no período da visita.

### **5 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**5.1.** O objeto deste Termo de Referência deverá ser prestado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas ou outro local designado pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma apresentado por esta, devendo os serviços estarem concluídos até 31 de dezembro corrente.

**5.2.** A CONTRATADA deverá obedecer toda a legislação trabalhista e seus empregados, e, quando em atividade nas dependências da Câmara, as normas internas da CONTRATANTE.





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



### 6 - VIGÊNCIA CONTRATUAL

**6.1.** O objeto do presente Termo de Referência deverá ser executado até 31 de dezembro corrente, a contar da data de assinatura do contrato, podendo haver prorrogação do mesmo, pelo período de até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

### 7 - DA FORMA DE PAGAMENTO

**7.1.** O pagamento pela prestação dos serviços será realizado de forma mensal, devendo ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura.

### 8 - DA EQUIPE TÉCNICA

**8.1.** A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para execução dos serviços os seguintes profissionais:

No mínimo 01 (um) profissional devidamente registrado no CRC/MG - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, 01 (um) profissional devidamente registrado no CRA/MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais.

### 9 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A SER EXIGIDA NA HABILITAÇÃO

**9.1.** A (s) empresa (s) interessadas em concorrer para o objeto que se pretende contratar deverão estar devidamente regulares com relação à situação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, devendo ainda possuir qualificação técnica para a execução dos serviços, comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

#### **9.1.1. Tanto para o Item 01, quanto para o item 02:**

**9.1.1.1.** Atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços compatíveis com o objeto devendo comprovar no mínimo:

**9.1.1.2.** Comprovação de registro e regularidade da empresa perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG e perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Não sendo a empresa sediada no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar a prova de registro e regularidade perante o CRC e o CRA do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG e no CRA/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.3.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG;

**9.1.1.4.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



**OBS:** Sendo o profissional registrado em outro estado, deverá ser apresentada a prova de registro e regularidade perante o CRC do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.5.** Comprovação da existência de profissional(is) com a(s) Especialização(ões):

- a) Especialização em Contabilidade podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- b) Especialização em Administração, podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

**9.2.** A comprovação de vinculação entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante, deverá ser feita mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, devidamente registrado em Cartório ou anotações na CTPS ou registro de empregados e sendo o profissional integrante do quadro societário da empresa, deverá ser apresentado a documentação de constituição da licitante, sendo que a comprovação de vínculo será exigida para fins de **ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.

### 10 - DA FORMA DE EXECUÇÃO E MODALIDADE LICITATÓRIA

**10.1.** O regime de execução será da forma indireta de empreitada por preço global.

**10.2.** Devido à especificidade dos serviços que exigem empresas devidamente qualificadas tecnicamente, sugere-se a modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, para escolha da proposta mais vantajosa pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

### 11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

**11.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;
- c) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



**11.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

**11.4.** A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**11.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobrada judicialmente.

---

## 12 - DAS OBRIGAÇÕES

---

### 12.1. DA CONTRATADA

**a)** Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.

**b)** Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.

**c)** Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

**d)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**e)** Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

**f)** Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.

**g)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**h)** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)** Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução deste Contrato.

**j)** Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

### 12.2. DA CONTRATANTE

**a)** Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

### **13 - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**13.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**13.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**13.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.** Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

### **14 - DAS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**14.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**14.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:

- a)** o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b)** o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c)** o atraso injustificado no início do serviço;
- d)** a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e)** o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f)** o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- g)** a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h)** a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i)** a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j)** razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- k)** a supressão, por parte da Administração dos serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- l)** o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública,



## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

### 14.3. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, desde que haja motivo justificado;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

14.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## 15 – DO VALOR MÁXIMO

15.1. Fica estabelecido o limite máximo nesta licitação, nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/ 2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 22 de julho de 2019.

  
Francisco Ribeiro da Fonseca  
Tesoureiro





CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DESPACHO PARA CONTABILIDADE**

Nos termos do pedido do setor de tesouraria do Poder Legislativo, solicitamos que seja verificado a disponibilidade orçamentaria para custear as despesas com prestação de serviços de auditoria externa independente, compreendendo auditoria nas contas e procedimentos da Câmara Municipal nos exercícios 2017/2018/2019, auditoria na prestação de contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e auditoria na execução de despesa, conforme procedimentos licitatórios indicados pelo legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 22 de julho de 2019.

  
**Odécio Bibiano da Silva**  
Vereador Presidente

**Protocolo de recebimento**

Às ..... de ..... de 201....., atesto o recebimento.

Contabilidade



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CERTIDÃO**


**CERTIFICA EXISTÊNCIA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Eu Carlos Antônio dos Santos, inscrito no CPF sob o nº.: 038.358.166-40, responsável pela contabilidade da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, consoante despacho recebido e disposições legais, especialmente do art. 14 da Lei 8.666/93 e 60 da Lei 4.320/64, CERTIFICO para os devidos fins de prova junto a Comissão de Compras e Licitação, que encontra-se devidamente inclusa no orçamento municipal do exercício de 2019, a dotação orçamentária para fazer face às despesas quanto a contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, no valor estimado de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), abaixo especificado:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO / SICOM		NOMENCLATURA	ORÇADO	SUPLEMENTAÇÃO	SALDO
01.01.01.01.031.0001.2002.3.3.90.35.01 (F12)	1	Recursos do Exercício Corrente	Outros serviços/Pessoa Jurídica	58.000,00	2.000,00	60.000,00
	00	Recursos Ordinários		Saldo Total:		60.000,00

A presente certidão confirma a existência de dotação orçamentária e a reserva de valores orçamentários. Caso necessite de suplementação, será através de emissão do Decreto e só ocorrerá quando for emitido o documento de empenho.

Por ser verdade, firmo a presente em duas vias de igual teor e forma para um só efeito.

  
**Carlos Antônio dos Santos**  
**CPF: 038.358.166-40**





CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



GABINETE DO PRESIDENTE  
DECLARAÇÃO FORMAL DO ORDENADOR DA DESPESA

Pelo presente instrumento, o Presidente da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, Sr<sup>o</sup>. Odécio Bibiano da Silva, diante das informações obtidas da Secretaria Geral desta Casa Legislativa, no pleno gozo de suas atribuições, considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, Declara, sob as penas da Lei, que a despesa com a prestação de serviços de auditoria externa independente, compreendendo auditoria nas contas e procedimentos da Câmara Municipal nos exercícios 2017/2018/2019, auditoria na prestação de contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e auditoria na execução de despesa, conforme procedimentos licitatórios indicados pelo legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, está compatibilizada às três instâncias básicas do processo orçamentário são:

- ✓ Lei Orçamentária;
- ✓ Lei de Diretrizes;
- ✓ Lei do Plano Plurianual;
- ✓ Despesa de competência do ente licitante, destinado à manutenção de suas atividades administrativas.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 23 de julho de 2019.

  
**Odécio Bibiano da Silva**  
Vereador Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**GABINETE DO VEREADOR PRESIDENTE**  
**AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO**

Para Comissão de Licitação

Tendo em vista a solicitação da Secretária Geral, solicitando procedimentos para licitar a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria externa independente, compreendendo auditoria nas contas e procedimentos da Câmara Municipal nos exercícios 2017/2018/2019, auditoria na prestação de contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e auditoria na execução de despesa, conforme procedimentos licitatórios indicados pelo legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador. Após análise da documentação apresentada, **DETERMINO e CONVOCO:**

A Presidente da CPL Sr<sup>a</sup>. Geralda Pinto Mascena, para realizar os procedimentos necessários para prestação dos serviços, bem como os demais membros da Comissão Permanente de Licitações para dar o suporte necessário, ajudar na feitura de edital, obedecendo os dispostos na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Determino, ainda que, de acordo com o art. 38, inciso IV e parágrafo único da Lei 8.666/93, fica convocada a Assessoria Jurídica analisar Minuta de Edital e emitir parecer afirmando se os procedimentos legais foram devidamente obedecidos.

Determino ainda que o procedimento administrativo de licitação deverá seguir na modalidade sugerida pela requisitante, ou seja na modalidade tomada de preços por menor preços "*global*", salvo posicionamento contrário da assessoria jurídica.

Encaminho anexos a esta Ordem de Abertura os seguintes documentos:

- ✓ Ofício de solicitação de contratação do objeto;
- ✓ Termo de Referência/Projeto Básico;
- ✓ Cotações de Preços.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 23 de julho de 2019.

  
**Odécio Bibiano da Silva**  
Vereador Presidente

Protocolo de recebimento

Às ..... de ..... de 201....., atesto o recebimento.

.....  
Presidente da CPL

Protocolo de recebimento

Às ..... de ..... de 201....., atesto o recebimento.

.....  
Assessor Jurídico





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



## **AUTUAÇÃO**

Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de julho de 2019, na sala das Comissões da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, eu, **Geralda Pinto Mascena** – Presidente da CPL autuei os documentos que foram apresentados.

- Ofício de solicitação e termo de referência/Projeto Básico onde o mesmo informa as dotações orçamentárias e Recursos Orçamentários para custar as despesas para o exercício de 2019;
- Três Orçamentos;
- Declaração do ordenador da despesa;
- Deferimento e Ordem de Abertura do Processo administrativo licitatório.

Declaramos que o procedimento administrativo será inserido no rol de licitação, e receberá o nº. processo administrativo de licitação nº. 02/2019, tomada de preços nº. 001/2019 e faremos juntada ainda do ato de nomeação da comissão de licitação (*Portaria nº 10/2019*).

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 24 de julho de 2019.

  
**GERALDA PINTO MASCENA**  
Presidente da CPL



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº: 10/2019**

*Portaria*  
01 *Lacerano* 19  
15 *Lacerano* 19  
*R. Aguiar*

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS PARA O EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Presidente da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas/MG, Senhor Odécio Bibiano da Silva, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artigo 19, inciso IX e Art. 112 do Regimento Interno da Câmara e nos dispositivos constantes na Lei Orgânica Municipal, bem como no Art. 51 da Lei Federal nº: 8666, de 21 de junho de 1993 e demais alterações legais em vigor,  
**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam designados a comporem a Comissão Permanente de Licitação desta Câmara Municipal para o exercício de 2019 e Janeiro de 2020, sem prejuízo de suas atribuições, os seguintes Vereadores:

Presidente: Geralda Pinto Mascena  
Secretário: Osvânio Ferreira dos Santos  
Membro: Francisco Ribeiro da Fonseca

**Parágrafo Único:** Nos casos previstos no Art. 51, § 1º, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, que diz respeito às licitações na modalidade Convite nas pequenas Unidades Administrativas em face da exiguidade de pessoal disponível, fica designado o servidor Francisco Ribeiro da Fonseca para substituição da Comissão Permanente de Licitações.

**Art. 2º** - Fica designado como Pregoeiro desta Câmara, a servidora Geralda Pinto Mascena, para o exercício de 2019 e Janeiro de 2020, sem prejuízo de suas atribuições, e os seguintes servidores para comporem a equipe de apoio:  
Secretário: Osvânio Ferreira dos Santos, Membro: Francisco Ribeiro da Fonseca

**Art. 3º** - O Presidente da Comissão Permanente de Licitações ou Pregoeiro, em seus impedimentos, será substituído por um dos membros da Comissão, indicado através de Portaria pelo Presidente da Câmara Municipal.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**Art. 4º** - Quando necessário, em casos específicos, a Comissão poderá convidar um profissional legalmente habilitado e/ou de notório conhecimento em relação à matéria que envolve a licitação em questão para integrar a Comissão Permanente de Licitação, com aprovação e nomeação pelo Presidente da Câmara, mediante Portaria.

**Art. 5º** - Nos termos do art. 51, da Lei nº 8666/93, compete à Comissão Permanente de Licitação, nomeada através desta Portaria, processar e julgar a inscrição dos interessados em registro cadastral, emitindo-lhes o devido CRC. (Certificado de Registro Cadastral) e promovendo também sua alteração e/ou cancelamento, bem como processar e julgar a habilitação preliminar e as propostas dos licitantes e ainda praticar e executar todos os demais atos que lhes são atribuídos por Lei e/ou por determinação do Presidente da Câmara, que sejam compatíveis com sua natureza.

**Art. 6º** - Os serviços prestados pela Comissão e Pregoeiro não são remunerados, sendo considerados de relevância para a Câmara; exceto em casos especiais, quando então o Presidente da Câmara deverá baixar Portaria fixando os valores.

**Art. 7º** - Os membros titulares, ou membro suplente, esse último no caso de substituição da Comissão de Licitação, responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião da respectiva decisão.

**Art. 8º** - A investidura dos membros da Comissão não excederá a um ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente.

**Art. 9º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, primeiro de fevereiro de 2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

**Odécio Bibiano da Silva**  
Presidente da Câmara





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



### ATA DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO E ELABORAÇÃO DA MINUTA DE EDITAL

Aos 24 (vinte quatro) dias do mês de julho de 2019, às 09h00m, na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, reuniram-se eu, Geralda Pinto Mascena, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, e demais membros da CPL, para análise da Ordem de Abertura de Processo Administrativo Licitatório para a contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria externa independente, compreendendo auditoria nas contas e procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios de 2017/2018/2019, auditoria na prestação de contas do executivo municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, auditoria na execução de despesa conforme procedimentos licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador. Foi convidado para a elaboração da minuta de edital e seus anexos o Dr. Bruno Tomaz Madeira. Foram recebidos vários documentos que irão auxiliar na elaboração da minuta de edital, solicitação da Secretaria Geral, termo de referência/projeto básico e informando as dotações orçamentárias para custear as despesas do objeto, despacho do presidente à assessoria jurídica, declaração do ordenador da despesa e ordem de abertura de processo administrativo de licitação. Foi solicitada pela secretaria requisitante a modalidade Tomada de Preços do tipo menor preço global, o mesmo foi aprovado pelo Senhor Vereador Presidente Odécio Bibiano da Silva no dia 23 de julho de 2019, observando a natureza da despesa, para a referida contratação, a Comissão verifica-se que o procedimento licitatório, como o valor adéqua a modalidade tomada de preços e está nos parâmetros § 2º do art. 22 da Lei Federal 8.666/93. Comissão passou a elaborar a Minuta do Edital. Foram apresentadas o valor estimado global para custear as despesas no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). A fonte de recursos informada para custear as despesas e as dotações foram devidamente informada no Termo de Referência/Projeto Básico, elaborado pelo órgão solicitante. Após análise dos documentos, passamos à elaboração da Minuta do edital que segue composta dos seguintes anexos: Anexo I – Termo de referência/Projeto Básico. Anexo II – Modelo de Proposta. Anexo III - Declaração de inexistência de fato impeditivo. Anexo IV – Declaração que não emprega menores. Anexo V - Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte. Anexo VI - Modelo de termo de credenciamento. Anexo VII - Atestado de visita técnica. Anexo VIII - Modelo de declaração de responsável técnico. Anexo IX – Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa. Anexo X – Minuta de Contrato. Finalizada a elaboração da Minuta do edital, o mesmo será encaminhada, ao Assessor Jurídico, para apreciação e emissão do parecer prévio, em obediência ao parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº. 8.666/93, para que emissão de parecer posicionamento sobre os procedimentos adotados para emissão e aprovação da Minuta de edital e em seguida. O processo foi incluso no rol de licitação do exercício de 2019 e recebeu o número 002/2019, tomada de preços 001/2019. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da CPL ordenou a lavratura desta ata, que após lida e aprovada será assinada por todos os membros da CPL e presentes.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL

  
**Osvânio Ferreira dos Santos**  
Secretário da CPL

  
**Francisco Ribeiro da Fonseca**  
Membro da CPL





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 08/2019.**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019.**

**MINUTA DE EDITAL**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**, por intermédio da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº: 10/2019 de primeiro de fevereiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e locais indicados, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços do tipo menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, visando à **contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

**RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES**  
**"DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA"**

**LOCAL:** Câmara Municipal de Divinolândia de Minas/MG.  
**Praça José de Souza Madeira, Nº: 22, Centro- Divinolândia de Minas**  
**DIA:** \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.  
**HORÁRIO:** \_\_: \_\_ horas.

Ocorrendo decretação de ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Presidente da CPL em contrário.

Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão desta Tomada de preços na mesma data de abertura, e em face de decisão do presidente, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia subsequente.

**1-OBJETO.**

**1.1-** O objeto desta licitação é a seleção de empresa especializada **para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador**, via menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, conforme as especificações contidas neste edital e seus anexos, e de acordo com as normas pertinentes à prestação de serviços.

## **2- DO EDITAL E DO PROJETO BÁSICO**

(Art. 40, Inciso IV da Lei 8.666/93)

**2.1-** Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Projeto Básico;
- b) Anexo II – Modelo de Carta Proposta;
- c) Anexo III – Declaração de fato impeditivo;
- d) Anexo IV – Declaração que não emprega Menor;
- e) Anexo V – Declaração de Micro Empresa EPP;
- f) Anexo VI – Termo de Credenciamento;
- g) Anexo VII- Atestado de Visita Técnica não obrigatório;
- h) Anexo VIII- Declaração do Responsável Técnico;
- i- Anexo IX- Declaração que não possui Servidor no quadro societário servidor publico ativo ou inativo;
- j) Anexo X – Minuta do Contrato.

## **3- DA ÁREA SOLICITANTE**

**3.1-** Presidência da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal.

## **4- CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**4.1-** Cópia deste Edital estará na sede própria da Câmara Municipal, podendo ser obtida no horário de 08:00 às 17:00 horas gratuitamente.

**4.2-** Informações adicionais poderão ser solicitadas pelo telefone (33) 3414-1132, e cópias do presente Edital e anexos serão fornecidos a qualquer interessado pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas em sua sede.

**4.2.1-** Os interessados que tiverem interesse de participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no diário oficial do estado de Minas Gerais, com vistas a possíveis alterações e avisos.

**4.2.2-** Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br), ou pessoalmente no setor de licitações, até 02 (dois) dias úteis antes da data





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



marcada para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

**4.2.3** - Os esclarecimentos serão efetuados pela Comissão Permanente de Licitação, por *e-mail*, ficando acessíveis a todos os interessados, quando for o caso.

**4.2.4** - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, respectivamente, até o 5º dia útil e até o 2º dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, mediante petição acompanhada de fundamentação do alegado, e instruído de eventuais provas que se fizerem necessárias a ser enviada por e-mail *camaradivinolandia@yahoo.com.br* ou protocolizado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**4.2.5**- No caso de encaminhamento para o endereço eletrônico, o documento original deverá ser protocolado até, no máximo, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do prazo legal para impugnação.

**4.2.6**- A Câmara não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e entregues em locais diversos do mencionado no item 4.1.4, e que, por isso, sejam consideradas intempestivas.

**4.2.7**- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas a licitante que não o fizer, protocolando o pedido na sede da Câmara, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes Documentação e Proposta, apontando falhas ou irregularidades.

**4.2.8**- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**4.2.9**- A decisão da Comissão Permanente de Licitação será enviada aos impugnantes no prazo de até 03 (três) dias úteis, via e-mail, e será divulgada no diário oficial do Estado de Minas para o conhecimento de todos os interessados.

**4.1.10**- Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

## **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1**- Poderá participar da presente licitação, qualquer pessoa jurídica que satisfaça as condições exigidas neste Edital, cadastrada nesta entidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



dentro do prazo de validade com o ramo de atividade compatível com o objeto do presente edital, ou providenciar o seu cadastramento ou sua renovação até o 3º (terceiro) dia, anterior à data de recebimento dos envelopes: "Documentos e Propostas de Preço"

**5.1.1-** O Certificado de Registro Cadastral não substitui a necessidade de apresentação da documentação requisitada para a habilitação.

**5.1.2-** Não se admitirá nesta licitação a participação de:

- a)- empresas que não atenderem às condições deste edital;
- b)- empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Divinolândia de Minas.
- c)- que incidir no estipulado no art. 9º e seguintes da Lei nº 8.666/1993;
- d)- compostas de vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição Federal/1988.
- e)- Consórcio de empresas<sup>1</sup>, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f)- cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- g)- A observância das vedações das anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**5.1.3-** A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

## **6- DO CADASTRO**

**6.1-** Poderão participar desta licitação todas as pessoas jurídicas interessadas que atenderem as exigências deste edital e exercerem atividade compatível com o objeto solicitado e que se encontram cadastradas ou vierem a se cadastrar até o dia \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019 junto a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

<sup>1</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação, da participação de empresas em "consórcio" neste certame.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**6.2.** Para efeito de cadastramento os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

**6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro de empresário;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades, ou compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Certidão negativa do Ministério do Trabalho.

**6.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Certidão de Registros da empresa e do profissional responsável técnico, em vigor, na entidade profissional competente;

**6.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para abertura da documentação;

**6.3.** Caso alguma das certidões constantes no Certificado de Registro Cadastral da Câmara tenha sua data de validade expirada entre o prazo para cadastro e o dia apurado para abertura dos envelopes, a licitante deverá anexar os novos documentos com validade atualizada no envelope de habilitação.

**6.4** Os documentos poderão ser apresentados nos originais ou em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



## **7- DO CREDENCIAMENTO**

**7.1-** Os participantes sem poderes de representação não terá legitimidade para defender os interesses da proponente licitante, não terá participação ativa, ficando impedido de assinar e rubricar qualquer documento pertinente a esta Tomada de Preços.

**7.2-** Cada licitante poderá fazer-se presente somente com um representante, munido de documento de identificação contrato social ou documento equivalente e instrumento de procuração, pública ou particular, neste caso com cópia do documento pessoal do outorgante para confrontar a assinatura, nos termos do Inciso I do art. 3º da lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018, na qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes a esta Tomada de Preço, inclusive de interpor recurso e desistir de sua interposição.

**7.3-** Estando à empresa licitante representada por um de seus sócios titular ou diretores é indispensável que se comprove ser detentor de poderes que o habilitem para praticar todos os atos inerentes a este certame.

**7.4-** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**7.5-** O participante com poderes de representação poderá, em qualquer fase do processo licitatório, tomar decisões relativas ao presente certame, inclusive desistência de interposição de recurso administrativo.

**7.6-** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme modelo constante no ANEXO V, ou comprovar tal condição mediante certidão expedida pela Junta Comercial, quando do seu credenciamento, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

## **8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

**8.1-** Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos distintos e fechados, um contendo os documentos de HABILITAÇÃO (envelope 01) e o outro, a PROPOSTA DE PREÇOS (envelope 02).

**8.2-** Todos os documentos e elementos contidos nos envelope 01 e envelope 02 deverão ser apresentados, perfeitamente legíveis, ordenados, sem emendas, rasuras ou repetições e deverão ser rubricados pelo representante legal do licitante ou seu procurador.

**8.3-** Os envelopes serão apresentados fechados e deverão conter na parte externa as seguintes indicações:





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019  
**ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
RAZÃO SOCIAL:

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019  
**ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
RAZÃO SOCIAL:

### **9- DOS DOCUMENTOS – HABILITAÇÃO**

**9.1-** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópias, verso e anverso, absolutamente legíveis, devidamente autenticadas em cartório competente ou acompanhadas das originais, para ser autenticado pela Comissão Permanente de Licitação (Art. 32 da Lei 8.666/93).

**9.1.1-** Não serão aceitas fotocópias ilegíveis ou efetuadas em aparelhos de fax.

**9.1.2- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 01).**

**9.1.2.1** Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pela Câmara Municipal, com todas as certidões dentro do prazo de validade, e ainda:

**I- da Habilitação Jurídica** (Art. 28 Da Lei 8.666/93):

**a)-** Cédula de Identidade RG e CPF do titular ou sócios da empresa;

**b)-** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

**c)-** Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)-** Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**e)-** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**f)-** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**g)**-Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**h)**-Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva **consolidação**.

**II- da Regularidade Fiscal** (Art. 29 da Lei 8.666/93).

**a)**- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**b)**- Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

**c)** - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

**d)** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria de Fazenda Municipal;

**e)** - Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual ou distrital da sede da licitante;

**III- da regularidade trabalhista** (Art. 29 da Lei 8.666/93).

**a)**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho-TST.

**IV- da qualificação técnica** (Art. 30 da Lei 8.666/93)

**4.1.** A (s) empresa (s) interessadas em concorrer para o objeto que se pretende contratar deverão estar devidamente regulares com relação à situação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, devendo ainda possuir qualificação técnica para a execução dos serviços, comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**4.1.1. Tanto para o Item 01, quanto para o item 02:**

**4.1.1.1.** Atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços compatíveis com o objeto devendo comprovar no mínimo:





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**4.1.1.2.** Comprovação de registro e regularidade da empresa perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG e perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Não sendo a empresa sediada no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar a prova de registro e regularidade perante o CRC e o CRA do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG e no CRA/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**4.1.1.3.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG;

**4.1.1.4.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Sendo o profissional registrado em outro estado, deverá ser apresentada a prova de registro e regularidade perante o CRC do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**4.1.1.5.** Comprovação da existência de profissional(is) com a(s) Especialização(ões):

- a) Especialização em Contabilidade podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- b) Especialização em Administração, podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

**4.2.** A comprovação de vinculação entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante, deverá ser feita mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, devidamente registrado em Cartório ou anotações na CTPS ou registro de empregados e sendo o profissional integrante do quadro societário da empresa, deverá ser apresentado a documentação de constituição da licitante, sendo que a comprovação de vínculo será exigida para fins de ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

**4.3-** No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

**4.4-** Atestado de visita técnica NÃO OBRIGATÓRIO, que deve ser apresentado conforme (modelo VII).

**V- da qualificação econômica- financeira (Art. 31 da Lei 8.666/93):**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**a)-** Comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado no Banco do Brasil, Agência: 2780-4, Conta Corrente 1656-1, em nome da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

**b)-** Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

**VI- dos demais documentos para habilitação.**

**a)-** Declaração de inexistência ou superveniência de fato impeditivo da habilitação (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93), conforme **(Anexo III);**

**b)-** Declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme **(Anexo-IV)**

**c)-** Declaração que ao Possui Servidor no quadro societário servidor publico ativo ou inativo. **(Anexo IX).**

**9.1.4-** Os documentos exigidos nesta tomada de Preços, dentro do Envelope de Documentação, deverão de preferência serem entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, desde que tenha poderes para esse fim.

**9.2-** A Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

**9.2.1-** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**9.2.1.1-** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**9.2.1.2.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

**9.2.1.3 -** A não regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará na inabilitação da ME ou EPP.

**9.2.1.4-** Em nenhuma hipótese será admitida entrega posterior dos documentos exigidos para a habilitação, ressalvados o direito da Comissão de licitação em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.

**9.2.1.4-** É da responsabilidade das empresas licitantes a juntada, em envelope próprio, de todos os documentos necessários à habilitação, bem como o atendimento de esclarecimentos posteriores solicitados pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de ser inabilitada.

**10- DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 2)**

**10.1.** A proposta de preço, a ser entregue através do **ENVELOPE "II"**, deverá ser compilada em 01 (uma) via, devidamente assinada pelo representante legal da Licitante, com poderes para tanto, redigida em português e impressa por meio mecânico ou informatizado, preferencialmente em papel de tamanho A4, timbrado da empresa, ou na falta deste, em papel branco, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e inclusive no modelo de **Carta Proposta**, constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter obrigatoriamente:

**a)** prazo de validade da proposta de preço não poderá ser inferior a 60 (Sessenta) dias contados da data da apresentação dos envelopes.

**b)-** Os preços unitários propostos para cada item constante da planilha de orçamento deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros e lucro;

**c)-** As propostas das empresas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, em moeda nacional corrente;

**10.2 -** Para elaboração dos orçamentos a serem apresentados, os licitantes deverão seguir, rigorosamente, a planilha de quantitativos, os serviços e as respectivas quantidades, conforme **ANEXO I**.

**10.2.1 -** Não será aceita proposta apresentada via fax, bem como proposta enviada via correio que chegue à Comissão Permanente de Licitação, fora do dia e horário estipulado.

**10.2.2 -** O licitante arcará com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua Proposta, a Câmara Municipal, em caso algum, será responsável ou sujeita a esses custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**11. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES.**

**11.1-** Os invólucros contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTAS DE PREÇO** serão recebidos no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, sendo que após a hora marcada nenhum invólucro será aceito pela Comissão de Licitação, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos preliminares relativos à documentação ou propostas apresentadas.

**11.1.1.** O não comparecimento da licitante ou de seu representante a quaisquer reuniões relativas a essa licitação ou, mesmo, a falta de sua assinatura nas atas de reuniões correspondentes, não impedirá que elas se realizem e implicará na sua tácita concordância com as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação;

**11.1.2-A** Comissão proceder-se-á, a abertura do Envelope nº 01- **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**, o conteúdo será rubricado pelos membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes ou por seus representantes (Inciso I do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.3-A** falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope **DOCUMENTAÇÃO**.

**11.1.4-** Uma vez aberto o envelope nº 01- **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, não será aceita substituições, acréscimos ou alterações nos documentos apresentados.

**11.1.5-** A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, a fim de que tenha melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade novo horário em que voltará a se reunir com os licitantes, sendo vedada a inclusão posterior de documento e/ou informação que deveria constar, originalmente, do respectivo envelope.

**11.1.6-** Ocorrendo à hipótese prevista no subitem anterior, todos os documentos já rubricados e o Envelope nº 02- **PROPOSTA DE PREÇOS** (os quais deverão ser rubricadas externamente, por todos os participantes e pelos membros da Comissão), ficarão em poder da Comissão até que seja concluída a fase de habilitação.

**11.1.7-** Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02- **PROPOSTA DE PREÇO**, sem que o mesmo tenha sido aberto, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento (Inciso II do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.8-** Após a fase de habilitação, não cabe desistência da PROPOSTA, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação (parágrafo 6º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.9-** Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02- **PROPOSTA DE PREÇOS** dos licitantes habilitados serão





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



abertos, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer ou após o julgamento dos recursos interpostos (Inciso III do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.10-** Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento (Parágrafo 5º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.2-** Das reuniões de abertura dos Envelopes dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** serão lavradas atas, que indicarão todas as empresas consideradas habilitadas e as inabilitadas, as propostas apresentadas, reclamações feitas ou recursos interpostos por qualquer um dos licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. A(s) ata(s) será (ão) assinada(s) pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes

**11.2.1-** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (parágrafo 3º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.2.2-** Será considerado inabilitado o licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido neste edital, qualquer dos documentos solicitados, ou apresentá-los com vícios ou defeitos.

**11.2.3-** Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para que os mesmos possam apresentar nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram de acordo com o art. 48 § 3º da Lei 8666/93.

## **12. DO JULGAMENTO**

(Art. 40, Inciso X da Lei 8.666/93).

**12.1-** O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor valor global ofertado**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**12.1.1-** Para análise das propostas comerciais, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar assessoria técnica por meio de manifestação verbal emitida por seus membros que estiverem presentes na sessão, hipótese em que a manifestação será consignada em ata.

**12.1.2 -** Será desclassificada a proposta que:

- a)-** não se refira à integralidade do objeto licitado;
- b)-** não atenda às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos ou em diligências;
- c)-** contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento;





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**d)-** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º, e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

**e)-** Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993;

**12.1.3 -** Se a Comissão Permanente de Licitação entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante apresente suas justificativas.

**12.1.4-** Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

**12.1.5-** Serão classificadas em ordem crescente de valor as propostas consideradas aceitáveis, sendo estas as que atendam às exigências deste Edital.

**12.1.6-** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, o desempate far-se-á por sorteio em sessão pública, nos termos do art. 45, § 2º, da citada lei.

**12.1.7-** Se a proposta de menor preço, considerada classificada, não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, procedendo-se da seguinte forma:

**12.1.8-** Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

**12.1.9-** Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará ofício ao licitante, podendo ser por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

**12.1.10-** Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

**12.2 -** Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.1.2,"e" na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

**12.2.1-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

**12.2.2-** Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

**12.2.3** - Será classificada em primeiro lugar a proposta que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, quando houver, ofertar o menor valor global.

**12.2.4** - A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar de todas as licitantes classificadas, para fins de exequibilidade da proposta, e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

**12.2.5-** A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas das licitantes, comparando com os preços estimados na planilha orçamentária anexa ao presente Edital.

**12.2.6-** Após a análise das propostas apresentadas em confronto com as exigências deste Edital, será considerada como licitante vencedora aquela detentora do "menor valor global".

**12.2.7-** Considera-se "menor valor global" o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

**12.2.8-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

**12.2.9-** A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

**12.2.10-** Erros de soma e/ou multiplicação apurados nas planilhas, parte integrante dos documentos que deverão constar no envelope "Proposta Comercial", poderão ser corrigidos de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor global apontado no documento "Proposta Comercial", Anexo II deste Edital, após diligência e anuência do licitante.

**12.3** - A correção efetuada constará da ata de julgamento, podendo ser objeto de diligência, se necessário.

**12.3.1-** Serão desconsiderados valores apresentados a partir da terceira casa decimal.

**12.3.2-** A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**12.3.3-** A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope DOCUMENTAÇÃO.

**12.3.4-** Das reuniões de abertura dos Envelopes dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** serão lavradas atas, que indicarão todas as empresas consideradas habilitadas e as inhabilitadas, as propostas apresentadas, reclamações feitas ou recursos interpostos por qualquer um dos licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. A(s) ata(s) será (ao) assinada(s) pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

**13-DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

(Art. 40, Inciso XV da Lei 8.666/93).

**13.1-** O licitante poderá apresentar recursos contra as decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos e prazos do art. 109 da Lei Federal no 8.666/93.

**13.1.1 -** A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.1.2 -** Os recursos e as respectivas impugnações deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

**13.1.3 -** ser dirigido ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento do julgamento dos documentos de habilitação e assinatura da ata;

**13.1.4-** ser encaminhado da seguinte forma: (a) endereço eletrônico da Câmara, com assinatura e escaneado; (b) correio; (c) protocolizado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas em uma via original e datilografada.

**13.1.5 -** conter indicação da razão social, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

**13.1.6 -** A Câmara Municipal não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados por outras formas, entregues em locais diversos do indicado acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

**13.1.7 -** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.1.8 -** O recurso será apreciado pela Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

**13.1.9** - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no "Diário Oficial de Minas Gerais e no *site* desta Câmara Municipal, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**14- DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

(Art. 43, Inciso VI da Lei 8.666/93).

**14.1-** Após concluída as fases do certame, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente homologar o procedimento licitatório e adjudicar o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar.

**15 - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA  
ASSINATURA DO CONTRATO**

(Art. 40, Inciso II da Lei 8.666/93).

**15.1** - O licitante vencedor terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos as sanções previstas no art. 81 da lei 8666/93. (art. 64 da lei 8666/93).

**15.1.1-** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara municipal (Parágrafo 1º, Art. 64 da Lei 8666/93).

**15.1.2-** É facultado à Câmara Municipal, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei 8666/93 (Parágrafo 2º, Art. 64 da Lei 8666/93).

**15.1.3** - Decorrido 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem que ocorra a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (parágrafo 3º, do artigo 64, da Lei nº. 8.666/93).

**16- DOS PRAZOS E CONDIÇÕES  
PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

(Art. 40, Inciso II da Lei 8.666/93).





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**16.1-** A CONTRATADA deverá executar os serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Câmara Municipal em até 05 (cinco) dias após a data da assinatura do Contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**16.1.1** - O Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

**17 – GESTÃO/FISCALIZAÇÃO/ATESTAÇÃO.**

**17.1** - A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO será acompanhada pela Unidade de fiscalização da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

**17.1.1** - promover as avaliações periódicas dos serviços executados; e

**17.1.2** - atestar os documentos referentes à prestação dos serviços, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

**17.1.3** - além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Unidade de fiscalização da Câmara Municipal ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, suspender qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**17.1.4-** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do setor responsável pela fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**18- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

(Art. 40, Inciso XVI da Lei 8.666/93).

**18.1** - Ao considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará ao setor responsável pela fiscalização, em até 15 (quinze) dias, que proceda a conferência dos relatórios de atividades. O recebimento dar-se-á pelo CONTRATANTE, através de análise conjunta realizada pelo fiscal e procurador jurídico responsáveis pela execução dos serviços.

**19- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

(Art. 40, Inciso XIV da Lei 8.666/93).

**19.1.** O pagamento observará o relatório de atividades atestado pelo fiscal do contrato e efetivado em até 15 (quinze) dias mediante apresentação de Nota Fiscal.

**19.2-** Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**19.3-**O pagamento será feito por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira informada pela licitante vencedora discriminado na nota fiscal.

**19.4-** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

**19.5-** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social- CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF

**19.6-**Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**20-DO REAJUSTE**

(Art. 40, Inciso XI da Lei 8.666/93).

**20.1-**Poderá ser reajustado o valor dos serviços contratados e não executados, mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA.

**Parágrafo Único-** Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**, precluindo o seu direito após a execução dos serviços.

**21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

(Art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

**21.1** A contabilização das despesas previstas para realização do objeto deste processo está identificada no orçamento geral do município na seguinte rubrica:

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte Recurso
031.0001.2002 Manutenção das atividades legislativas	12	3.3.90.39.00 outros serviços de pessoa jurídica

**22.1-**É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

**22.1.1-**A subcontratação parcial dos serviços só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Câmara Municipal, nos seguintes limites: exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

**22.1.2-**A **CONTRATADA** não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

**23- DAS OBRIGAÇÕES DA  
CONTRATANTE E DA CONTRATADA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**23.1-** As obrigações da contratante e contratada estão definidas na minuta do Contrato anexo X.

**24- DA RESCISÃO DO CONTRATO.**

**24.1-** O Contrato poderá ser rescindido:

- I. Por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.
- II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.
- III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**24.1.1-** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**24.1.2-** Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a Câmara Municipal responderá pelo preço do serviço devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

**25- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

(Art. 40, Inciso III da Lei 8.666/93).

**25.1** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-o às sanções legalmente estabelecidas e às penalidades discriminadas na Minuta de Contrato, (Anexo X) do edital.

**25.1.2** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**26- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(Art. 40, Inciso XVII da Lei 8.666/93).

**26.1-** A contratada, imediatamente após a assinatura do contrato deverá indicar um preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos serviços, atender aos chamados do setor de fiscalização, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

**26.1.1-** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação ou desclassificação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**26.1.2-** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes "Documentos de Habilitação" de licitantes inabilitados ou de envelopes "Proposta Comercial" de licitantes desclassificados.

**26.1.3-** Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**26.1.4-** A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observados na documentação ou na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes ou outrem, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**26.1.5 -** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

**26.1.6 -** A CONTRATADA deve observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade dela.

**26.1.7 -** A participação do licitante implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

**26.1.8 -** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

**26.1.9 -** As decisões do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas e do Presidente da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e divulgadas no site da Câmara Municipal.

## **27- DO FORO**

(Art. 55, parágrafo 2º da Lei nº. 8.666/93).

**27.1-** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Virgíópolis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Divinolândia de Minas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

**Geralda Pinto Mascena**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Osvânio Ferreira dos Santos**

Secretário

**Francisco Ribeiro da Fonseca**

Membro

**MINUTA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

---

**1 - OBJETO**

---

**Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal nos Exercícios 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e Auditoria na execução de despesa, conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.**

---

**2 - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

---

O objeto do presente Termo de Referência será dividido em 03 (três) itens, da seguinte forma:

**ITEM 01 - AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**

**a)** Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.

**ITEM 02 - AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

**a)** Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:

**a1)** Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**a2)** Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);

**a3)** Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;

**a4)** Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.

**ITEM 03 - AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018/2019:**

**a)** Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando a auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;

**b)** Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.

**3 - DA JUSTIFICATIVA**

O Poder Legislativo, representante do povo, tem como obrigação a fiscalização dos atos do Executivo, em especial dos atos que envolvem o emprego de dinheiro público. Todavia, referida fiscalização demanda olhar técnico e profissionais com a expertise necessária para avaliar diversas situações, olhar este que foge ao conhecimento cotidiano do corpo de funcionários da Câmara Municipal, motivo pelo qual a terceirização dos referidos serviços é extremamente necessária.

A contratação de serviços profissionais de auditoria independente especificados no presente Termo, além de estar seguindo os diplomas legais que regem as contratações públicas, não se restringem à análise apenas dos atos do Executivo, mas também de auditoria das atividades do legislativo, objetivando a transparência desta colenda casa, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e administração e de suas normas técnicas; promovendo a eficiência administrativa e o correto emprego dos recursos públicos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



---

**4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

**4.1.A** empresa CONTRATADA deverá apresentar relatórios das análises realizadas, fazendo todos os apontamentos necessários, sendo que os relatórios devem ser objetivos e de fácil compreensão.

**4.2.** A cada visita realizada à sede da Câmara Municipal para a prestação dos serviços, os técnicos da CONTRATADA deverão emitir relatório de visita, apontando todos os serviços prestados no período da visita.

---

**5 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

---

**5.1.**O objeto deste Termo de Referência deverá ser prestado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas ou outro local designado pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma apresentado por esta, devendo os serviços estarem concluídos até 31 de dezembro corrente.

**5.2.**A CONTRATADA deverá obedecer toda a legislação trabalhista e seus empregados, e, quando em atividade nas dependências da Câmara, as normas internas da CONTRATANTE.

---

**6 - VIGÊNCIA CONTRATUAL**

---

**6.1.** O objeto do presente Termo de Referência deverá ser executado até 31 de dezembro corrente, a contar da data de assinatura do contrato, podendo haver prorrogação do mesmo, pelo período de até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

---

**7 - DA FORMA DE PAGAMENTO**

---

**7.1.** O pagamento pela prestação dos serviços será realizado de forma mensal, devendo ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura.

---

**8 - DA EQUIPE TÉCNICA**

---

**8.1.A** empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para execução dos serviços os seguintes profissionais:

No mínimo 01 (um) profissional devidamente registrado no CRC/MG - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, 01 (um) profissional devidamente registrado no CRA/MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais.

---

**9 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A SER EXIGIDA NA  
HABILITAÇÃO**

---





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**9.1.** A (s) empresa (s) interessadas em concorrer para o objeto que se pretende contratar deverão estar devidamente regulares com relação à situação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, devendo ainda possuir qualificação técnica para a execução dos serviços, comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**9.1.1. Tanto para o Item 01, quanto para o item 02:**

**9.1.1.1.** Atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços compatíveis com o objeto devendo comprovar no mínimo:

**9.1.1.2.** Comprovação de registro e regularidade da empresa perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MGE perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Não sendo a empresa sediada no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar a prova de registro e regularidade perante o CRC e o CRA do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG e no CRA/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.3.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG;

**9.1.1.4.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Sendo o profissional registrado em outro estado, deverá ser apresentada a prova de registro e regularidade perante o CRC do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.5.** Comprovação da existência de profissional(is) com a(s) Especialização(ões):

- c) Especialização em Contabilidade podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- d) Especialização em Administração, podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

**9.2.** A comprovação de vinculação entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante, deverá ser feita mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, devidamente registrado em Cartório ou anotações na CTPS ou registro de empregados e sendo o profissional integrante do quadro





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



societário da empresa, deverá ser apresentado a documentação de constituição da licitante, sendo que a comprovação de vínculo será exigida para fins de **ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.

---

**10 - DA FORMA DE EXECUÇÃO E MODALIDADE LICITATÓRIA**

---

**10.1.** O regime de execução será da forma indireta de empreitada por preço global.

**10.2.** Devido à especificidade dos serviços que exigem empresas devidamente qualificadas tecnicamente, sugere-se a modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, para escolha da proposta mais vantajosa pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

---

**11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

---

**11.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- d)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;
- b)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;
- c)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.

**11.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**11.4.A** multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**11.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobrada judicialmente.

---

**12 - DAS OBRIGAÇÕES**

---

**12.1. DA CONTRATADA**

**a)** Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.

**b)** Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.

**c)** Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

**d)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**e)** Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

**f)** Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.

**g)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**h)** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)** Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução deste Contrato.

**j)** Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

**12.2. DA CONTRATANTE**

**a)** Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

---

**13 - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

---

**13.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**13.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**13.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.** Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

---

**14 - DAS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

---

**14.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**14.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:





- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) o atraso injustificado no início do serviço;
- d) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- k) a supressão, por parte da Administração dos serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- l) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

#### **14.3. A rescisão do contrato poderá ser:**

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, desde que haja motivo justificado;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

**14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

---

### **15 – DO VALOR MÁXIMO**

---

**15.1.** Fica estabelecido o limite máximo nesta licitação, nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993:





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00

MINUTA



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO II.**

**CARTA PROPOSTA (MODELO)**

**À Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.**

**PROCESSO Nº. 08/2019.**

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

**Assunto: Apresenta Proposta.**

**1. DOS DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:**

**1.1.** Razão Social

**1.2.** CNPJ/MF:

**1.3.** Endereço e CEP:

**1.4.** Correio eletrônico (e-mail):

**1.5.** Telefone e Fax:

**1.6.** Nome de pessoa para contato

Prezados Senhores

Pela presente carta, em estrito atendimento aos termos do Edital do processo licitatório em epígrafe, apresentamos nossa Proposta para **contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal** de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, e demais anexo, parte integrante e inseparável do edital como se segue:

O preço total para execução dos serviços é de R\$ -----  
(xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), de acordo com os quantitativos e preços unitários cotados por nossa empresa.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	SERVIÇO	01	R\$
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Declaramos, outrossim, que em nosso preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndio resultantes de impostos, taxas, regulamentos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação à Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

Comprometemo-nos a executar eventuais serviços, bem como fornecimento de mão-de-obra não constantes do Edital, mas inerentes à natureza dos serviços contratados. Os custos unitários serão especificados e orçados pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas e submetidos à aprovação da contratada para execução e pagamento.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento das condições de execução dos serviços.

O prazo de execução total dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da ordem de serviço.

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos a partir do julgamento da licitação.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em questão.

Atenciosamente,

Local e data)

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO III**

**PROCESSO Nº. 08/2019.  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

**(Nome da empresa)**, sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1-Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2-Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3-Que não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- 4-Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO IV**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE MENOR.**

**PROCESSO Nº. 08/2019.  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

\_\_\_\_\_, (razão social da empresa), CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, ressalvando que, caso empregue ou venha empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, somente o faz ou fará na condição de aprendiz, que não utiliza ou se beneficia, direta ou indiretamente, ou tenha sido autuada nos últimos 05 (cinco) anos pela utilização de mão-de-obra infantil, que não infringiu as normas de proteção ao trabalho adolescente, que não foi autuada no ano em curso ou anterior por infrações às normas de segurança e saúde do trabalhador adolescente ou, ainda por impedir ou dificultar seu acesso e frequência regular na escola.

\_\_\_\_\_, (local), em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO V.**

**(MODELO)**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela SSP/\_\_\_\_ e de CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no Edital da Tomada de Preços nº: 01/2019, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20....

.....  
(Representante Legal)

RG, CPF,

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VI**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO.**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CNPJ sob o número ....., com sede à Rua (Av.) ....., n.º....., Bairro....., na cidade de .....Estado de ....., CEP....., por seu representante legal abaixo assinado, credencia o Senhor ..... portador da Carteira de Identidade (RG) n.º ..... expedido pelo ....., para representá-la junto a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, nos atos relacionados com a **Tomada de Preços n.º 01/2019**, podendo para tanto impugnar documentos e propostas de outros participantes, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, formular lances verbais, manifestar intenção de interpor ou desistir de recursos, assinar Atas, rubricar páginas de propostas e documentos, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, pedir informações e, de um modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, perfeito e cabal desempenho do presente credenciamento.

Local e data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VII**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA  
(NÃO OBRIGATÓRIO)**

Declaro, para atender às exigências do processo Licitatório referente à Tomada de Preços nº: 01/2019, que o Sr. \_\_\_\_\_, compareceu ao local da prestação de serviços em \_\_\_\_\_ 2019, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto do certame licitatório em epígrafe, obedecendo assim o art. 30, III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas sucessivas alterações posteriores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

**MINUTIA**

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo acompanhamento da visita





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal  
o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA que o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) do CPF (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CRA ou CRC  
sob o nº \_\_\_\_\_ é o (a) nosso (a) indicado (a) como  
Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da  
licitação em apreço.

Local e data-----.

**MINUTA**

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade

*\* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

*\* Emitir uma declaração para cada RT, sendo necessário um responsável técnico com registro no CRC e no mínimo um responsável técnico com registro no CRA.*



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO**  
PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

Empresa....., inscrita no CNPJ Nº  
....., sediada na rua ....., cidade ..... / UF, por  
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a)  
da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº .....

**DECLARA** que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa,  
empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

....., de ..... de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO X**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº -----/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS E A EMPRESA.....**

Por este instrumento de **CONTRATO**, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº: 01.628.137/0001-58, representada por seu Presidente, **ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**, brasileiro, convivente, autônomo, inscrito no CPF sob o nº: 001.619.156-04 e Carteira de Identidade nº: MG-7.699.227, com sede à Praça José de Souza Madeira, nº: 22, Centro, CEP: 39735-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, \_\_\_\_\_, situada à Rua \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio-gerente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº: 08/2019, na modalidade Tomada de Preços nº: 01/2019, do tipo menor preço, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA - Objeto**

**1.1-** O presente **CONTRATO**, tem por objeto a prestação de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Tomada de Preços nº: 01/2019, com seus Anexos, e a Proposta da **CONTRATADA**.

**1.1.2.** Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina da Lei 8.666/93 e suas alterações;

**CLAUSULA SEGUNDA- Da execução do contrato.**

**2.1-**A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

**CLAUSULA TERCEIRA- Da vigência.**

**3.1-** A CONTRATADA deverá executar os serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Câmara Municipal em até 05 (cinco) dias após a data da assinatura do Contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.1.1-** O Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLAUSULA QUARTA - Do valor/pagamento**

**4.1-O** valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**4.1.1-O** pagamento observará a execução dos serviços mensalmente, conforme relatório de atividades, proporcional aos serviços executados em até 15 (quinze) dias mediante apresentação de Nota Fiscal.

**4.1.2.** O pagamento do valor de cada prestação de serviços estará condicionado à entrega de relatório de atividades.

**4.1.3.-** Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

**4.2-O** pagamento será feito por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira informada pela licitante vencedora discriminada na nota fiscal.

**4.3-** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

**4.4-** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social- CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF

**4.5-** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLAUSULA QUINTA- Do reajustamento.**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**5.1-** Poderá ser reajustado o valor dos serviços contratados e não executados, mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA.

**Parágrafo Único-** Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**, precluindo o seu direito após a execução dos serviços.

**CLAUSULA SEXTA - Da dotação orçamentária.**

**6.1** A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta da SEGUINTE dotação.

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte Recurso
XXXXXXXXXXXXX	XX	XXXXXXXXXXXXX

**6.2** - A despesa para os anos subseqüentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na Lei Orçamentária Anual.

**CLAUSULA SÉTIMA - Das obrigações das partes.**

**7.1-** Constituem obrigações da contratada:

- a)** Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.
- b)** Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.
- c)** Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.
- d)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- e)** Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.
- f)** Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.
- g)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**h)** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)** Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução do objeto deste contrato.

**j)** Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal defazê-lo.

**7.2 - São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do contrato**

**a)** Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

**CLAUSULA OITAVA - Do aumento ou supressão.**

**8.1-** No interesse da **Câmara Municipal**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA NONA- Da alteração do contrato**

**9.1 -** O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Câmara Municipal, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA- Da fiscalização/acompanhamento.**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**10.3.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**10.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.** Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Subcontratação.**

**11.1-** É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

**11.1.1-** A subcontratação parcial dos serviços só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Câmara Municipal, nos seguintes limites: exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

**11.1.2-** A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Da Rescisão.**

**12.1-** A rescisão do presente contrato poderá ser determinada na forma disposta no projeto básico que integra o edital que precede este contrato e ainda:

**12.1.1-** determinada por ato motivado da Câmara Municipal, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78 I a XII e XVII da Lei de Licitações.

**12.1.2 -** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal;

**12.1.3 -** judicial, nos termos da legislação.

**12.2 -** No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Das Sanções.**

**13.1-** Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**13.2.** A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;
- c) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.

**13.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

**13.4.** A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**13.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobra da judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Do pagamento de Multas e penalidades.**

**14.1-** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **Contratante à Contratada**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela **contratante**.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**14.2-** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **Contratada**, a **Contratante** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à **CONTRATADA**.

**14.3-** As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a contratada por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Das disposições Gerais.**

**15.1-** Deverá a **CONTRATADO (a)** observar, também, o seguinte:

**a)-** é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal;

**b)-** a subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Câmara Municipal.

**c)-** Vinculam-se a este **CONTRATO** os termos do Edital de Tomada de Preços nº. 01//2019 e seus anexos, bem como a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, independentemente de menção expressa neste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro.**

**17.1-** As partes elegem o Foro da Comarca de Virginópolis, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da interpretação e/ou execução deste instrumento.

Por estarem assim justos e acertados, assinam este contrato na presença de duas testemunhas de todo cientes.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
Odécio Bibiano da Silva - Presidente  
**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**CONTRATADA**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**DE: SETOR DE LICITAÇÕES**

**PARA: SETOR JURÍDICO**

Processo Administrativo Licitatório nº. 002/2019

Tomada de Preços nº. 001/2019

Prezado (a) Senhor (a),

Encaminhamos ao serviço de Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, e solicitamos Parecer Prévio acerca da legalidade do Edital referente.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 25 de julho de 2019.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER PRÉVIO

Processo Administrativo de Licitação: nº. 002/2019

Tomada de Preços: nº. 01/2019

**EMENTA:** Administrativo. Lei Federal nº. 8.666/93. Análise e parecer jurídico acerca dos procedimentos para contratação de empresa através de procedimento de licitação. Tomada de Preços.

## RELATÓRIO

Em atenção ao despacho da DD. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, Sr<sup>a</sup>. Geralda Pinto Mascena, vimos emitir PARECER PRÉVIO sobre o Processo de licitação em epígrafe.

Trata-se de análise de licitação, na modalidade Tomada de Preços do tipo global, visando à Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

A princípio, registra-se que o presente exame se restringe nos termos do art. 38 da Lei de Licitação.

## FUNDAMENTAÇÃO

É cediço que o procedimento de licitação inicia-se com uma fase interna, na qual se promove "a abertura do processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta do objeto e do recurso próprio para a despesa" (Art. 38, caput, Lei 8.666/93), culminando com o edital respectivo.

O objeto foi sucintamente descrito no projeto básico que compõe a solicitação, bem como há orçamento previsto para tal, conforme mencionada nos autos. A autorização para licitar foi conferida pelo vereador Presidente no dia 23 de julho de 2019. Até então, entende-se que, em termos de procedimentos iniciais, são imprescindíveis as diligências.

Somente após a emissão e publicação do extrato de edital, dá-se conhecimento do certame aos interessados, iniciando-se a fase externa.

Neste momento, cumpre à assessoria a análise preconizada no art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei n. 8.666/93 ou, em outras palavras, a análise jurídico-formal do processo bem como da minuta do edital e do contrato que sucede ao instrumento convocatório.



## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



A modalidade de licitação adotada foi a denominada tomada de preços, tipo menor global. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos define a utilização das diversas modalidades licitatórias de acordo com o valor estimado para a contratação, conforme se infere de seu art. 23.

### MINUTA DO EDITAL E SEUS ANEXOS

O edital tem a propalada função de ser a "lei da licitação", não sendo exagero afirmar que seria "a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.383.), tanto é que "o artigo 40 estabelece os requisitos que deve observar o edital, alguns deles concernindo ao próprio procedimento da licitação [...] e outros referentes ao contrato" (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2006, p.383.).

O edital, ainda em minuta, traz no preâmbulo o nome da repartição interessada, a modalidade, o tipo da licitação, a menção de que será regida pela Lei Federal nº. 8.666/93, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes.

O edital traz todos os requisitos previsto no art. 40 da lei de licitações, trazendo ainda as informações acerca dos locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto e traz ainda os anexos:

- ✓ Anexo I – Termo de referência/Projeto Básico;
- ✓ Anexo II – Modelo de Proposta;
- ✓ Anexo III - Declaração de inexistência de fato impeditivo;
- ✓ Anexo IV – Declaração que não emprega menores;
- ✓ Anexo V - Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- ✓ Anexo VI - Modelo de termo de credenciamento;
- ✓ Anexo VII - Atestado de visita técnica;
- ✓ Anexo VIII - Modelo de declaração de responsável técnico;
- ✓ Anexo IX – Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa;
- ✓ Anexo X – Minuta de Contrato.

Lembramos que o original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados. Entendemos que a minuta do edital atende à legislação vigente, sendo desta forma aprovada por esta assessoria.

Conforme exame a minuta de contrato observa os principais requisitos do art. 55 da Lei 8.666/93. Ambas minutas (edital e contrato) foram devidamente examinadas e aprovadas por esta Assessoria Jurídica, como determina o parágrafo único do art. 38 da mesma Lei.





## CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



### FASE INTERNA

Observa-se que o processo foi devidamente autuado, numerado em ordem cronológica, com a rubrica de servidor responsável.

Consta-se no processo administrativo de licitação (fase interna), os seguintes autos:

- ✓ Ofício de solicitação;
- ✓ Termo de referência/Projeto básico;
- ✓ Modelo de solicitação de orçamentos;
- ✓ Cotações de preços;
- ✓ Despacho para o setor de contábil;
- ✓ Certidão contábil;
- ✓ Declaração do ordenador da despesa;
- ✓ Termo de autorização de abertura de processo administrativo de licitação;
- ✓ Termo de autuação da CPL;
- ✓ Termo de nomeação da Comissão de Licitação;
- ✓ Ata de elaboração da minuta do edital e seus anexos;
- ✓ Minuta de edital;
- ✓ Despacho para assessoria jurídica.

### PRAZO DE PUBLICAÇÃO

A CPL deverá estar atenta quanto ao atendimento ao prazo mínimo para a apresentação das propostas, sendo que o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 15 (quinze) dias, nos termos do art. 21 da Lei de Licitações.

A divulgação do instrumento convocatório deverá ser feita nos veículos concernentes à modalidade, ou seja, publicação no jornal oficial do estado de Minas Gerais, quadro de aviso e portal da transparência, sendo juntado aos autos cópia da publicação (jornal, etc.).

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, esta assessoria conclui pela possibilidade de licitar o objeto desejado na modalidade Tomada de Preços do tipo menor preços global.

A homologação e adjudicação ao vencedor do certame caberá ao Presidente do Poder Legislativo Municipal.

S.M.J. é o parecer,  
Divinolândia de Minas, 26 de julho de 2019.

  
**Bruno Tomaz Madeira**  
**OAB/MG 104.422**



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 08/2019.  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019.**

**EDITAL**

**A CAMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**, por intermédio da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº: 10/2019 de primeiro de fevereiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e locais indicados, fará realizar licitação na modalidade Tomada de Preços do tipo menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, visando à **contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador**, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 8.666/93, da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores e demais legislações pertinentes.

**RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES  
"DOCUMENTAÇÃO" e "PROPOSTA"**

**LOCAL: Câmara Municipal de Divinolândia de Minas/MG.  
Praça José de Souza Madeira, Nº: 22, Centro- Divinolândia de Minas  
DIA: 15 de agosto de 2019.  
HORÁRIO: 09:00 horas.**

Ocorrendo decretação de ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação, desde que não haja comunicação do Presidente da CPL em contrário.

Na impossibilidade da conclusão dos trabalhos da sessão desta Tomada de preços na mesma data de abertura, e em face de decisão do presidente, deverá ser determinada a continuidade das atividades em dia subsequente.

**1-OBJETO.**

**1.1-** O objeto desta licitação é a seleção de empresa especializada **para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador**, via menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, conforme as especificações contidas neste edital e seus anexos, e de acordo com as normas pertinentes à prestação de serviços.

## **2- DO EDITAL E DO PROJETO BÁSICO**

(Art. 40, Inciso IV da Lei 8.666/93)

**2.1-** Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Projeto Básico;
- b) Anexo II – Modelo de Carta Proposta;
- c) Anexo III – Declaração de fato impeditivo;
- d) Anexo IV – Declaração que não emprega Menor;
- e) Anexo V – Declaração de Micro Empresa EPP;
- f) Anexo VI – Termo de Credenciamento;
- g) Anexo VII- Atestado de Visita Técnica não obrigatório;
- h) Anexo VIII- Declaração do Responsável Técnico;
- i- Anexo IX- Declaração que não Possui Servidor no quadro societário servidor publico ativo ou inativo;
- j) Anexo X – Minuta do Contrato.

## **3- DA ÁREA SOLICITANTE**

**3.1-** Presidência da Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal.

## **4- CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES**

**4.1-** Cópia deste Edital estará na sede própria da Câmara Municipal, podendo ser obtida no horário de 08:00 às 17:00 horas gratuitamente.

**4.2-** Informações adicionais poderão ser solicitadas pelo telefone (33) 3414-1132, e cópias do presente Edital e anexos serão fornecidos a qualquer interessado pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas em sua sede.

**4.2.1-** Os interessados que tiverem interesse de participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações referentes ao processo no diário oficial do estado de Minas Gerais, com vistas a possíveis alterações e avisos.

**4.2.2-** Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o e-mail: *camaradivinolandia@yahoo.com.br*, ou pessoalmente no setor de licitações, até 02 (dois) dias úteis antes da data



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



marcada para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação.

**4.2.3** - Os esclarecimentos serão efetuados pela Comissão Permanente de Licitação, por *e-mail*, ficando acessíveis a todos os interessados, quando for o caso.

**4.2.4** - Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por cidadão e por licitante, respectivamente, até o 5º dia útil e até o 2º dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação, nos termos do art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93, mediante petição acompanhada de fundamentação do alegado, e instruído de eventuais provas que se fizerem necessárias a ser enviada por e-mail *camaradivinolandia@yahoo.com.br* ou protocolizado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas dirigida ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

**4.2.5**- No caso de encaminhamento para o endereço eletrônico, o documento original deverá ser protocolado até, no máximo, no 1º (primeiro) dia útil seguinte ao término do prazo legal para impugnação.

**4.2.6**- A Câmara não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas e entregues em locais diversos do mencionado no item 4.1.4, e que, por isso, sejam consideradas intempestivas.

**4.2.7**- Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas a licitante que não o fizer, protocolando o pedido na sede da Câmara, até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes Documentação e Proposta, apontando falhas ou irregularidades.

**4.2.8**- A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

**4.2.9**- A decisão da Comissão Permanente de Licitação será enviada aos impugnantes no prazo de até 03 (três) dias úteis, via e-mail, e será divulgada no diário oficial do Estado de Minas para o conhecimento de todos os interessados.

**4.1.10**- Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, conforme art. 21, §4º, da Lei nº 8.666/93.

## **5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**5.1**- Poderá participar da presente licitação, qualquer pessoa jurídica que satisfaça as condições exigidas neste Edital, cadastrada nesta entidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



dentro do prazo de validade com o ramo de atividade compatível com o objeto do presente edital, ou providenciar o seu cadastramento ou sua renovação até o 3º (terceiro) dia, anterior à data de recebimento dos envelopes: "Documentos e Propostas de Preço"

**5.1.1-** O Certificado de Registro Cadastral não substitui a necessidade de apresentação da documentação requisitada para a habilitação.

**5.1.2-** Não se admitirá nesta licitação a participação de:

- a)- empresas que não atenderem às condições deste edital;
- b)- empresas que estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com o poder público no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e nas respectivas entidades da administração indireta, ou tenham sido suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Divinolândia de Minas.
- c)- que incidir no estipulado no art. 9º e seguintes da Lei nº 8.666/1993;
- d)- compostas de vereadores que sejam proprietários, controladores ou diretores, conforme art. 54, II, "a", c/c art. 29, IX, ambos da Constituição Federal/1988.
- e)- Consórcio de empresas<sup>1</sup>, qualquer que seja sua forma de constituição;
- f)- cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- g)- A observância das vedações das anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

**5.1.3-**A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

## **6- DO CADASTRO**

**6.1-** Poderão participar desta licitação todas as pessoas jurídicas interessadas que atenderem as exigências deste edital e exercerem atividade compatível com o objeto solicitado e que se encontram cadastradas ou vierem a se cadastrar até o dia 12 de Agosto de 2019 junto a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

<sup>1</sup> **NOTA EXPLICATIVA:** Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação, da participação de empresas em "consórcio" neste certame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**6.2.** Para efeito de cadastramento os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

**6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Registro de empresário;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**6.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades, ou compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- g) Certidão negativa do Ministério do Trabalho.

**6.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Certidão de Registros da empresa e do profissional responsável técnico, em vigor, na entidade profissional competente;

**6.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para abertura da documentação;

**6.3.** Caso alguma das certidões constantes no Certificado de Registro Cadastral da Câmara tenha sua data de validade expirada entre o prazo para cadastro e o dia aprezado para abertura dos envelopes, a licitante deverá anexar os novos documentos com validade atualizada no envelope de habilitação.

**6.4** Os documentos poderão ser apresentados nos originais ou em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**7- DO CREDENCIAMENTO**

**7.1-** Os participantes sem poderes de representação não terá legitimidade para defender os interesses da proponente licitante, não terá participação ativa, ficando impedido de assinar e rubricar qualquer documento pertinente a esta Tomada de Preços.

**7.2-** Cada licitante poderá fazer-se presente somente com um representante, munido de documento de identificação contrato social ou documento equivalente e instrumento de procuração, pública ou particular, neste caso com cópia do documento pessoal do outorgante para confrontar a assinatura, nos termos do Inciso I do art. 3º da lei Federal nº 13.726 de 08 de outubro de 2018, na qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes a esta Tomada de Preço, inclusive de interpor recurso e desistir de sua interposição.

**7.3-** Estando à empresa licitante representada por um de seus sócios titular ou diretores é indispensável que se comprove ser detentor de poderes que o habilitem para praticar todos os atos inerentes a este certame.

**7.4-** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

**7.5-** O participante com poderes de representação poderá, em qualquer fase do processo licitatório, tomar decisões relativas ao presente certame, inclusive desistência de interposição de recurso administrativo.

**7.6-** A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte-EPP, que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme modelo constante no ANEXO V, ou comprovar tal condição mediante certidão expedida pela Junta Comercial, quando do seu credenciamento, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;

**8- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

**8.1-** Cada licitante deverá apresentar dois envelopes de documentos distintos e fechados, um contendo os documentos de HABILITAÇÃO (envelope 01) e o outro, a PROPOSTA DE PREÇOS (envelope 02).

**8.2-** Todos os documentos e elementos contidos nos envelope 01 e envelope 02 deverão ser apresentados, perfeitamente legíveis, ordenados, sem emendas, rasuras ou repetições e deverão ser rubricados pelo representante legal do licitante ou seu procurador.

**8.3-** Os envelopes serão apresentados fechados e deverão conter na parte externa as seguintes indicações:



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019  
**ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
RAZÃO SOCIAL:

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019  
**ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
RAZÃO SOCIAL:

**9- DOS DOCUMENTOS – HABILITAÇÃO**

**9.1-** Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em fotocópias, verso e anverso, absolutamente legíveis, devidamente autenticadas em cartório competente ou acompanhadas das originais, para ser autenticado pela Comissão Permanente de Licitação (Art. 32 da Lei 8.666/93).

**9.1.1-** Não serão aceitas fotocópias ilegíveis ou efetuadas em aparelhos de fax.

**9.1.2-** DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 01).

**9.1.2.1** Certificado de Registro Cadastral atualizado fornecido pela Câmara Municipal, com todas as certidões dentro do prazo de validade. e ainda:

**I- da Habilitação Jurídica** (Art. 28 Da Lei 8.666/93):

**a)-** Cédula de Identidade RG e CPF do titular ou sócios da empresa;

**b)-** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

**c)-** Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)-** Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**e)-** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**f)-** Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**g)**-Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**h)**-Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva **consolidação**.

**II- da Regularidade Fiscal** (Art. 29 da Lei 8.666/93).

**a)**- Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

**b)**- Prova de Regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, em um único documento (Certidões Negativas na forma prevista na Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014);

**c)** - Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

**d)** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria de Fazenda Municipal;

**e)** – Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual ou distrital da sede da licitante;

**III- da regularidade trabalhista** (Art. 29 da Lei 8.666/93).

**a)**- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Positiva com efeito de Negativa, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 12.440, de 07/07/2011. Para fins de habilitação, será considerada a CNDT mais atualizada, conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho-TST.

**IV- da qualificação técnica** (Art. 30 da Lei 8.666/93)

**4.1.** A (s) empresa (s) interessadas em concorrer para o objeto que se pretende contratar deverão estar devidamente regulares com relação à situação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, devendo ainda possuir qualificação técnica para a execução dos serviços, comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**4.1.1. Tanto para o Item 01, quanto para o item 02:**

**4.1.1.1.** Atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços compatíveis com o objeto devendo comprovar no mínimo:



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**4.1.1.2.** Comprovação de registro e regularidade da empresa perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG e perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Não sendo a empresa sediada no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar a prova de registro e regularidade perante o CRC e o CRA do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG e no CRA/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**4.1.1.3.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG;

**4.1.1.4.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Sendo o profissional registrado em outro estado, deverá ser apresentada a prova de registro e regularidade perante o CRC do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**4.1.1.5.** Comprovação da existência de profissional(is) com a(s) Especialização(ões):

- a) Especialização em Contabilidade podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- b) Especialização em Administração, podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

**4.2.** A comprovação de vinculação entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante, deverá ser feita mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, devidamente registrado em Cartório ou anotações na CTPS ou registro de empregados e sendo o profissional integrante do quadro societário da empresa, deverá ser apresentado a documentação de constituição da licitante, sendo que a comprovação de vínculo será exigida para fins de ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.3-No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

**4.4-** Atestado de visita técnica NÃO OBRIGATÓRIO, que deve ser apresentado conforme (modelo VII).

**V- da qualificação econômica- financeira (Art. 31 da Lei 8.666/93):**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**a)-** Comprovação de prestação de garantia para manutenção da proposta, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), com validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de apresentação das propostas em uma das modalidades: em dinheiro (espécie ou cheque administrativo), seguro garantia, fiança bancária e títulos da Dívida Pública, este último, devendo criteriosamente se dar na forma do Artigo 56, § 1º, I da Lei 8.666/93. Em se tratando de dinheiro, este deverá ser depositado no Banco do Brasil, Agência: 2780-4, Conta Corrente 1656-1, em nome da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

**b)-** Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 90 (*noventa*) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

**VI- dos demais documentos para habilitação.**

**a)-** Declaração de inexistência ou superveniência de fato impeditivo da habilitação (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93), conforme (**Anexo III**);

**b)-** Declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme (**Anexo-IV**)

**c)-** Declaração que ao Possui Servidor no quadro societário servidor publico ativo ou inativo. (**Anexo IX**).

**9.1.4-** Os documentos exigidos nesta tomada de Preços, dentro do Envelope de Documentação, deverão de preferência serem entregues numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, desde que tenha poderes para esse fim.

**9.2-** A Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

**9.2.1-** Havendo restrição nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**9.2.1.1-** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão Permanente de Licitação.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**9.2.1.2.** Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

**9.2.1.3** - A não regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará na inabilitação da ME ou EPP.

**9.2.1.4-** Em nenhuma hipótese será admitida entrega posterior dos documentos exigidos para a habilitação, ressalvados o direito da Comissão de licitação em exigir esclarecimentos ou fazer as diligências que julgar necessárias sobre os documentos apresentados.

**9.2.1.4-** É da responsabilidade das empresas licitantes a juntada, em envelope próprio, de todos os documentos necessários à habilitação, bem como o atendimento de esclarecimentos posteriores solicitados pela Comissão Permanente de Licitação, sob pena de ser inabilitada.

**10- DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 2)**

**10.1.** A proposta de preço, a ser entregue através do **ENVELOPE "II"**, deverá ser compilada em 01 (uma) via, devidamente assinada pelo representante legal da Licitante, com poderes para tanto, redigida em português e impressa por meio mecânico ou informatizado, preferencialmente em papel de tamanho A4, timbrado da empresa, ou na falta deste, em papel branco, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste edital e inclusive no modelo de **Carta Proposta**, constante do **Anexo II** deste Edital e deverá conter obrigatoriamente:

**a)** prazo de validade da proposta de preço não poderá ser inferior a 60 (Sessenta) dias contados da data da apresentação dos envelopes.

**b)-** Os preços unitários propostos para cada item constante da planilha de orçamento deverão incluir todos os custos diretos e indiretos, tais como: materiais, equipamentos, mão-de-obra, encargos sociais, impostos/taxas, despesas administrativas, transportes, seguros e lucro;

**c)-** As propostas das empresas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente, em moeda nacional corrente;

**10.2** – Para elaboração dos orçamentos a serem apresentados, os licitantes deverão seguir, rigorosamente, a planilha de quantitativos, os serviços e as respectivas quantidades, conforme **ANEXO I**.

**10.2.1** – Não será aceita proposta apresentada via fax, bem como proposta enviada via correio que chegue à Comissão Permanente de Licitação, fora do dia e horário estipulado.

**10.2.2** – O licitante arcará com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua Proposta, a Câmara Municipal, em caso algum, será responsável ou sujeita a esses custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**11. DO PROCEDIMENTO DE ABERTURA DOS ENVELOPES.**

**11.1-** Os invólucros contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **PROPOSTAS DE PREÇO** serão recebidos no dia, hora e local indicados no preâmbulo deste edital, sendo que após a hora marcada nenhum invólucro será aceito pela Comissão de Licitação, devendo neste caso a ocorrência ficar consignada em Ata, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos preliminares relativos à documentação ou propostas apresentadas.

**11.1.1.** O não comparecimento da licitante ou de seu representante a quaisquer reuniões relativas a essa licitação ou, mesmo, a falta de sua assinatura nas atas de reuniões correspondentes, não impedirá que elas se realizem e implicará na sua tácita concordância com as decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação;

**11.1.2-A** Comissão proceder-se-á, a abertura do Envelope nº 01- **DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO**, o conteúdo será rubricado pelos membros da Comissão de Licitação e pelos licitantes presentes ou por seus representantes (Inciso I do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.3-A** falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope **DOCUMENTAÇÃO**.

**11.1.4-** Uma vez aberto o envelope nº 01- **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, não será aceita substituições, acréscimos ou alterações nos documentos apresentados.

**11.1.5-** A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sessão, a fim de que tenha melhores condições de analisar a documentação apresentada, marcando na oportunidade novo horário em que voltará a se reunir com os licitantes, sendo vedada a inclusão posterior de documento e/ou informação que deveria constar, originalmente, do respectivo envelope.

**11.1.6-** Ocorrendo à hipótese prevista no subitem anterior, todos os documentos já rubricados e o Envelope nº 02- **PROPOSTA DE PREÇOS** (os quais deverão ser rubricadas externamente, por todos os participantes e pelos membros da Comissão), ficarão em poder da Comissão até que seja concluída a fase de habilitação.

**11.1.7-** Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02- **PROPOSTA DE PREÇO**, sem que o mesmo tenha sido aberto, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento (Inciso II do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.8-** Após a fase de habilitação, não cabe desistência da **PROPOSTA**, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação (parágrafo 6º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.9-** Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02- **PROPOSTA DE PREÇOS** dos licitantes habilitados serão





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



abertos, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer ou após o julgamento dos recursos interpostos (Inciso III do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.1.10-** Ultrapassada a fase de habilitação e abertas às propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento (Parágrafo 5º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.2-** Das reuniões de abertura dos Envelopes dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** serão lavradas atas, que indicarão todas as empresas consideradas habilitadas e as inhabilitadas, as propostas apresentadas, reclamações feitas ou recursos interpostos por qualquer um dos licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. A(s) ata(s) será (ao) assinada(s) pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes

**11.2.1-** É facultada à Comissão Permanente de Licitação ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (parágrafo 3º do artigo 43, da Lei nº. 8.666/93).

**11.2.2-** Será considerado inhabilitado o licitante que deixar de apresentar, de acordo com o exigido neste edital, qualquer dos documentos solicitados, ou apresentá-los com vícios ou defeitos.

**11.2.3-** Se todos os licitantes forem inhabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para que os mesmos possam apresentar nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inhabilitaram ou desclassificaram de acordo com o art. 48 § 3º da Lei 8666/93.

## **12. DO JULGAMENTO**

(Art. 40, Inciso X da Lei 8.666/93).

**12.1-** O critério de julgamento será o de **menor preço**, representado pelo **menor valor global ofertado**, desde que observadas as especificações e demais condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**12.1.1-** Para análise das propostas comerciais, a Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar assessoria técnica por meio de manifestação verbal emitida por seus membros que estiverem presentes na sessão, hipótese em que a manifestação será consignada em ata.

**12.1.2 -** Será desclassificada a proposta que:

- a)-** não se refira à integralidade do objeto licitado;
- b)-** não atenda às exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos ou em diligências;
- c)-** contenha em seu texto rasuras, emendas, borrões, entrelinhas, defeito de linguagem ou outros que impossibilitem o julgamento;





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**d)-** apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º, e art. 48, II da Lei Federal nº 8.666/93.

**e)-** Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993;

**12.1.3 -** Se a Comissão Permanente de Licitação entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante apresente suas justificativas.

**12.1.4-** Não havendo a comprovação da exequibilidade da proposta, esta será desclassificada.

**12.1.5-** Serão classificadas em ordem crescente de valor as propostas consideradas aceitáveis, sendo estas as que atendam às exigências deste Edital.

**12.1.6-** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93, o desempate far-se-á por sorteio em sessão pública, nos termos do art. 45, § 2º, da citada lei.

**12.1.7-** Se a proposta de menor preço, considerada classificada, não tiver sido ofertada por ME ou EPP, e houver proposta apresentada por ME ou EPP com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, procedendo-se da seguinte forma:

**12.1.8-** Se o representante da ME ou EPP mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência;

**12.1.9-** Se o representante da ME ou EPP não estiver presente na sessão, a Comissão Permanente de Licitação encaminhará ofício ao licitante, podendo ser por meio eletrônico, fixando prazo para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

**12.1.10-** Caso a ME ou EPP mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

**12.2 -** Se a ME ou EPP mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais ME ou EPP remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 10.1.2, "e" na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

**12.2.1-** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME ou EPP que se encontrem nesse limite, a Comissão Permanente de Licitação realizará





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

**12.2.2-** Não havendo ME ou EPP em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

**12.2.3 -** Será classificada em primeiro lugar a proposta que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, quando houver, ofertar o menor valor global.

**12.2.4 -** A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar de todas as licitantes classificadas, para fins de exequibilidade da proposta, e caso entenda necessário, a apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos preços ofertados.

**12.2.5-** A Comissão Permanente de Licitação efetuará análise individual dos preços unitários cotados nas propostas das licitantes, comparando com os preços estimados na planilha orçamentária anexa ao presente Edital.

**12.2.6-** Após a análise das propostas apresentadas em confronto com as exigências deste Edital, será considerada como licitante vencedora aquela detentora do "menor valor global".

**12.2.7-** Considera-se "menor valor global" o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

**12.2.8-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Tomada de Preços, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes.

**12.2.9-** A Comissão Permanente de Licitação poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

**12.2.10-** Erros de soma e/ou multiplicação apurados nas planilhas, parte integrante dos documentos que deverão constar no envelope "Proposta Comercial", poderão ser corrigidos de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor global apontado no documento "Proposta Comercial", Anexo II deste Edital, após diligência e anuência do licitante.

**12.3 -** A correção efetuada constará da ata de julgamento, podendo ser objeto de diligência, se necessário.

**12.3.1-** Serão desconsiderados valores apresentados a partir da terceira casa decimal.

**12.3.2-** A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e com poderes para esse fim, sendo desclassificada a licitante que não satisfizer tal exigência.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**12.3.3-** A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope DOCUMENTAÇÃO.

**12.3.4-** Das reuniões de abertura dos Envelopes dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS** serão lavradas atas, que indicarão todas as empresas consideradas habilitadas e as inhabilitadas, as propostas apresentadas, reclamações feitas ou recursos interpostos por qualquer um dos licitantes e demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação. A(s) ata(s) será (ao) assinada(s) pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

**13-DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES**

(Art. 40, Inciso XV da Lei 8.666/93).

**13.1-** O licitante poderá apresentar recursos contra as decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos e prazos do art. 109 da Lei Federal no 8.666/93.

**13.1.1** - A interposição de recurso será comunicada aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**13.1.2** - Os recursos e as respectivas impugnações deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

**13.1.3** - ser dirigido ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após o encerramento do julgamento dos documentos de habilitação e assinatura da ata;

**13.1.4-** ser encaminhado da seguinte forma: (a) endereço eletrônico da Câmara, com assinatura e escaneado; (b) correio; (c) protocolizado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas em uma via original e datilografada.

**13.1.5** - conter indicação da razão social, número do CNPJ e endereço da licitante, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.

**13.1.6** - A Câmara Municipal não se responsabilizará por memoriais de recursos e impugnações endereçados por outras formas, entregues em locais diversos do indicado acima, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

**13.1.7** - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**13.1.8** - O recurso será apreciado pela Comissão Permanente de Licitação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.

**13.1.9** - A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação no "Diário Oficial de Minas Gerais e no site desta Câmara Municipal, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

**14- DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO**

(Art. 43, Inciso VI da Lei 8.666/93).

**14.1-** Após concluída as fases do certame, a Comissão de Licitação encaminhará o processo para a autoridade competente homologar o procedimento licitatório e adjudicar o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar.

**15 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA  
ASSINATURA DO CONTRATO**

(Art. 40, Inciso II da Lei 8.666/93).

**15.1** – O licitante vencedor terá um prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízos as sanções previstas no art. 81 da lei 8666/93. (art. 64 da lei 8666/93).

**15.1.1-** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Adjudicatária e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Câmara municipal (Parágrafo 1º, Art. 64 da Lei 8666/93).

**15.1.2-** É facultado à Câmara Municipal, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei 8666/93 (Parágrafo 2º, Art. 64 da Lei 8666/93).

**15.1.3** – Decorrido 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem que ocorra a convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (parágrafo 3º, do artigo 64, da Lei nº. 8.666/93).

**16– DOS PRAZOS E CONDIÇÕES  
PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

(Art. 40, Inciso II da Lei 8.666/93).





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**16.1-** A CONTRATADA deverá executar os serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Câmara Municipal em até 05 (cinco) dias após a data da assinatura do Contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**16.1.1** - O Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

**17 – GESTÃO/FISCALIZAÇÃO/ATESTAÇÃO.**

**17.1** - A prestação dos serviços objeto deste CONTRATO será acompanhada pela Unidade de fiscalização da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, para tanto instituída, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição, devendo:

**17.1.1** - promover as avaliações periódicas dos serviços executados; e

**17.1.2** - atestar os documentos referentes à prestação dos serviços, nos termos contratados, para efeito de pagamento.

**17.1.3** - além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços, a Unidade de fiscalização da Câmara Municipal ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, suspender qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

**17.1.4-** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do setor responsável pela fiscalização deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**18- CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO**

(Art. 40, Inciso XVI da Lei 8.666/93).

**18.1** - Ao considerar concluídos os serviços, a CONTRATADA solicitará ao setor responsável pela fiscalização, em até 15 (quinze) dias, que proceda a conferência dos relatórios de atividades. O recebimento dar-se-á pelo CONTRATANTE, através de análise conjunta realizada pelo fiscal e procurador jurídico responsáveis pela execução dos serviços.

**19- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

(Art. 40, Inciso XIV da Lei 8.666/93).

**19.1.** O pagamento observará o relatório de atividades atestado pelo fiscal do contrato e efetivado em até 15 (quinze) dias mediante apresentação de Nota Fiscal.

**19.2-** Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**19.3-** O pagamento será feito por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira informada pela licitante vencedora discriminado na nota fiscal.

**19.4-** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

**19.5-** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social- CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF

**19.6-** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**20-DO REAJUSTE**

(Art. 40, Inciso XI da Lei 8.666/93).

**20.1-** Poderá ser reajustado o valor dos serviços contratados e não executados, mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA.

**Parágrafo Único-** Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**, precluindo o seu direito após a execução dos serviços.

**21 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

(Art. 55, inciso V, da Lei n.º 8.666/93).

**21.1** A contabilização das despesas previstas para realização do objeto deste processo está identificada no orçamento geral do município na seguinte rubrica:

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte Recurso
031.0001.2002 Manutenção das atividades legislativas	12	3.3.90.39.00 outros serviços de pessoa jurídica

**22.1-** É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

**22.1.1-** A subcontratação parcial dos serviços só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Câmara Municipal, nos seguintes limites: exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

**22.1.2-** A **CONTRATADA** não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

**23- DAS OBRIGAÇÕES DA  
CONTRATANTE E DA CONTRATADA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**23.1-** As obrigações da contratante e contratada estão definidas na minuta do Contrato anexo X.

**24- DA RESCISÃO DO CONTRATO.**

**24.1-** O Contrato poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da Câmara Municipal, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

**24.1.1-** Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**24.1.2-** Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a Câmara Municipal responderá pelo preço do serviço devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

**25- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

(Art. 40, Inciso III da Lei 8.666/93).

**25.1** - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, sujeitando-o às sanções legalmente estabelecidas e às penalidades discriminadas na Minuta de Contrato, (Anexo X) do edital.

**25.1.2** As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

**26-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

(Art. 40, Inciso XVII da Lei 8.666/93).

**26.1-** A contratada, imediatamente após a assinatura do contrato deverá indicar um preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos serviços, atender aos chamados do setor de fiscalização, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz.

**26.1.1-** O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação ou desclassificação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**26.1.2-** Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes "Documentos de Habilitação" de licitantes inabilitados ou de envelopes "Proposta Comercial" de licitantes desclassificados.

**26.1.3-** Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**26.1.4-** A Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observados na documentação ou na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes ou outrem, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no art. 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**26.1.5 -** O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

**26.1.6 -** A CONTRATADA deve observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Contrato, e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando a Câmara Municipal de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade dela.

**26.1.7 -** A participação do licitante implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

**26.1.8 -** A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo a Câmara Municipal revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

**26.1.9 -** As decisões do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas e do Presidente da Comissão Permanente de Licitação serão publicadas no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico, quando for o caso, podendo ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e divulgadas no site da Câmara Municipal.

## **27- DO FORO**

(Art. 55, parágrafo 2º da Lei nº. 8.666/93).

**27.1-** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Virginópolis, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Divinolândia de Minas, 29 de Julho de 2019.

  
**Geralda Pinto Mascena**

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

  
**Osvânio Ferreira dos Santos**

Secretário

  
**Francisco Ribeiro da Fonseca**

Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO I**

**PROJETO BÁSICO**

---

**1 - OBJETO**

---

**Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal nos Exercícios 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal do exercício 2018 e Auditoria na execução de despesa, conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.**

---

**2 - DO DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS**

---

O objeto do presente Termo de Referência será dividido em 03 (três) itens, da seguinte forma:

**ITEM 01 - AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL**

**a)** Exame do Relatório anual das contas do Executivo Municipal, referente aos exercícios de 2017/2018 e 2019, a ser efetivado de acordo com as normas de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em especial à NBC TA 200, que traça os objetivos gerais do Auditor Independente e as formas de condução da auditoria, bem como análise dos dados enviados ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG, com a finalidade de análise e emissão do parecer prévio.

**ITEM 02 - AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:**

**a)** Análise em procedimentos licitatórios do executivo municipal, referentes aos exercícios de 2017/2018/2019, indicados pelo legislativo, desde a fase interna até a fase de execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas, devendo ser analisados, no mínimo, 10% (dez por cento) dos procedimentos autuados em 2018 pelo Município, compreendendo:

**a1)** Análise da forma de contratação utilizada nos procedimentos licitatórios, compreendendo a análise completa da fase interna da licitação (cotações, pesquisas de preço de mercado, disponibilidade orçamentária e financeira, autorização de abertura do procedimento e autuação);





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**a2)** Análise da elaboração do Edital em conformidade com a Lei de Licitações, incluindo a correta publicação do instrumento convocatório (prazo de publicação);

**a3)** Análise da fase de julgamentos, desde a proposta até a habilitação, observando o atendimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório;

**a4)** Análise da fase de execução contratual, compreendendo a emissão de empenhos, ordens de fornecimento e ordens de serviço e todos os demais atos inerentes à correta execução contratual, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas. Não se inclui nesse objeto, serviços de responsabilidade de profissionais não vinculados ao objeto da contratação, tais como engenheiros, médicos, advogados, etc.

**ITEM 03 - AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018/2019:**

**a)** Exame das Contas da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, aplicando à auditoria todas as normas do Conselho Federal de Contabilidade - CRF, em especial à NBC TA 200;

**b)** Análise dos procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos exercícios 2017, 2018 e 2019, nestes incluídos os procedimentos de contratação e compras públicas (Compras e Licitação), Departamento de Recursos Humanos, Frotas e demais procedimentos vinculados ao Legislativo Municipal.

---

**3 - DA JUSTIFICATIVA**

---

O Poder Legislativo, representante do povo, tem como obrigação a fiscalização dos atos do Executivo, em especial dos atos que envolvem o emprego de dinheiro público. Todavia, referida fiscalização demanda olhar técnico e profissionais com a expertise necessária para avaliar diversas situações, olhar este que foge ao conhecimento cotidiano do corpo de funcionários da Câmara Municipal, motivo pelo qual a terceirização dos referidos serviços é extremamente necessária.

A contratação de serviços profissionais de auditoria independente especificados no presente Termo, além de estar seguindo os diplomas legais que regem as contratações públicas, não se restringem à análise apenas dos atos do Executivo, mas também de auditoria das atividades do legislativo, objetivando a transparência desta colenda casa, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e administração e de suas normas técnicas; promovendo a eficiência administrativa e o correto emprego dos recursos públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



---

**4 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

---

**4.1.**A empresa CONTRATADA deverá apresentar relatórios das análises realizadas, fazendo todos os apontamentos necessários, sendo que os relatórios devem ser objetivos e de fácil compreensão.

**4.2.** A cada visita realizada à sede da Câmara Municipal para a prestação dos serviços, os técnicos da CONTRATADA deverão emitir relatório de visita, apontando todos os serviços prestados no período da visita.

---

**5 - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

---

**5.1.**O objeto deste Termo de Referência deverá ser prestado na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas ou outro local designado pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma apresentado por esta, devendo os serviços estarem concluídos até 31 de dezembro corrente.

**5.2.**A CONTRATADA deverá obedecer toda a legislação trabalhista e seus empregados, e, quando em atividade nas dependências da Câmara, as normas internas da CONTRATANTE.

---

**6 - VIGÊNCIA CONTRATUAL**

---

**6.1.** O objeto do presente Termo de Referência deverá ser executado até 31 de dezembro corrente, a contar da data de assinatura do contrato, podendo haver prorrogação do mesmo, pelo período de até 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

---

**7 - DA FORMA DE PAGAMENTO**

---

**7.1.** O pagamento pela prestação dos serviços será realizado de forma mensal, devendo ser efetuado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal/Fatura.

---

**8 - DA EQUIPE TÉCNICA**

---

**8.1.**A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar para execução dos serviços os seguintes profissionais:

No mínimo 01 (um) profissional devidamente registrado no CRC/MG - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, 01 (um) profissional devidamente registrado no CRA/MG - Conselho Regional de Administração de Minas Gerais.

---

**9 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA A SER EXIGIDA NA  
HABILITAÇÃO**

---





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**9.1.** A (s) empresa (s) interessadas em concorrer para o objeto que se pretende contratar deverão estar devidamente regulares com relação à situação jurídica, fiscal, trabalhista e financeira, devendo ainda possuir qualificação técnica para a execução dos serviços, comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

**9.1.1. Tanto para o Item 01, quanto para o item 02:**

**9.1.1.1.** Atestado de capacidade técnica operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a prestação de serviços compatíveis com o objeto devendo comprovar no mínimo:

**9.1.1.2.** Comprovação de registro e regularidade da empresa perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG e perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Não sendo a empresa sediada no Estado de Minas Gerais, deverá apresentar a prova de registro e regularidade perante o CRC e o CRA do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG e no CRA/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.3.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais - CRC/MG;

**9.1.1.4.** Comprovação de possuir em seu quadro técnico, para a data prevista para a abertura do certame, profissional de nível superior, devidamente registrado perante o Conselho Regional de Administração do Estado de Minas Gerais - CRA/MG;

**OBS:** Sendo o profissional registrado em outro estado, deverá ser apresentada a prova de registro e regularidade perante o CRC do seu Estado para fins de habilitação e apresentar registro secundário no CRC/MG para fins de assinatura do contrato de prestação dos serviços;

**9.1.1.5.** Comprovação da existência de profissional(is) com a(s) Especialização(ões):

- c) Especialização em Contabilidade podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado;
- d) Especialização em Administração, podendo ser comprovada através de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

**9.2.** A comprovação de vinculação entre o (s) profissional (is) e a empresa licitante, deverá ser feita mediante a apresentação de Contrato de Prestação de Serviços, devidamente registrado em Cartório ou anotações na CTPS ou registro de empregados e sendo o profissional integrante do quadro



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



societário da empresa, deverá ser apresentado a documentação de constituição da licitante, sendo que a comprovação de vínculo será exigida para fins de **ASSINATURA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.

---

**10 - DA FORMA DE EXECUÇÃO E MODALIDADE LICITATÓRIA**

---

**10.1.** O regime de execução será da forma indireta de empreitada por preço global.

**10.2.** Devido à especificidade dos serviços que exigem empresas devidamente qualificadas tecnicamente, sugere-se a modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, para escolha da proposta mais vantajosa pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

---

**11 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES**

---

**11.1.** Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- d) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**11.2.** A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;
- b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho;
- c) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.

**11.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**11.4.**A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**11.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobrada judicialmente.

---

**12 - DAS OBRIGAÇÕES**

---

**12.1. DA CONTRATADA**

**a)**Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.

**b)**Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.

**c)**Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

**d)**Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**e)**Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

**f)**Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.

**g)**O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**h)**A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)**Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução deste Contrato.

**j)**Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

**12.2. DA CONTRATANTE**

**a)**Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

---

**13 - DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO CONTRATO**

---

**13.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**13.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**13.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**13.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.** Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

---

**14 - DAS FORMAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

---

**14.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

**14.2.** Constituem motivo para rescisão do contrato:





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



- a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) o atraso injustificado no início do serviço;
- d) a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- f) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do Art. 67 da Lei nº 8.666/93;
- g) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- i) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- k) a supressão, por parte da Administração dos serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no §1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- l) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**14.3. A rescisão do contrato poderá ser:**

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, desde que haja motivo justificado;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicial, nos termos da legislação.

**14.4.** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

---

**15 – DO VALOR MÁXIMO**

---

**15.1.** Fica estabelecido o limite máximo nesta licitação, nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993:



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019.	SERVIÇO	01	R\$ 20.000,00





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO II.**

**CARTA PROPOSTA (MODELO)**

**À Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.**

**PROCESSO Nº. 08/2019.**

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

**Assunto: Apresenta Proposta.**

**1. DOS DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:**

- 1.1.** Razão Social
- 1.2.** CNPJ/MF:
- 1.3.** Endereço e CEP:
- 1.4.** Correio eletrônico (*e-mail*):
- 1.5.** Telefone e Fax:
- 1.6.** Nome de pessoa para contato

Prezados Senhores

Pela presente carta, em estrito atendimento aos termos do Edital do processo licitatório em epígrafe, apresentamos nossa Proposta para **contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal** de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, e demais anexo, parte integrante e inseparável do edital como se segue:

O preço total para execução dos serviços é de R\$ ----- (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), de acordo com os quantitativos e preços unitários cotados por nossa empresa.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	SERVIÇO	01	R\$
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**



Declaramos, outrossim, que em nosso preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndio resultantes de impostos, taxas, regulamentos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação à Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

Comprometemo-nos a executar eventuais serviços, bem como fornecimento de mão-de-obra não constantes do Edital, mas inerentes à natureza dos serviços contratados. Os custos unitários serão especificados e orçados pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas e submetidos à aprovação da contratada para execução e pagamento.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento das condições de execução dos serviços.

O prazo de execução total dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da ordem de serviço.

O prazo de validade da proposta é de \_\_\_\_ (\_\_\_\_a) dias corridos a partir do julgamento da licitação.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em questão.

Atenciosamente,

Local e data)

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO III**

**PROCESSO Nº. 08/2019.  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

**(Nome da empresa)**, sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1-Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2-Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3-Que não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- 4-Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO IV**

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

**DECLARAÇÃO DE MENOR.**

**PROCESSO Nº. 08/2019.  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019**

\_\_\_\_\_, (razão social da empresa), CNPJ nº. \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, ressalvando que, caso empregue ou venha empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, somente o faz ou fará na condição de aprendiz, que não utiliza ou se beneficia, direta ou indiretamente, ou tenha sido autuada nos últimos 05 (cinco) anos pela utilização de mão-de-obra infantil, que não infringiu as normas de proteção ao trabalho adolescente, que não foi autuada no ano em curso ou anterior por infrações às normas de segurança e saúde do trabalhador adolescente ou, ainda por impedir ou dificultar seu acesso e freqüência regular na escola.

\_\_\_\_\_ (local), em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO V.**

**(MODELO)**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pela SSP/\_\_\_\_ e de CPF nº \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no Edital da Tomada de Preços nº: 01/2019, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20....

.....  
(Representante Legal)  
RG, CPF.

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um "X", ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VI**

**MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO.**

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE, inscrita no CNPJ sob o número ..... com sede à Rua (Av.) ....., n.º ....., Bairro....., na cidade de .....Estado de ..... CEP....., por seu representante legal abaixo assinado, credencia o Senhor ..... portador da Carteira de Identidade (RG) n.º ..... expedido pelo ..... para representá-la junto a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, nos atos relacionados com a **Tomada de Preços n.º 01/2019**, podendo para tanto impugnar documentos e propostas de outros participantes, requerer o registro em ata das observações que entender relevantes, formular lances verbais, manifestar intenção de interpor ou desistir de recursos, assinar Atas, rubricar páginas de propostas e documentos, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, pedir informações e, de um modo geral, praticar todos os atos necessários e implícitos ao fiel, perfeito e cabal desempenho do presente credenciamento.

Local e data: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VII**

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA  
(NÃO OBRIGATÓRIO)**

Declaro, para atender às exigências do processo Licitatório referente à Tomada de Preços nº: 01/2019, que o Sr. \_\_\_\_\_, compareceu ao local da prestação de serviços em \_\_\_\_\_ 2019, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto do certame licitatório em epígrafe, obedecendo assim o art. 30, III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas sucessivas alterações posteriores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX/MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

-----  
Responsável pelo acompanhamento da visita



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal  
o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador do Documento de  
Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA que o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_,  
portador(a) do CPF (MF) nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CRA ou CRC  
sob o nº \_\_\_\_\_ é o (a) nosso (a) indicado (a) como  
Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da  
licitação em apreço.

Local e data-----.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade

*\* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.*

*\* Emitir uma declaração para cada RT, sendo necessário um responsável técnico com registro no CRC e no mínimo um responsável técnico com registro no CRA.*





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO**

**PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE**

Empresa....., inscrita no CNPJ N°  
....., sediada na rua ....., cidade ..... / UF, por  
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a)  
da Carteira de Identidade n° ..... e do CPF n° .....  
**DECLARA** que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa,  
empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

....., de ..... de 2019.

---

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**ANEXO X**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº -----/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS E A EMPRESA.....**

Por este instrumento de **CONTRATO**, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº: 01.628.137/0001-58, representada por seu Presidente, **ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**, brasileiro, convivente, autônomo, inscrito no CPF sob o nº: 001.619.156-04 e Carteira de Identidade nº: MG-7.699.227, com sede à Praça José de Souza Madeira, nº: 22, Centro, CEP: 39735-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, \_\_\_\_\_, situada à Rua \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ CPF sob o nº. \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio-gerente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº: 08/2019, na modalidade Tomada de Preços nº: 01/2019, do tipo menor preço, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

**CLAUSULA PRIMEIRA – Objeto**

**1.1-** O presente **CONTRATO**, tem por objeto a prestação de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Tomada de Preços nº: 01/2019, com seus Anexos, e a Proposta da **CONTRATADA**.

**1.1.2.** Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina da Lei 8.666/93 e suas alterações;

**CLAUSULA SEGUNDA- Da execução do contrato.**

**2.1-**A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

**CLAUSULA TERCEIRA- Da vigência.**

**3.1-** A CONTRATADA deverá executar os serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Câmara Municipal em até 05 (cinco) dias após a data da assinatura do Contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.1.1-** O Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLAUSULA QUARTA - Do valor/pagamento**

**4.1-O** valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**4.1.1-O** pagamento observará a execução dos serviços mensalmente, conforme relatório de atividades, proporcional aos serviços executados em até 15 (quinze) dias mediante apresentação de Nota Fiscal.

**4.1.2.** O pagamento do valor de cada prestação de serviços estará condicionado à entrega de relatório de atividades.

**4.1.3.-** Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

**4.2-O** pagamento será feito por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira informada pela licitante vencedora discriminado na nota fiscal.

**4.3-** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.

**4.4-** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social- CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF

**4.5-** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLAUSULA QUINTA- Do reajustamento.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**5.1-** Poderá ser reajustado o valor dos serviços contratados e não executados, mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA.

**Parágrafo Único-** Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**, precluindo o seu direito após a execução dos serviços.

**CLAUSULA SEXTA - Da dotação orçamentária.**

**6.1** A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta da SEGUINTE dotação.

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte Recurso
XXXXXXXXXXXXX	XX	XXXXXXXXXXXXX

**6.2** - A despesa para os anos subseqüentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na Lei Orçamentária Anual.

**CLAUSULA SÉTIMA – Das obrigações das partes.**

**7.1-** Constituem obrigações da contratada:

**a)** Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.

**b)** Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.

**c)** Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

**d)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**e)** Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

**f)** Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.

**g)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**h)A** Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)** Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução do objeto deste contrato.

**j)** Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal defazê-lo.

**7.2 - São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do contrato**

**a)** Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as aquisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

**CLAUSULA OITAVA - Do aumento ou supressão.**

**8.1-** No interesse da **Câmara Municipal**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA NONA- Da alteração do contrato**

**9.1 -** O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Câmara Municipal, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA- Da fiscalização/acompanhamento.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**10.1.**O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.**A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**10.3.**O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**10.4.**As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.**Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Subcontratação.**

**11.1-**É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.

**11.1.1-**A subcontratação parcial dos serviços só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Câmara Municipal, nos seguintes limites: exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

**11.1.2-**A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Da Rescisão.**

**12.1-**A rescisão do presente contrato poderá ser determinada na forma disposta no projeto básico que integra o edital que precede este contrato e ainda:

**12.1.1-** determinada por ato motivado da Câmara Municipal, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78 I a XII e XVII da Lei de Licitações.

**12.1.2 -** amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal;

**12.1.3 -** judicial, nos termos da legislação.

**12.2 -** No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Das Sanções.**

**13.1-** Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.
- d)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; e
- e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**13.2.** A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

- a)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;
- b)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho; e
- c)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.

**13.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

**13.4.** A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**13.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobra da judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Do pagamento de Multas e penalidades.**

**14.1-** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **Contratante** à **Contratada**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela **contratante**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS**



**14.2-** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **Contratada**, a **Contratante** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à **CONTRATADA**.

**14.3-** As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a contratada por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Das disposições Gerais.**

**15.1-** Deverá a **CONTRATADO (a)** observar, também, o seguinte:

**a)-** é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal;

**b)-** a subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Câmara Municipal.

**c)-** Vinculam-se a este **CONTRATO** os termos do Edital de Tomada de Preços nº. 01//2019 e seus anexos, bem como a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, independentemente de menção expressa neste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro.**

**17.1-** As partes elegem o Foro da Comarca de Virginópolis, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da interpretação e/ou execução deste instrumento.

Por estarem assim justos e acertados, assinam este contrato na presença de duas testemunhas de tudo cientes.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 29 de Julho de 2019.

**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

Odécio Bibiano da Silva - Presidente

**CONTRATANTE**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**CONTRATADA**







VEHICULO NACIONAL

PLATEA

01/08/19

ASS:





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL**

Certifico que o presente o edital nº. 008/2019 do processo administrativo licitatório nº. 008/2019 da modalidade tomada de preços 001/2019, cujo objeto é *Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador*, tipo de licitação, menor preço global, data da abertura do certame dia **15 de agosto de 2019, às 09h00m**, o Edital será publicado em jornal de grande circulação local e regional, no quadro de aviso da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, e ainda no portal da transparência, para o conhecimento de todos os interessados.

Divinolândia de Minas/MG, 30 de julho de 2019.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL

**CERTIDÃO**

Certifico para os devidos fins de prova que a cópia do presente Edital nº 002/2019 foi afixado no quadro de publicações da Câmara Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019 às \_\_\_\_h\_\_\_\_m.

**Osvânio Ferreira dos Santos**  
Secretário da CPL







# PUBLICAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO<sup>1</sup> (EDITAL Nº: 002/2019)

29 de julho de 2019

- ✓ Publicado no jornal Oficial do estado de Minas Gerais 30/07/2019;
- ✓ Publicado no Quadro de avisos da Câmara Municipal dia 30/07/2019;
- ✓ Publicado no portal da transparência dia 30/07/2019.

## <sup>1</sup> Fundamentação Legal:

Lei Federal nº. 8.666/93

Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:

I – (...)

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Municipal, ou do Distrito Federal;

III - em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

§ 1º O aviso publicado conterá a indicação do local em que os interessados poderão ler e obter o texto integral do edital e todas as informações sobre a licitação.







**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

**ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 “e” do Edital que passa a ter o seguinte texto. *“Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993”.***

***Atestamos que todas as licitantes solicitantes do Edital foram devidamente comunicadas através do e-mail.***

Att.

Geralda Pinto Mascena

**Presidente da Comissão de Licitação**







# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS




## COMUNICADO

Cumprimentamos aos interessados e viemos através deste, comunicarmos que devido ao feriado municipal no dia 15 de agosto 2019 (*dia da Padroeira da Paróquia Nossa Senhora da Gloria*), o julgamento da tomada de preços nº. 001/2019 agendada para o mesmo dia, será adiada para o dia 19 de agosto de 2019, mantendo o mesmo horário.

Maiores informações poderão ser obtidas através de e-mail [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br) ou pelo telefone: 33-3414-1132.

Atestamos ainda, que até a presente data, todos os interessados que retiraram o edital, foram comunicados.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 12 de agosto de 2019.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL

CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS			
Certifico que foi publicado por afiação o(s)			
presente	<u>Comunicado</u>	no período de	
<u>12</u>	de <u>Agosto</u>	de 20	<u>19</u>
<u>26</u>	de <u>Agosto</u>	de 20	<u>19</u>
<u>[Assinatura]</u>		Secretário / Matrícula	





Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações

Ir

Sua caixa de correio

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alterar permissões de acesso

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entrada	999+
Rascunhos	119
Enviados	
Arquivos	
Spam	
Lixeira	
Pastas	Editar Ocultar

**Solicitação de Edital**

camaradivinolandia/Entrada



7 de ago às 16:34

Imprimir Mensagem bruta

**Diretoria** <diretoria@reisauditores.com.br>

Para:

camaradivinolandia &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Boa tarde Luana,

Por favor me envia o edital da Tomada de Preços 01/2019 referente a Auditoria.  
Obrigada.

Att  
Reis e Reis Auditores Associados EPP  
[diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)  
[diretoria.reisauditores@hotmail.com](mailto:diretoria.reisauditores@hotmail.com)  
(31) 3213-0060 / 3213-1742

Status

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

2  
1





Busque na sua caixa de correio

Camará Adm&amp;Br

Informações

Im

Imprimir

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Abastecimento - Equip. Y&amp;P&amp;A&amp;L

Respostas

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

999+

Rascunhos

119

Envia-los

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar Localizar

## Re: Solicitação de Edital

camaradivinolan.../Entrada



7 de ago às 16:41

Imprimir Mensagem bruta

Diretoria &lt;diretoria@reisauditores.com.br&gt;

Para:

Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Obrigada.

---- Ativado Qua, 07 ago 2019 16:38:31 -0300 Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt; escreveu ---

Boa tarde! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo.

Em quarta-feira, 7 de agosto de 2019 16:34:05 GMT-3,  
Diretoria <diretoria@reisauditores.com.br> escreveu:

Boa tarde Luana,

Por favor me envia o edital da Tomada de Preços 01/2019  
referente a Auditoria.  
Obrigada.

Att

Reis e Reis Auditores Associados EPP

[diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)[diretoria.reisauditores@hotmail.com](mailto:diretoria.reisauditores@hotmail.com)

(31) 3213-0060/ 3213-1742

Respostas

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



4

●

●



Cabeçalho

Bloco de notas

Agência

Atenção: por favor



Assuntos

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

camaradivinolandia / Enviados

**Fw: SOLICITAÇÃO DE EDITAL/ERRATA**

19 de agosto de 2019

Impressão Mensagem enviada

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Pastas Enviar Grátis

+ New folder

----- Mensagem encaminhada -----

De: Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para: Gabrielle &lt;gabrielle@reisauditores.com.br&gt;

Enviado: quinta-feira, 8 de agosto de 2019 15:54:24 GMT-3

Assunto: Re: SOLICITAÇÃO DE EDITAL/ERRATA

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinópolis de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Edital referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA: CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica ratificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Atli.

Comissão de Licitações.

Em sexta-feira, 2 de agosto de 2019 16:02:41 GMT-3, Gabrielle <gabrielle@reisauditores.com.br> escreveu:

Boa tarde,

Gostaria de fazer a solicitação do edital TP/1/2019, referente a prestação de serviços de auditoria.

Atenciosamente,  
Reis e Reis Auditores Associados

Página 1

Apagar

Spam

Ações

Aplicar





Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações ▼

Ir

Sua caixa de e-mail

Entrada

Contatos

Jóbo de notas

Atividade

Adicione uma nova conta de e-mail

Escreva

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

Entrada

999+

AN

UN

CIO

Rascunhos

119

camaradivinolandia/Entrada

Enviações

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Deletar

**Solicitação de edital Tomada de preço  
1/2019**

30 de jul às 13:37

Imprimir Mensagem bruta

**Bernardo Jornada** <bernardo.jornada@russell  
bedford.com.br>Para:  
camaradivinolandia@yahoo.com.br <camaradiv  
inolandia@yahoo.com.br>

Prezada senhora Geralda Pinto, boa tarde!

Nossa empresa tem grande interesse em participar do certame  
supracitado. No entanto, não localizei o edital no site do estimado órgão.

Por gentileza, poderiam nos encaminhar arquivo do edital para este e-mail?

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços  
de auditoria

Abertura: 15/08/2019 09:00

Edital: TP/1/2019

**Bernardo Jornada**

T: +55 11 4007.1219

Skype: Bernardo Jornada | Russell Bedford

SAC: [ouvidoria@russellbedford.com.br](mailto:ouvidoria@russellbedford.com.br)[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)**Russell Bedford**

taking you further

Russell Bedford Brasil is a member of Russell Bedford International  
- A global network of independent professional services firms

Please do not print this e-mail unless it's really important. Think green.

Escreva

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar





bernardo

Comunicação

Informações

Ir

Seu perfil

Caixa de entrada Contatos

Favoritos

Assinaturas

Mensagens

Exibir

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entradas 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

mylife.com

D Bernardo - View F

AN

UN

CIO

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: Solicitação de edital Tomada de preço 1/2019/ERRATA**

8 de ago às 15:39

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Bernardo Jornada &lt;bernardo.jornada@russellbedford.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em terça-feira, 30 de julho de 2019 13:37:45 GMT-3, Bernardo Jornada <bernardo.jornada@russellbedford.com.br> escreveu:

Prezada senhora Geralda Pinto, boa tarde!

Nossa empresa tem grande interesse em participar do certame supracitado. No entanto, não localizei o edital no site do estimado órgão.

Por gentileza, poderiam nos encaminhar arquivo do edital para este e-mail?

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria

Abertura: 15/08/2019 09:00

Edital: TP/1/2019

**Bernardo Jornada**

T: +55 11 4007.1219

Skype: Bernardo Jornada | Russell Bedford

SAC: [ouvidoria@russellbedford.com.br](mailto:ouvidoria@russellbedford.com.br)[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)**Russell Bedford**

taking you further

Russell Bedford Brasil is a member of Russell Bedford international - A global network of independent professional services firms



Please do not print this e-mail unless it's really important. [Think green.](#)

Exibir

Apagar

Spam

Ações

Aplicar





Busque na sua caixa de correio

Compartilhe esta mensagem

Informações

Ir

Sua caixa de correio

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Atividade

Verificar mensagens não lidas

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999+

AN

Rascunhos 119

UN

Enviado

CIO

Arquivo

Spam

Lixeira

## Solicitação de Edital

camaradivinolandia/Entrada



31 de jul às 15:41

Imprimir Mensagem bruta

Gilson Senior &lt;gilson@seniorauditores.com.br&gt;

Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br

Pastas Editor Ocultar

Escrever

Objeto: ESTADO MINAS GERAIS  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA

Edital: TP/1/2019 Nº ConLicitação: 12  
10 Proce/2  
91 sso: C  
59 1  
5

Datas: Abertura: 15/08/2019 às 09:00  
A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na  
sede Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o  
Observação: Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às  
13:00 horas ou por e-mail: camaradivinolandia@yahoo.  
com.br.GeraldaPinho Mascena, Presidente da CPL

Unid. Licitante: Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

Endereço: Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

CEP: Cidade: Divinolândia de Minas - MG

Fone: Não divulgado pela fonte

Boa tarde,

Solicito o edital acima para análise.

Fico no aguardo.

..

Att,

SÊNIOR

Gilson Lima

Fone: 44 99833-3938 44 3026-1441

Maringá - Paraná

[www.seniorauditores.com.br](http://www.seniorauditores.com.br)

Apagar

Spam

Ações

Aplicar







## Re: Solicitação de Edital

camaradivinolandia/Entrada



2 de ago às 09:19

Imprimir Mensagem bruta



Gilson Senior &lt;gilson@seniorauditores.com.br&gt;

&gt;

Para:

Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Bom dia,

Ok, recebido.

Obrigado.

Em sex, 2 de ago de 2019 às 08:44, Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt; escreveu:

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 15:41:27 GMT-3, Gilson Senior &lt;gilson@seniorauditores.com.br&gt; escreveu:

ESTADO MINAS GERAIS  
**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA**

<b>Edital:</b>	TP/1/2019	<b>Nº ConLicitação:</b>	12 10 91 59	Proc esso: 0 1 9
----------------	-----------	-------------------------	----------------------	------------------------------

**Datas:** Abertura: 15/08/2019 às 09:00  
 A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às 13:00 horas ou por e-mail: camaradivinolandia@yahoo.com.br.GeraldaPinto Mascena, Presidente da CPL

**Unid. Licitante:** Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

**Endereço:** Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

**CEP:** **Cidade:** Divinolândia de Minas - MG

**Fone:** Não divulgado pela fonte

Boa tarde,

Solicito o edital acima para análise.

Fico no aguardo.

Att,

**SÊNIOR**

Gilson Lima

Fone: 44 99833-3938 44 3026-1441

Maringá - Paraná

[www.seniorauditores.com.br](http://www.seniorauditores.com.br)

Att,

**SÊNIOR**

Gilson Lima

Fone: 44 99833-3938 44 3026-1441

Maringá - Paraná

[www.seniorauditores.com.br](http://www.seniorauditores.com.br)

Busque na sua caixa de correio

Entrada

Convites

Discos e notas

Arquivos

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

Rascunhos

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Ocultar

AN

UN

CIO





14/08/2019

(5.617 não lidos) - camaradivinolandia@yahoo.com.br - Yahoo Mail - Re: Solicitação de Edital/ERRATA

Solicito o edital acima para análise.

Fico no aguardo.

Att,

**SÊNIOR**

**Glson Lima**

Fone: 44 99833-3938 44 3026-1441

Maringá - Paraná

[www.seniorauditores.com.br](http://www.seniorauditores.com.br)

Att,

**SÊNIOR**

**Glson Lima**

Fone: 44 99833-3938 44 3026-1441

Maringá - Paraná

[www.seniorauditores.com.br](http://www.seniorauditores.com.br)

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Busque na sua caixa de correio

Contatos Mensagens

Informações ▼

1x

5/8 - Página 1

Entrada

Contatos

Bloco de pastas

Agenda

Apresentar o novo Yahoo Mail

Escrever

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar



Entrada

599+

AN  
UN  
CIO

Rascunhos

119

## SOLICITAÇÃO DE EDITAL

camaradivinolan.../Entrada

Enviar-fos

Arquivo

Spam

Lixeira



31 de jul às 11:53

Imprimir Mensagem bruta

SINTEGRIS: Contato &lt;contato@sintegris.com.br&gt;

r&gt;

Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br

Pastas

Editar

Excluir

Boa tarde!!!!

A empresa SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços EIRELI - EPP, CNPJ 09.376.045.0001/30, situada a rua Luiz Antônio da Silveira 259 - sala 5 - Boa Vista - São José do Rio Preto -SP  
Fone : 17 3202-1500, vem através deste solicitar edital TP/1/2019

Um grande e forte abraço,

.: RENATA BUENO

Cel.: (17) 99743-6771

SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços Eireli-EPP

Tel: (17) 3202.1500/ 3232-3949

www.sintegris.com.br

=====

Escrever

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

sintegris

Câmara Municipal

Informações ▼

Ir

Sua conta

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alterar perfil - Nova Mensagem

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar



Entrada 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

Escrever

camaradivinolandia/Enviados

**Re: SOLICITAÇÃO DE EDITAL/ERRATA**

8 de ago às 15:45

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>Para:  
SINTEGRIS: Contato <contato@sintegris.com.br>

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto, "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 11:53:32 GMT-3, SINTEGRIS: Contato <contato@sintegris.com.br> escreveu:

Boa tarde!!!!

A empresa SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços EIRELI - EPP, CNPJ 09.376.045.0001/30, situada a rua Luiz Antônio da Silveira 259 - sala 5 - Boa Vista - São José do Rio Preto -SP  
Fone : 17 3202-1500, vem através deste solicitar edital TP/1/2019

Um grande e forte abraço.

.. **RENATA BUENO**  
Cel.: (17) 99743-6771

SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços Eireli-EPP  
Tel: (17) 3202.1500/ 3232-3949  
www.sintegris.com.br

=====

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar



sintegris

Compartilhar

Informações

Ir

328 100% lido

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Atenção: para o novo Yahoo Mail

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entradas 999

Recursos 119

Enviados

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

Escrever

## Re: SOLICITAÇÃO DE EDITAL

camaradivinolandia.../Enviados



2 de ago às 08:47

Imprimir Mensagem bruta

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para:

SINTEGRIS: Contato &lt;contato@sintegris.com.br&gt;

1 Arquivo 673.6kB

PDF 673kB



EDITAL 2019...

Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 11:53:32 GMT-3, SINTEGRIS: Contato &lt;contato@sintegris.com.br&gt; escreveu:

Boa tarde!!!!

A empresa SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços EIRELI - EPP, CNPJ 09.376.045.0001/30, situada a rua Luiz Antônio da Silveira 259 - sala 5 - Boa Vista - São José do Rio Preto -SP  
Fone : 17 3202-1500, vem através deste solicitar edital TP/1/2019

Um grande e forte abraço,

RENATA BUENO  
Cel.: (17) 99743-6771

SINTEGRIS - Assessoria, Consultoria e Serviços Eireli-EPP  
Tel: (17) 3202.1500/ 3232-3949  
www.sintegris.com.br

=====

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



maíza

Câmara Municipal

Informações

Ir

Sair

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Atividade

Atividade para o grupo

Seções

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entrada 999 -

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: Divinolândia de Minas/MG\_EDITAL\_TP/1/2019/ERRATA**

8 de ago às 15:42

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Silva, Maiza O &lt;maizasilva@kpmg.com.br&gt;

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

Escrever

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 11:41:33 GMT-3, Silva, Maiza O <maizasilva@kpmg.com.br> escreveu:

Prezados, bom dia!

Por favor, poderiam disponibilizar o edital referente ao aviso abaixo? Não está disponível no portal.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA**

Edital: TP/1/2019

Nº 12109159

ConLicitatã  
o:

Processo: 08/2019

Datas: Abertura: 15/08/2019, 09:00

Observação: A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às 13:00 horas ou por e-mail: camaradivinolandia@yahoo.com.br, Geralda Pinto Mascena, Presidente da CPL

Unid. Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

Licitante:

Endereço: Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

Cidade: Divinolândia de Minas - MG

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Maiza Oliveira da Silva

KPMG Brasil - Contratações Públicas

Edifício EZ Towers - Torre A

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 - 11º andar

04711-904 - São Paulo-SP

T+55 (11) 3940-4651

[maizasilva@kpmg.com.br](mailto:maizasilva@kpmg.com.br)[kpmg.com/BR](http://kpmg.com/BR)

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo profissional ou por lei. É vedada a transmissão ou divulgação de seu conteúdo a terceiros, que não seus destinatários. O uso não autorizado de



Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações

Ir

Sua conta

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Além disso

Exiba mais

Entradas

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entrada	999+
Rascunhos	119
Envios	
Arquivo	
Spam	
Lixeira	
Pastas	Editar Ocultar

**Edital Licitação**

camaradivinolandia/Entrada



1 de agosto 16:36

[Imprimir](#) [Mensagem bruta](#)**Leisa Catarina** <leisacatarina@hotmail.com>

Para:

camaradivinolandia@yahoo.com.br &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Boa tarde.

Solicito, por gentileza, o edital sobre a licitação para contratação de serviços de auditoria.

Desde já, obrigada.

Leisa Ca

Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com)

Entradas

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Busque na sua caixa de correio

Camará Divinópolis

Informações ▼

Ir

Sua conta

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alterar para o novo Yahoo Mail

Selecione

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

AN  
UN  
CIO

Entrada

999+

Rascunhos

119

Enviar los

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar | Excluir

## RE: Edital licitação

camara divinolan.../Entrada



2 de ago às 13:57

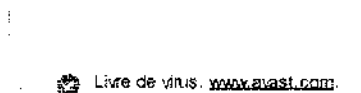
Imprimir | Mensagem em HTML

**Leisa Catarina** <leisacatarina@hotmail.com>

Para:

Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Boa tarde Luana.

Agradecida.  
Leisa Catarina.

Selecione

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar



leisa

Câmara Municipal de

Informações ▼

Ir 30h 20min atrás

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Atividade para o dia 14/08/2019

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

Entradas 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ Novo folder

## Re: Edital Licitação/ERRATA

camaradivinolandia/Enviados



8 de ago às 15:51

Imprimir Mensagem bruta

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para:

Leisa Catarina &lt;leisacatarina@hotmail.com&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto. "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quinta-feira, 1 de agosto de 2019 16:36:39 GMT-3, Leisa Catarina <leisacatarina@hotmail.com> escreveu:

Boa tarde.

Solicito, por gentileza, o edital sobre a licitação para contratação de serviços de auditoria.

Desde já, obrigada.

Leisa Ca

Livre de vírus. [www.avast.com](http://www.avast.com).

Escrever

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar



Busque na sua caixa de correio

Inbox 2/10/2019 10:08

Informações

Im

Sua caixa de correio

Entrada

Contatos

Álbum de fotos

Grupos

Alterar preferências de privacidade

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

999+

AN

Rascunhos

119

UN

C/O

Enviados

Arquivos

Spam

Lixeira

camaradivinolandia/Entrada

**Solicitação de Edital para Tomada de Preço 1/2019**

1 de agosto 08:39

Imprimir Mensagem bruta

**Rodrigo Ribeiro** <rodrigo.ribeiro@russellbedford.com.br>

Para:

camaradivinolandia@yahoo.com.br &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Pastas

Editar

Ocultar

Escrever

Prezados, bom dia!

Nossa empresa tem interesse em participar do certame supracitado. No entanto, não localizei o edital no site do estimado órgão.

Por gentileza, poderiam nos encaminhar o arquivo do edital para este e-mail?

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria

Abertura: 15/08/2019 09:00

TP/1/2019

Atenciosamente,

**Rodrigo da Silveira Ribeiro**

T: +55 11 4007.1219

Skype: Rodrigo | Russell Bedford

SAC: [ouvidoria@russellbedford.com.br](mailto:ouvidoria@russellbedford.com.br)

[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)



**Russell Bedford**  
taking you further

Russell Bedford Brasil is a member of Russell Bedford International  
- A global network of independent professional services firms



Please do not print this e-mail unless it's really important. Think green.

Resposta

Resposta

Resposta

Apagar

Spam

Ações

Aplicar





russell

Camaradivinolandia

Informações

Ir

5.615

2 mensagens

Caixa de entrada

Contatos

Jogo de notas

Arquivos

Alterar sua caixa de entrada

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entradas 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar

+ New folder

booking.com

Russell In The Rock

AN

UN

CIO

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: Solicitação de Edital para Tomada de Preço 1/2019**

2 de agosto 08:41

Imprimir Mensagens bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Rodrigo Ribeiro &lt;rodrigo.ribeiro@russellbedford.com.br&gt;

**2 Arquivos** 677.4kB Fazer o download de tudo

JPG 4kB PDF 674kB



image001.jpg EDITAL 2019...

Baixar Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quinta-feira, 1 de agosto de 2019 08:39:07 GMT-3, Rodrigo Ribeiro &lt;rodrigo.ribeiro@russellbedford.com.br&gt; escreveu:

Prezados, bom dia!

Nossa empresa tem interesse em participar do certame supracitado. No entanto, não localizei o edital no site do estimado órgão.

Por gentileza, poderiam nos encaminhar o arquivo do edital para este e-mail?

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria

Abertura: 15/08/2019 09:00

TP/1/2019

Atenciosamente,

**Rodrigo da Silveira Ribeiro**

T: +55 11 4007.1219

Skype: Rodrigo | Russell Bedford

SAC: [ouvidoria@russellbedford.com.br](mailto:ouvidoria@russellbedford.com.br)[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)**Russell Bedford**  
taking you further

Russell Bedford Brasil is a member of Russell Bedford International  
- A global network of independent professional services firms

Please do not print this e-mail unless it's really important. Thank you.

\* 1/1/2019 11:13:00 AM - 1/1/2019 11:13:00 AM

Esconder

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

Entrada

999-

booking.com

Russell In The Rock

AN

UN

CIO

Rascunhos

119

camaradivinolandia.../Enviados

Enviado:

Arquivo

Spam

Lixeira

8 de ago às 15:36

Imprimir Mensagem bruta

Pastas

Editar Ocultar

+ New folder

**Re: Solicitação de Edital para Tomada de Preço 1/2019/ERRATA****Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Rodrigo Ribeiro &lt;rodrigo.ribeiro@russellbedford.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quinta-feira, 1 de agosto de 2019 08:39:07 GMT-3, Rodrigo Ribeiro <rodrigo.ribeiro@russellbedford.com.br> escreveu:

Prezados, bom dia!

Nossa empresa tem interesse em participar do certame supracitado. No entanto, não localizei o edital no site do estimado órgão.

Por gentileza, poderiam nos encaminhar o arquivo do edital para este e-mail?

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria

Abertura: 15/08/2019 09:00

TP/1/2019

Atenciosamente,

**Rodrigo da Silveira Ribeiro**

T: +55 11 4007.1219

Skype:Rodrigo | Russell Bedford

SAC: [ouvidoria@russellbedford.com.br](mailto:ouvidoria@russellbedford.com.br)[www.russellbedford.com.br](http://www.russellbedford.com.br)**Russell Bedford**

taking you further

Russell Bedford Brasil is a member of Russell Bedford International  
- A global network of independent professional services firms

Please do not print this e-mail unless it's really important. [Think green.](#)

Escrever

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar





Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações

Ir

529 não lidos

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alternar para o novo Yahoo Mail

Exibir

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

999+

Rascunhos

119

Envia-los

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Localizar

AN  
UN  
CIO

## Edital Tomada de Preços

camaradivinolandia/Entrada



Licitar - ETAC &lt;licitar@etac.com.br&gt;

30 de jul às 10:40

Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br

Imprimir Mensagem crua

Bom dia!

Favor nos enviar por e-mail o edital de Processo Licitatório nº 08/2019-  
Tomada de Preços nº 01/2019, que tem como objeto a contratação de  
empresa especializada para prestação de serviços de auditoria.

Atenciosamente,

Assinatura: Kleverson Santos

licitar@etac.com.br

17/08

ETAC Auditoria e Consultoria Ltda

Rua Tenente Brito Velho, 429 - 3º andar

São Paulo - São Moisés - SP

Fone (11) 2241-4101 - www.etac.com.br

Assinatura

Exibir

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



etac

Informações Ir Subscrições

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Atividade

Atividade para mim

Resumo

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entradas 999+  
Rascunhos 119  
Enviados  
Arquivos  
Spam  
Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

Escrever

search.visymio. 100% Secure: Etac S

AN  
UN  
CIO

Re: Edital Tomada de Preços

camaradivinolandia/Enviados



2 de ago às 08:54

Imprimir Mensagens Print

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>  
Para: Licitar - ETAC <licitar@etac.com.br>

1 Arquivo 673.6kB

PDF KML



EDITAL 2019...

Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em terça-feira, 30 de julho de 2019 10:40:22 GMT-3, Licitar - ETAC <licitar@etac.com.br> escreveu:

Bom dia!  
Favor nos enviar por e-mail o edital de Processo Licitatório nº 08/2019- Tomada de Preços nº 01/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria.  
Atenciosamente,

--

**Kleverson Santos**  
licitar@etac.com.br

20

**ETAC Auditoria e Consultoria Ltda**  
Rua Venâncio Filho Maciel, 427 - 8º andar  
São Paulo - SP - 05409-000 - Brasil  
Fone: (11) 3225-4115 - www.etac.com.br

Link

Seu navegador não suporta o elemento <math>...</math>. Para obter mais informações, consulte o manual do navegador.

Apagar

Spam

Ações

Aplicar





etac

Detalhes da mensagem

Informações

Ir

3.410 mensagens

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alterar configurações

Exibir menu

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entradas 999+

Rascunhos 119

Envios

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

search.visymo. 100% Secure: Etac S

AN

UN

CIO

camaradivinolandia.../Enviados

## Re: Edital Tomada de Preços/ERRATA



8 de agosto 15:38

Imprimir Mensagem bruta

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para: Licitar - ETAC &lt;licitar@etac.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em terça-feira, 30 de julho de 2019 10:40:22 GMT-3, Licitar - ETAC <licitar@etac.com.br> escreveu:

Bom dia!

Favor nos enviar por e-mail o edital de Processo Licitatório nº 08/2019- Tomada de Preços nº 01/2019, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria. Atenciosamente,

**Kleverson Santos**

licitar@etac.com.br

ETAC Auditoria e Consultoria Ltda

Rua Tancredo Neves, 407 - Jd. Santa

Bela - Divinolândia - MG

Fone: (31) 3724-4553 - www.etac.com.br

10

10

Exibir menu

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

maiza

Luana Figueiredo

Informações

Ir

Sua conta

Caixa de entrada

Contatos

Lêdo de notas

Atividade

Alterar perfil e aparência

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas Editar Criar

+ New folder

Escrever

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: Divinolândia de Minas/MG\_EDITAL\_TP/1/2019**

2 de ago às 08:49

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>  
Para:  
Silva, Maiza O <maizasilva@kpmg.com.br>

**1 Arquivo** 673.6kB

PDF 671kB



EDITAL 2019...

2 arquivos

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 11:41:33 GMT-3, Silva, Maiza O  
<maizasilva@kpmg.com.br> escreveu:

Prezados, bom dia!

Por favor, poderiam disponibilizar o edital referente ao aviso  
abaixo? Não está disponível no portal.

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA

**Edital:** TP/1/2019

**Nº** 12109169

**Con licitação**  
**o:**

**Processo:** 08/2019

**Detas:** Abertura: 15/08/2019, 09:00

**Observação:** A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede  
Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o Edital poderá ser  
obtido no setor de licitações das 08:00 às 18:00 horas ou por e-  
mail: camaradivinolandia@yahoo.com.br. Geralda Pinto Mascena,  
Presidente da CPL

**Unid.** Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

**Licitante:**

**Endereço:** Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

**Cidade:** Divinolândia de Minas - MG

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Maiza Oliveira da Silva

KPMG Brasil - Contratações Públicas

Edifício EZ Towers - Torre A

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 - 11º andar

04711-904 - São Paulo-SP

T+55 (11) 3940-4651

maizasilva@kpmg.com.br

kpmg.com/BR

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as  
informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo  
profissional ou por lei. É vedada a transmissão ou divulgação de seu  
conteúdo a terceiros, que não seus destinatários. O uso não autorizado de





maíza

Clique aqui para

Informações

Ir

Clique aqui para

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Clique aqui para

Exibir

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entradas 999+

Respostas 119

Enviadas

Arquivos

Spam

Lixeira

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: Divinolândia de Minas/MG\_EDITAL\_TP/1/2019/ERRATA**

8 de ago às 15:42

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Silva, Maiza O &lt;maizasilva@kpmg.com.br&gt;

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

Exibir

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 11:41:33 GMT-3, Silva, Maiza O <maizasilva@kpmg.com.br> escreveu:

Prezados, bom dia!

Por favor, poderiam disponibilizar o edital referente ao aviso abaixo? Não está disponível no portal.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA**

Edital: TP/1/2019

Nº 12109159

ConLicitatã  
o:

Processo: 08/2019

Datas: Abertura: 15/08/2019, 09:00

Observação: A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às 13:00 horas ou por e-mail: camaradivinolandia@yahoo.com.br, Geralda Pinto Mascena, Presidente da CPL.

Unid. Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

Licitante:

Endereço: Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

Cidade: Divinolândia de Minas - MG

Desde já agradeço.

Atenciosamente,

Maiza Oliveira da Silva

KPMG Brasil – Contratações Públicas

Edifício EZ Towers – Torre A

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – 11º andar

04711-904 - São Paulo-SP

T+55 (11) 3940-4651

maizasilva@kpmg.com.br

kpmg.com/BR

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo profissional ou por lei. É vedada a transmissão ou divulgação de seu conteúdo a terceiros, que não seus destinatários. O uso não autorizado de

cintia

Câmara Municipal

Informações

Ir

14/08/2019

Caixa de entrada

Contatos

Filas de notas

Atividade

Atividade de 14/08/2019

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999

Rascunhos 119

Enviado

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Excluir

+ New folder

Re: Edital TP/1/2019

camaradivinolandia/Enviados



2 de ago às 08:45

Imprimir Mensagem imprt

**Câmara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:  
Cintia Domingues <cintia@institutototum.com.br>

1 Arquivo 573,5kB

PDF 573,5kB



EDITAL 2019...

Enviar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 15:37:19 GMT-3, Cintia Domingues  
<cintia@institutototum.com.br> escreveu:

Prezados, boa tarde!

Gentileza encaminhar o edital referente tomada de preços citada:

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE AUDITORIA

Edital: TP/1/2019

Nº Licitação:

0  
12 \$/  
10 Process 2  
91 se: 0  
59 1  
9

**Datas:** Abertura: 15/08/2019 às 09:00

A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede Câmara Municipal de Divinópolis de Minas, onde o Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às 13:00 horas ou por e-mail: [cam.mun.divinolandia@yahoo.com.br](mailto:cam.mun.divinolandia@yahoo.com.br), Geralda Pinto Mascena, Presidente da CPL

**Unid. Licitante:** Câmara Municipal de Divinópolis de Minas

**Endereço:** Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

CEP:

Cidade:

Divinópolis  
de Minas -  
MG

Fone:

Não divulgado pela fonte

Atenciosamente,

Cintia Domingues de Camargo | Instituto Totum

Tel: 11. 3372-9590

E-mail: [cintia@institutototum.com.br](mailto:cintia@institutototum.com.br)Site: [www.institutototum.com.br](http://www.institutototum.com.br)

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



cintia

Amor - 14 ago 2019

Informações

Ir

14/08/2019

Caixa de entrada

Contatos

Grupo de notas

Assinaturas

Abastecimento - 14/08/2019

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Excluir

+ New folder

Escrever

## Re: Edital TP/1/2019 /ERRATA

camaradivinolandia.../Entrada

8 de ago às 15:45

Imprimir Mensagem crua

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para:

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quinta-feira, 8 de agosto de 2019 15:44:46 GMT-3, Camara Municipal <camaradivinolandia@yahoo.com.br> escreveu:

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 15:37:19 GMT-3, Cintia Domingues <cintia@institutototum.com.br> escreveu:

Prezados, boa tarde!

Gentileza encaminhar o edital referente tomada de preços citada:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA

			0
		12	8/
Edital:	TP/1/2019	Nº Licitação:	10 Proce 2
			91 sso: 0
			59 1
			9

Otras: Abertura: 15/08/2019 às 09:00

A abertura será dia 15 de Agosto de 2019 às 09:00 horas na sede Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, onde o Edital poderá ser obtido no setor de licitações das 08:00 às 13:00 horas ou por e-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br). Geralda Pinto Mascena, Presidente da CPL.

Unid. Licitante: Câmara Municipal de Divinolândia de Minas

Endereço: Praça José de Souza Madeira, 22, Centro

CEP:

Cidade:

Divinolândia  
de Minas -  
MG

14/08/2019

(5.615 não lidos) - camaradivinolandia@yahoo.com.br - Yahoo Mail - Re: Edital TP/1/2019 /ERRATA

Fone: Não divulgado pela fonte -



Atenciosamente,

**Cintia Domingues de Camargo | Insituito Totum**

Tel: 11. 3372-9590

E-mail: [cintia@insituitotum.com.br](mailto:cintia@insituitotum.com.br)

Site: [www.insituitotum.com.br](http://www.insituitotum.com.br)

Apagar Spam Ações ▼ Aplicar

licitacao@luzes

Verificar e-mails

Informações

Ir

Verificar e-mails

Caixa de entrada

Contatos

Livro de notas

Arquivos

Alguns e-mails podem não ser exibidos

Pesquisar

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Excluir

+ New folder

Verificar e-mails

## Re: Solicitação de Edital

camaradivinolandia@luzes/Enviados



2 de ago às 08:52

Imprimir Mensagem inteira

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para:

Marina Fernandes Ramos &lt;licitacao@luzes.com.br&gt;

2 Arquivos 813.7kB Fazer o download de tudo

PNG 1.0MB PDF 676KB



image001.png EDITAL 2019...

Baixar

Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em terça-feira, 30 de julho de 2019 15:59:22 GMT-3, Marina Fernandes Ramos &lt;licitacao@luzes.com.br&gt; escreveu:

Boa tarde,

Prezados,

Venho por meio deste solicitar o envio do Edital de Tomada de Preços - TP/1/2019 - Processo 08/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, com data de abertura para 15/08/2019 às 09:00.

Aguardo retorno.

Cordialmente,

Marina Fernandes Ramos  
Licitações

(55) (44) 3053.3272



Este e-mail e todos os arquivos nele contidos são propriedade exclusiva da Luzes Empreendedorismo e podem conter informações confidenciais.

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



licitacao@luzes

Informações Ir

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Atividade

Alternar para o modo Light Mail

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entradas 999+

Rascunhos 119

Envios

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar Deletar

+ New Folder

## Re: Solicitação de Edital/ERRATA

camaradivinolandia.../Enviados



8 de ago às 15:39

Imprimir Mensagem bruta

Camara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para:

Marina Fernandes Ramos &lt;licitacao@luzems.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em terça-feira, 30 de julho de 2019 15:59:22 GMT-3, Marina Fernandes Ramos <licitacao@luzems.com.br> escreveu:

Boa tarde.

Prezados,

Venho por meio deste solicitar o envio do Edital de Tomada de Preços - TP/1/2019 - Processo 08/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, com data de abertura para 15/08/2019 às 09:00.

Aguardo retorno.

Cordialmente,



Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Busque na sua caixa de correio

Clique aqui para ler

Informações

Im

Ajuda

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Apexia

Atente-se para não perder mensagens

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

999+

Rascunhos

119

Enviar

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Ocultar

AN  
UN  
CIO

## Tomada de Preços 1/2019

camaradivinolandia@yahoo.com.br/Entrada



editais@staff.cnt.br &lt;editais@staff.cnt.br&gt; 31 de jul às 16:01

Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br Imprimir Mensagem bruta

Boa tarde

Solicito o envio do Edital da Tomada de Preços 01/2019 – objeto Prestação de serviços de Auditoria.

Atenciosamente



Carmem Sílvia

Secretária Administrativa

Tel.: (19) 3251-6111 – Cel.: (19) 99341-9066



Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

staff

Camaradivinolandia

Informações

In

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Albuns para Camaradivinolandia

Exemplos

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Ocultar

+ New folder

jobs.mitula.co A Staff - Search Fast

Re: Tomada de Preços 1/2019

camaradivinolandia/Enviados

AN  
UN  
CIO

7 de ago às 08:43

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>  
Para: editais@staff.cnt.br

2 Arquivos 718.7kB fazer o download de tudo

PNG 43kB PDF 674kB



image001.png EDITAL 2019...

Baixar Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 16:01:01 GMT-3,  
<editais@staff.cnt.br> escreveu:

Boa tarde

Solicito o envio do Edital da Tomada de Preços 01/2019 – objeto  
Prestação de serviços de Auditoria.

Atenciosamente



Carmem Silvia  
Secretária Administrativa  
Tel.: (19) 3251-6111 – Cel.: (19) 99341-9066

Exemplos

Apagar

Spam

Ações

Aplicar





staff

Câmara Divinolândia

Informações

Ir

Seu e-mail

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alternar para o modo desktop

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada

999

jobs.mitula.co

A Staff - Search Fast

AN  
UN  
CIO

Rascunhos

119

camaradivinolandia/Enviados

Envios

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Excluir

+ New folder

## Re: Tomada de Preços 1/2019/ERRATA



8 de ago às 15:49

Imprimir Mensagem bruta

Câmara Municipal &lt;camaradivinolandia@yahoo.com.br&gt;

Para: editais@staff.cnt.br

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

**ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".**

Att.

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 16:01:01 GMT-3,  
<editais@staff.cnt.br> escreveu:

Boa tarde

Solicito o envio do Edital da Tomada de Preços 01/2019 -- objeto Prestação de serviços de Auditoria.

Atenciosamente

  
**AUDITORIA E AVALIAÇÃO**

Carmem Silvia

Secretária Administrativa

Tel.: (19) 3251-6111 – Cel.: (19) 99341-9066

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Busque na sua caixa de correio

Câmara Divinolândia

Informações ▼

Ir

Sair | Página 1

Entrada

Correio

Bloco de notas

Agenda

Abertura para o novo Yahoo Mail

Exemplos

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

Entrada	999+
Rascunhos	119
Enviados	
Arquivo	
Spam	
Lixeira	
Pastas	Editar   Criar pasta

AN  
UN  
CIO

camaradivinolan.../Entrada

**Pedido do edital de auditoria Câmara Divinolândia****Carminha-DSA** <carminha@dsaconsultoria.com.br>

Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br

31 de julho de 2018, 13:34

Imprimir | Mensagem bruta

Venho solicitar a cópia do edital de auditoria.

Atenciosamente,

Maria do Carmo Barbosa Lessa  
Gestora de Processos-DSA.

33-98818-5646/(38)3521-1357 (38)3521-1857



Exemplos

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

carminha

Informações

Ir

Caixa de entrada

Contatos

Outbox e rascunhos

Arquivos

Área de transferência

Imagens e vídeos

Escrever

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entradas 999

Rascunhos 119

Enviações

Arquivos

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

camaradivinolandia/Enviados

**Re: Pedido do edital de auditoria Câmara Divinolândia/ERRATA**

8 de ago às 13:43

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

Carminha-DSA &lt;carminha@dsaconsultoria.com.br&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019. Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".

Att.

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 13:34:53 GMT-3, Carminha-DSA <carminha@dsaconsultoria.com.br> escreveu:

Venho solicitar a cópia do edital de auditoria.

Atenciosamente,

Maria do Carmo Barbosa Lessa  
Gestora de Processos-DSA.

33-98818-5646/(38)3521-1357 (38)3521-1857

Escrever

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações

Ir

Sair | Registre-se

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Além da caixa de correio, no Mail

Selecione

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviar los

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Entrar Ocultar

AN  
UN  
CIO**Solicitação Edital para Auditoria**

camaradivinolan.../Entrada



31 de julho às 10:53

Imprimir Mensagem bruta

**FGA CONTABILIDADE** <atendimentofga@gmail.com>  
Para: camaradivinolandia@yahoo.com.br

Venho solicitar cópia do edital para auditoria.

Atenciosamente,

OBS: Verificando no diário oficial dos dias 29, 30 e 31 não consegui achar a publicação. Gostaria que me enviasse cópia da mesma por gentileza.

**FGA - CONTABILIDADE**  
CNPJ: 02.337.635/0001-04

atendimentofga@gmail.com  
Rua Diamantina, 239 - Centro  
Itamarandiba-MG - 39.670-000

**(38) 3521-1857**

**FGA**  
CONHECIMENTO ASSOCIADO E TREINAMENTO

Selecione

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



fga

Câmara Municipal

Informações

Ir

Clique aqui para voltar ao topo

Caixa de entrada

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Atenção para quem não viu

Escreva

Voltar para a busca

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Entrada 990

Rastros 119

Envios

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Excluir

inspirock.com

Visit Universidade

AN

UN

CIO

camaradivinolandia/Enviados

**Re: Solicitação Edital para Auditoria/ERRATA**

8 de ago às 15:41

Imprimir Mensagem brsta

**Câmara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para: FGA CONTABILIDADE &lt;atendimentofga@gmail.com&gt;

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas vem encaminhar a Vossas Senhorias a Errata referente ao Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019, conforme segue abaixo.

**ERRATA. CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS - Processo Licitatório nº: 08/2019, Tomada de Preços nº: 01/2019. Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de auditoria, menor valor global. Fica retificada a cláusula 12.1.2 "e" do Edital que passa a ter o seguinte texto: "Ofertarem valor global superior ao limite máximo estabelecido nesta licitação, ou seja: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nos termos do art. 40, inciso X, da Lei nº 8.666/1993".**

Atl

Comissão de Licitações.

Em quarta-feira, 31 de julho de 2019 10:53:43 GMT-3, FGA CONTABILIDADE <atendimentofga@gmail.com> escreveu:

Venho solicitar cópia do edital para auditoria.

Atenciosamente,

OBS: Verificando no diário oficial dos dias 29, 30 e 31 não consegui achar a publicação. Gostaria que me enviasse cópia da mesma por gentileza.



Escreva

Apagar

Spam

Ações

Aplicar

Busque na sua caixa de correio

Câmara Municipal

Informações

Im

Sua

Sua caixa

Entrada

Excluídos

Bloco de Notas

Apresentar

Alternar entre a versão desktop e a versão para celular

Fazer login

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Entrada

999+

Rascunhos

119

Envios

Arquivos

Spam

Lixeira

AN

UN

CIO

camaradivinolandia.../Entrada

## Re: COMUNICADO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO



13 de ago às 16:20

Imprimir Mensagem bruta

**FGA CONTABILIDADE** <atendimentofga@gmail.com>

Para:

Câmara Municipal <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Pastas

Editar Ocultar

Recebido. Obrigada.

Em ter, 13 de ago de 2019 às 15:35, Câmara Municipal <camaradivinolandia@yahoo.com.br> escreveu:

A Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, por intermédio de seu Departamento de Licitação, e nos termos do que preceitua a Lei 8.666/93, COMUNICA aos interessados que o Processo Licitatório nº 08/2019, Tomada de Preço nº 01/2019, com abertura prevista para o dia 15 de agosto de 2019 às 9:00h, FICA ADIADO PARA O DIA 19 DE AGOSTO DE 2019 às 9:00h, devido ao dia previsto no edital ser feriado municipal, mantendo as demais condições constantes do Edital. Os interessados poderão no horário das 08:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, nos dias normais de expediente, obter demais informações, na sede da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas situada à Praça José de Souza Madeira, nº 22, Centro, Divinolândia de Minas, CEP: 39.735-000, Tele: (33) 3414-1132 – email: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br).

Favor confirmar o recebimento deste.

Geralda Pinto Mascena

Presidente da

Comissão Permanente de Licitação

Atenciosamente,



Fazer login

Apagar

Spam

Ações

Aplicar



Busque na sua caixa de correio

Camaradivinolandia

Informações ▼

Ir

Sua Caixa

Entrada

Contatos

Bloco de notas

Sua agenda

Além disso, veja o seu Yahoo! Mail

Exibir

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

AN  
ÚN  
CIO

camaradivinolan.../Entrada

Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviar os

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

**COPIA EDITAL TP/1/2019 - AUDITORI  
A**

1 de agosto 07:48

Imprimir Mensagem bruta

**ALFEU MELO** <meloauditor@hotmail.com>

Para:

CAMARADIVINOLANDIA@YAHOO.COM.BR &lt;CA

MARADIVINOLANDIA@YAHOO.COM.BR&gt;

**ATENÇÃO GERALDA PINTO MASCENA**

Bom dia

Solicitamos o envio por email de cópia do edital mencionado

saudações

ALFEU DE MELO - sócio administrador  
Técnico em Contabilidade  
Bacharel em Ciências Contábeis  
Bacharel em Ciências Econômicas  
Bacharel em Ciências Atuariais  
Bacharel em Direito

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES-EPP  
CNPJ 78.583.788/0001-01  
RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - 5º ANDAR -  
CDNJUNTO 53 - CHAMPAGNAT - CEP 80730-420 - CURITIBA-  
PR  
FONES (41) 9-9524-1414 (41) 3029-8516  
EMAIL: [meloauditor@hotmail.com](mailto:meloauditor@hotmail.com)

Exibir

Apagar

Spam

Ações ▼

Aplicar

Busque na sua caixa de correio

Camará Municipal | Informações | Ir | Sub | Mapear

Enviados

Contatos

Bloco de notas

Atenda

Atenda para o grupo YAHOO! 113

Compartilhar

Apagar | Ações | Aplicar

Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas Editar Ocultar

+ New folder

AN  
UN  
CIO

camaradivinolandia.../Enviados

**Re: COPIA EDITAL TP/1/2019 - AUDITORIA**

2 de ago às 08:42

Imprimir | Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para:

ALFEU MELO &lt;meloauditor@hotmail.com&gt;

**1 Arquivo** 673.6kB

PDF 673.6kB



EDITAL 2019...

Baixar

Bom dia! Segue anexo Edital TP 01/2019.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Em quinta-feira, 1 de agosto de 2019 07:48:11 GMT-3, ALFEU MELO &lt;meloauditor@hotmail.com&gt; escreveu:

**ATENÇÃO GERALDA PINTO MASCENA**

Bom dia

Solicitamos o envio por email de cópia do edital mencionado

saudações

ALFEU DE MELO - sócio administrador  
Técnico em Contabilidade  
Bacharel em Ciências Contábeis  
Bacharel em Ciências Econômicas  
Bacharel em Ciências Atuariais  
Bacharel em Direito

MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES-EPP  
CNPJ 78.583.788/0001-01  
RUA CAPITÃO SOUZA FRANCO, 848 - 5º ANDAR -  
CONJUNTO 53 - CHAMPAGNAT - CEP 80730-420 -  
CURITIBA-PR  
FONES (41) 9-9524-1414 (41) 3029-8516  
EMAIL: [meloauditor@hotmail.com](mailto:meloauditor@hotmail.com)

Apagar | Ações | Aplicar





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## LISTA DE PRESENÇA

**Processo Administrativo de Licitação nº:** 08/2019;

**Tomada de Preços nº:** 01/2019;

**Tipo:** Global

**Objeto:** Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, via menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, conforme as especificações contidas neste edital e seus anexos, e de acordo com as normas pertinentes à prestação de serviços.

**Data da abertura:** 19 de agosto de 2019 às 09h00hs;

**Local:** Praça José de Souza Madeira, 22, Centro – Divinolândia de Minas/ MG.

ORDEM	NOME	EMPRESA /ENTIDADE	ASSINATURA
01	Geralda Pinto Mascena	Presidente da CPL	
02	Osvânio Ferreira dos Santos	Secretário da CPL	
03	Francisco Ribeiro da Fonseca	Membro da CPL	
04	FGA Contabilidade Eireli CNPJ: 02.337.635/0001-04	Deivyson Sena de Aguiar CPF: 049.667.966-01	

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 19 de agosto de 2019.

**GERALDA PINTO MASCENA**  
Presidente da CPL



38

FLS. 15

Comissão Permanente de L. Criminal

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MG-10.599.021

DATA DE EMISSÃO: 11/09/2017

DEIVYSON SENA DE AGUILAR

SERASTIAO A. NEVES DE AGUILAR

JOSEFA MARIA SENA AGUILAR

ITAMARANDIBA-MG

CAS. LV-38 FL-98

ITAMARANDIBA-MG

049887966-01

LEITICA BAPTISTA GAMBORGES

ASSINATURA DO DIRETOR

049887966-01

049887966-01

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

Carteira de Identidade

DEIVYSON SENA DE AGUILAR

049887966-01

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

Carlos Dalmo Moreira

Tabefeão

de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CUU 48969

1º OF. DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MG

Rua Aluizio Andrade Camara, 168-Terreo, Centro(38)3521-1007

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conforme o original apresentado.

Itamarandiba, 09/08/2019 15:57:32 13288

Em testemunho da verdade.

CARLOS DALMO MOREIRA - Tabefeão

Emol.:R\$5,00 Rec.:R\$0,30 T.F.J:R\$1,65 Total:R\$6,95

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, validade e outorgado por tabelião, e não tem validade jurídica.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

049887966-01

08/08/81

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Nº de inscrição: 049887966-01

Data de Nascimento: 08/08/81

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

Carlos Dalmo Moreira

Tabefeão

de Fiscalização

AUTENTICAÇÃO

CUU 48970

1º OF. DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MG

Rua Aluizio Andrade Camara, 168-Terreo, Centro(38)3521-1007

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conforme o original apresentado.

Itamarandiba, 09/08/2019 15:57:32 13288

Em testemunho da verdade.

CARLOS DALMO MOREIRA - Tabefeão

Emol.:R\$5,00 Rec.:R\$0,30 T.F.J:R\$1,65 Total:R\$6,95

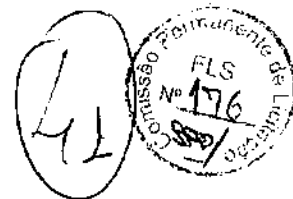
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature: Francisco Antunes da Fonseca]*



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP			
Natureza Jurídica:	EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESARIAL)			
Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade	
3160048309-1	02.337.635/0001-04	27/01/1998	01/02/1998	
Endereço Completo:				
RUA DIAMANTINA 239 - BAIRRO CENTRO CEP 39870-000 - ITAMARANDIBA/MG				
Objeto Social:				
O OBJETO SERA A PRESTACAO DOS SERVICOS CONTABEIS EM GERAL, ORGANIZACAO, PROGRAMACAO, PLANEJAMENTO, CONSULTORIA TECNICA CONTABIL, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, AUDITORIAS CONTABEIS, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM ADMINISTRACAO PUBLICA EM GERAL, ELABORACAO DE REFORMAS PUBLICO ADMINISTRATIVAS, REALIZACAO DE CONCURSOS PUBLICOS, SERVICOS DE INFORMATICA EM GERAL, ASSESSORIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HUMANOS, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVICOS DE PALESTRAS E CURSOS DE APERFEICOAMENTO PROFISSIONAL, CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO, DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR COSTUMIZAVEIS E NAO-CUSTOMIZAVEIS, SERVICOS DE INFORMATICA EM GERAL.				
Capital Social:	R\$ 94.000,00	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração	
NOVENTA E QUATRO MIL REAIS		EMPRESA PEQUENO PORTE	INDETERMINADO	
Capital Integralizado:	R\$ 94.000,00	(Lei Complementar nº 123/06)		
NOVENTA E QUATRO MIL REAIS				
Titular/Administrador				
CPF/NIRE	Nome	Término	Mandato Função	
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR	xxxxxxx	TITULAR / ADMINISTRADOR	
Status: xxxxxxxx		Situação: ATIVA		
Último Arquivamento: 26/04/2019		Número: 7280338		
Ato 223 - BALANÇO				
Empresa(s) Antecessora(s)				
Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
FGA CONTABILIDADE LTDA - ME	3121013997-3	31600483091	xx	TRANSFORMACAO
FGA - FINANÇAS GERAIS E ASSESSORIAS LTDA	xxxxxxx	31210139973	xx	CONVERSAO DE SOCIEDADE CIVIL
Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela				
Nire	CNPJ	Endereço		
NADA MAIS#				

Belo Horizonte, 16 de Maio de 2019 09:27

MARINELLY DE PAULA BOMPIM  
SECRETÁRIA GERAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C190001131292 e visualize a certidão)



19/209.405-0

Francisco Antônio de Faria

## ANEXO V.



40

### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa **FGA Contabilidade EIRELI**, inscrita no CNPJ **02.337.635/0001-04**, por intermédio de seu representante legal o Sr. **Delvyson Sena de Aguiar**, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.599.021 expedida pela SSP/MG de CPF 049.667.966-01 **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da Tomada de Preços nº: 01/2019, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na perante data, é considerada:

MG-10.599.021 expedida pela SSP/MGe de CP

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

(x) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.

**02.337.335/0001-04**  
**FGA CONTABILIDADE**  
**EIRELI - ME**

Rua Diamantina, 239 - Centro  
39.670-000 - Itamarandiba - MG

*Delvyson Sena de Aguiar*  
Delvyson Sena de Aguiar/Representante Legal  
MG-10.599.021/CPF 049.667.966-01

*Francisco Brito do Nascimento*







JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1

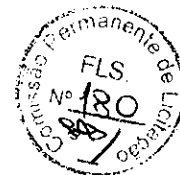


Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FVXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Ribeiro de Almeida

pág. 2/3



## QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP

CNPJ: 02.337.635/0001-04

**DEIVYSON SENA DE AGUILAR**, nacionalidade BRASILEIRA, CONTADOR, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 049.667.966-01, documento de identidade MG-10.599.021, SSP/MG, MG, com domicílio / residência a RUA ESPIRITO SANTO, número 255, bairro / distrito SAO GERALDO, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000, titular da empresa **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**, NIRE 31600483091, CNPJ 02.337.635/0001-04, com sede e domicílio na RUA DIAMANTINA, número 239, bairro / distrito CENTRO, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000 resolve alterar a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira:** A empresa tem por objeto social a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial; **PASSARÁ A TER POR OBJETO SOCIAL:** a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, serviços de informática em geral.

*Em face das alterações acima, consolida-se o Contrato Social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:*

**Cláusula Primeira** - A empresa adotará o nome empresarial de **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**.

**Cláusula Segunda** - A empresa tem por objeto social a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, serviços de informática em geral.

**Cláusula Terceira** - A empresa tem sede e domicílio na Cidade de Itamarandiba (MG) à Rua Diamantina, nº 239, Bairro Centro, CEP: 39.670-000.

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 01/02/1998 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital é de R\$ 94.000,00 (NOVENTA e QUATRO MIL reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do titular é limitada ao capital social integralizado.

**Cláusula Sexta** - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade técnica pelos serviços contábeis prestados pela empresa será do titular.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/11/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança fYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

*Francisco Antônio do Figueiredo*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/9





**Cláusula Sétima** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Cláusula Oitava** - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

**Cláusula Nona** - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima** - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

**Cláusula Décima Primeira** - No caso de falecimento do titular ou incapacidade superveniente comprovada, a empresa continuará com os herdeiros do falecido ou incapaz. Depois de concluído o inventário, no caso de falecimento, será feita alteração com a inclusão do herdeiro na empresa e, no caso de incapacidade, será indicado pela família um representante legal na ocupará a condição de titular.

**Parágrafo Único:** No caso de desinteresse por parte do herdeiro ou representante legal em continuar as atividades da empresa, os direitos serão apurados em balanço especial a que se refere o "caput" do presente, serão pagos em moeda corrente em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após 30 (trinta) dias do levantamento do balanço especial e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

**Cláusula Décima Segunda** - Fica eleito o foro de ITAMARANDIBA – MINAS GERAIS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E, estando justos e contratados, assinam o documento de forma digital.

ITAMARANDIBA – MG, 27 de setembro de 2017.

Assinam digitalmente o presente ato: **DEIVYSON SENA DE AGUILAR** sendo titular.



Juízo Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança 174861753. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Liberação para circulação do documento



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital



Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600463091 e protocolo 174861753 - 16/11/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF83F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança F7Xc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Roberto de Souza

FR

FR

FR

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 5/9



ATO 307

REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

- ☐ Empresário
- ☒ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda
- ☐ Sociedade Empresária

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O titular **DEIVYSON SENA DE AGUILAR**, nacionalidade BRASILEIRA, CONTADOR, Casado, reg me de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 049.667.966-01, documento de identidade MG-10.599.021, SSP/MG, MG, com domicílio / residência a Rua Espírito Santo, número 255, bairro São Geraldo, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000, da empresa **FGA CONTABILIDADE EIRELI**, com sede à Rua Diamantina, nº 239, Bairro Centro, Itamarandiba, Estado de Minas Gerais, inscrita na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE 31600483091 e no CNPJ sob o nº 02.337.635/0001-04, vem no prazo legal de 30 (trinta) dias, comunicar que excedeu os limites da receita bruta anual fixados pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, desenquadrando-se como Microempresa (ME) e reenquadrando-se como Empresa de Pequeno Porte (EPP) e declarar que adotará o nome empresarial de **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**.

Itamarandiba/MG, 27 de setembro de 2017

Assina digitalmente o presente ato: **DEIVYSON SENA DE AGUILAR** sendo titular.

*Francisco Ribeiro de Faria*

*[Handwritten signatures]*

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA-GERAL





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital



Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1

Francisco Rikardo de Fomres

SECRETARIA-GERAL

pág. 7/9



Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, de nire 3160048309-1 e protocolado sob o número 17/486.175-3 em 16/10/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6370587, em 28/11/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Diego Gontijo Veloso.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/ImagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Belo Horizonte, Terça-feira, 28 de Novembro de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Ce filio registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral, Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança fYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Antônio de F. Souza

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

SECRETARIA-GERAL

pág. 8/9




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.251.266-01	DIEGO GONTIJO VELOSO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, Terça-feira, 28 de Novembro de 2017

 Junta Comercial do Estado de Minas Gerais  
Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

*Ass. Carlos Brito da Costa*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Câmara Municipal de Divinolândia de Minas MG	CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL
---	--------------------------------------

X Inscrição	Alteração	Renovação
-------------	-----------	-----------

<b>DADOS CADASTRAIS</b>
NOME: FGA CONTABILIDADE EIRELI-EPP
CNPJ: 02.337.635/0001-04

<b>DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE</b>
ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL

<b>LINHA DE FORNECIMENTO</b>
GRUPO: ATIVIDADE DE CONTABILIDADE   SUB GRUPO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<b>ENDEREÇO</b>
ENDEREÇO: Rua Diamantina N239 BAIRRO: distrito-Centro - Município: Itamarandiba- MG CEP:39.670-000 TEL:(38)3521-1357 EMAIL:ATENDIMENTOFGA@GMAIL.COM

DOCUMENTOS			
TIPO	NÚMERO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES			
INSCRIÇÃO NO CNPJ		25/04/2019	
CND FGTS	2019072404033988092125	24/07/2019	22/08/2019
CND FEDERAL		03/03/2019	30/08/2019
CND ESTADUAL		02/08/2019	31/10/2019
CND MUNICIPAL		26/07/2019	24/10/2019
CNDT TRABALHISTA	178676504/2019	02/08/2019	28/01/2020
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS	779341	17/06/2019	15/09/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS		02/04/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS	714144	02/08/2019	31/10/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS		17/05/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA		02/08/2019	31/10/2019

**PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2019**

OBS: Atualização da validade dos documentos relacionados neste CRC é de responsabilidade exclusiva do fornecedor ou prestador de serviço.

Todas as informações prestadas nesta solicitação são a expressão da verdade.

CÂMARA MUNICIPAL DE Divinolândia de Minas, 12 DE AGOSTO DE 2019.

Geraldo Pinho Mascena  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Praça José de Souza Madeira, 22, Centro - Divinolândia de Minas/ MG  
E-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br) - Tel: (33) 3414 - 1132



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA  
DE MINAS

TOMADA DE PREÇOS Nº:01/2019

**ENVELOPE N.º 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
RAZÃO SOCIAL: FGA CONTABILIDADE EIRELI



*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*

*Francisco Roberto Santos*

*[Handwritten signature]*









# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.337.635/0001-04 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>		DATA DE ABERTURA 28/01/1998
NOME EMPRESARIAL FGA CONTABILIDADE EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO R DIAMANTINA	NÚMERO 239	COMPLEMENTO	
CEP 39.670-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ITAMARANDIBA	UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO ATENDIMENTOFGA@GMAIL.COM		TELEFONE (38) 3521-1357	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 25/04/2019 às 10:49:51 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Francisco Antônio de Almeida





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)



3

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

31600483091

Código da Natureza Jurídica

2305

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



J173051507347

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	002			ALTERACAO
		307	1	REENQUADRAMENTO DE ME COMO EPP
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)

ITAMARANDIBA

Local

6 Novembro 2017

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_  
Data

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☒ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência



3ª Exigência



4ª Exigência



5ª Exigência



\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em vigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência



3ª Exigência



4ª Exigência



5ª Exigência



\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

## OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL

pág. 1/9





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 81600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança IYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/9

Francisco Antônio de Faria

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

## QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

### FGA CONTABILIDADE EIRELI – EPP

CNPJ: 02.337.635/0001-04



5

**DEIVYSON SENA DE AGUILAR**, nacionalidade BRASILEIRA, CONTADOR, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 049.667.966-01, documento de identidade MG-10.599.021, SSP/MG, MG, com domicílio / residência a RUA ESPIRITO SANTO, número 255, bairro / distrito SAO GERALDO, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000, titular da empresa **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**, NIRE 31600483091, CNPJ 02.337.635/0001-04, com sede e domicílio na RUA DIAMANTINA, número 239, bairro / distrito CENTRO, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000 resolve alterar a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, mediante as seguintes cláusulas:

**Cláusula Primeira:** A empresa tem por objeto social a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial; **PASSARÁ A TER POR OBJETO SOCIAL:** a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, serviços de informática em geral.

*Em face das alterações acima, consolida-se o Contrato Social, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:*

**Cláusula Primeira** - A empresa adotará o nome empresarial de **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**.

**Cláusula Segunda** - A empresa tem por objeto social a prestação dos serviços contábeis em geral, organização, programação, planejamento, consultoria técnica contábil, administrativa e financeira, auditorias contábeis, assessoria e consultoria em administração pública em geral, elaboração de reformas públicas administrativas, realização de concursos públicos, serviços de informática em geral, assessoria e consultoria em recursos humanos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, serviços de palestras e cursos de aperfeiçoamento profissional, consultoria em gestão empresarial, consultoria em tecnologia da informação, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, serviços de informática em geral.

**Cláusula Terceira** - A empresa tem sede e domicílio na Cidade de Itamarandiba (MG) à Rua Diamantina, nº 239, Bairro Centro, CEP: 39.670-000.

**Cláusula Quarta** - A empresa iniciou suas atividades em 01/02/1998 e seu prazo de duração é indeterminado.

**Cláusula Quinta** - O capital é de R\$ 94.000,00 (NOVENTA e QUATRO MIL reais), totalmente integralizado neste ato em moeda corrente do País.

**Parágrafo único** - A responsabilidade do titular é limitada ao capital social integralizado.

**Cláusula Sexta** - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

**Parágrafo Primeiro** - A responsabilidade técnica pelos serviços contábeis prestados pela empresa será do titular.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança 17Xc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Antônio da Fonseca

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]





6

**Cláusula Sétima** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Cláusula Oitava** - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

**Cláusula Nona** - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**Cláusula Décima** - O titular da empresa declara, sob as penas da lei, que não figura como titular de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

**Cláusula Décima Primeira** - No caso de falecimento do titular ou incapacidade superveniente comprovada, a empresa continuará com os herdeiros do falecido ou incapaz. Depois de concluído o inventário, no caso de falecimento, será feita alteração com a inclusão do herdeiro na empresa e, no caso de incapacidade, será indicado pela família um representante legal na ocupará a condição de titular.

**Parágrafo Único:** No caso de desinteresse por parte do herdeiro ou representante legal em continuar as atividades da empresa, os direitos serão apurados em balanço especial a que se refere o "caput" do presente, serão pagos em moeda corrente em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo a primeira após 30 (trinta) dias do levantamento do balanço especial e as demais nas mesmas datas dos meses subsequentes.

**Cláusula Décima Segunda** - Fica eleito o foro de ITAMARANDIBA – MINAS GERAIS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E, estando justos e contratados, assinam o documento de forma digital.

ITAMARANDIBA – MG, 27 de setembro de 2017.

Assinam digitalmente o presente ato: **DEIVYSON SENA DE AGUILAR** sendo titular.



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança YXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Armando Antônio da Correia

[Assinatura]

[Assinatura]

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



7

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Roberto da Fonseca

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/9



8

## ATO 307

### REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA (ME) COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

- ☐ Empresário
- ☒ Empresa Individual de Responsabilidade Ltda
- ☐ Sociedade Empresária

Ilmº Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

O titular **DEIVYSON SENA DE AGUILAR**, nacionalidade BRASILEIRA, CONTADOR, Casado, regime de bens Comunhão Parcial, nº do CPF 049.667.966-01, documento de identidade MG-10.599.021, SSP/MG, MG, com domicílio / residência a Rua Espírito Santo, número 255, bairro São Geraldo, município ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS, CEP 39.670-000, da empresa **FGA CONTABILIDADE EIRELI**, com sede à Rua Diamantina, nº 239, Bairro Centro, Itamarandiba, Estado de Minas Gerais, inscrita na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE 31600483091 e no CNPJ sob o nº 02.337.635/0001-04, vem no prazo legal de 30 (trinta) dias, comunicar que excedeu os limites da receita bruta anual fixados pelo inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, desenquadrando-se como Microempresa (ME) e reenquadrando-se como Empresa de Pequeno Porte (EPP) e declarar que adotará o nome empresarial de **FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP**.

Itamarandiba/MG, 27 de setembro de 2017

Assina digitalmente o presente ato: **DEIVYSON SENA DE AGUILAR** sendo titular.

Francisco Brito de Faria







  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



9

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/486.175-3	J173051507347	13/10/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Página 1 de 1





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, de nire 3160048309-1 e protocolado sob o número 17/486.175-3 em 16/10/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6370587, em 28/11/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Diego Gontijo Veloso.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

### Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
049.667.966-01	DEIVYSON SENA DE AGUILAR

Belo Horizonte, Terça-feira, 28 de Novembro de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Francisco Ribeiro da Fonseca

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/9



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital



O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
072.251.266-01	DIEGO GONTIJO VELOSO
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte, Terça-feira, 28 de Novembro de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6370587 em 28/11/2017 da Empresa FGA CONTABILIDADE EIRELI - ME, Nire 31600483091 e protocolo 174861753 - 16/10/2017. Autenticação: 23FCB89018CF189DD53DD94EA0EF63F5DB6FC98. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/486.175-3 e o código de segurança FYXc Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/12/2017 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Assinado por: *Assinado por: [Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL





12



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FGA CONTABILIDADE EIRELI  
CNPJ: 02.337.635/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 03:05:30 do dia 03/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 30/08/2019.

Código de controle da certidão: **4C35.89B5.D01E.20E0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Francisco Ribeiro do Carmo





15



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
02/08/2019CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ:  
31/10/2019

NOME: FGA CONTABILIDADE EIRELI

CNPJ/CPF: 02.337.635/0001-04

LOGRADOURO: RUA rua Diamantina

NÚMERO: 239

COMPLEMENTO:

BAIRRO: centro

CEP: 39670000

DISTRITO/POVOADO: --

MUNICÍPIO: ITAMARANDIBA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>  
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2019000348774011



13

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 02.337.635/0001-04**Razão Social:** FGA CONTABILIDADE EIRELI**Endereço:** RUA DI TIJUCO 261 / CENTRO / DIAMANTINA / MG / 39100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 24/07/2019 a 22/08/2019**Certificação Número:** 2019072404033988092125

Informação obtida em 02/08/2019 09:39:30

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**



J4

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 02.337.635/0001-04**Razão Social:** FGA CONTABILIDADE EIRELI**Endereço:** RUA DI TIJUCO 261 / CENTRO / DIAMANTINA / MG / 39100-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/08/2019 a 10/09/2019**Certificação Número:** 2019081202230395628815

Informação obtida em 15/08/2019 09:01:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**www.caixa.gov.br**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

Página 1 de 1



16

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FGA CONTABILIDADE EIRELI

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.337.635/0001-04

Certidão nº: 177490265/2019

Expedição: 23/07/2019, às 16:20:07

Validade: 18/01/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FGA CONTABILIDADE EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.337.635/0001-04**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cdt@tst.jus.br](mailto:cdt@tst.jus.br)

Francisco Ribeiro dos Santos



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769, DE 09/09/1965

## CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA FÍSICA

CERTIFICAMOS para todos os devidos fins de direito que o(a) profissional **FLAVIO PEREIRA DE SA**, CPF nº **046.012.456-05**, está devidamente registrado(a) neste Conselho, sob o nº **01-055347/D**. CERTIFICAMOS também que o(a) referido(a) encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade **até o exercício de 2019**, não sofreu penalidade de natureza disciplinar ou ética no âmbito deste Conselho, estando apto(a) ao exercício da profissão.

**TITULAÇÃO: ADMINISTRADOR**

Impresso pela internet sob N. 8458.5577.7516.1655 em 17/05/2019 - 09:50:34  
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

Válida até 31/03/2020.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

### CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

Av. Afonso Pena, 981, 3º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP: 30130-002. (31) 3218-4500. [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br)  
[cramg@cramg.org.br](mailto:cramg@cramg.org.br)

Seccionais: Divinópolis (37) 3212-4401 - Governador Valadares (33) 3221-3030 - Ipatinga (31) 3842-4882

- Juiz de Fora (32) 3215-8812 - Montes Claros (38) 3222-2777 - Pouso Alegre (35) 3421-2163

- Uberaba (34) 3325-8725 - Sete Lagoas (31) 3774-6073 - Uberlândia (34) 3226-7330 - Umuarama (38) 3376-2444 - Varginha (35) 3222-419

Francisco Antônio do Carmo



19

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME..... : DEIVYSON SENA DE AGUILAR  
REGISTRO..... : MG-089395/O-1  
CATEGORIA..... : CONTADOR  
CPF..... : 049.667.966-01

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 02/08/2019 as 14:05:11.

Válido até: 31/10/2019.

Código de Controle: 714144.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico [www.CRCMG.org.br](http://www.CRCMG.org.br)

  
Francisco Brito do Carmo





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CERTIDÃO DE REGULARIDADE CADASTRAL DE EIRELI**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

DENOMINAÇÃO....	: FGA CONTABILIDADE EIRELI - EPP
NOME FANTASIA..	:
REGISTRO.....	: MG-011875/O-1
CATEGORIA.....	: EIRELI
CNPJ.....	: 02.337.635/0001-04

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro

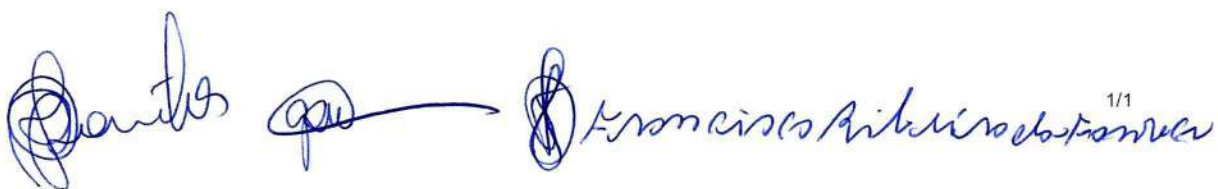
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 17/06/2019 as 13:41:23.

Válido até: 15/09/2019.

Código de Controle: 779341.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769, DE 09/09/1965



## CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIFICAMOS para todos os devidos fins de direito, que a empresa **FGA CONTABILIDADE EIRELI EPP, CNPJ 02.337.635/0001-04**, está devidamente registrada neste Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, sob o nº **03-005107/O**, de 16/08/2017, tendo como Responsável(is) Técnico(s) o(s) profissional(is) citado(s) abaixo. CERTIFICAMOS, ainda que a referida empresa, encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, até o exercício de 2019 e está apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador.

**RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**  
FLAVIO PEREIRA DE SA

Impresso pela internet sob N. 4009.7744.7666.7500 em 02/04/2019 - 10:34:27  
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

Válida até 31/03/2020.  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

Av. Afonso Pena, 981, 1º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP: 30130-002. (31) 3218-4500. [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

[cramg@cramg.org.br](mailto:cramg@cramg.org.br)

Seccionais: Divinópolis (37) 3212-4401 - Governador Valadares (33) 3221-3930 - Ipatinga (31) 3842-4862

- Juiz de Fora (32) 3215-5812 - Montes Claros (38) 3222-2777 - Pouso Alegre (35) 3421-2143

- Uberaba (34) 3325-8725 - Sete Lagoas (31) 3774-0033 - Uberlândia (34) 3236-4230 - Unai (38) 3676-2444 - Varginha (35) 3222-419



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ITAMARANDIBA

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA



CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: FGA CONTABILIDADE EIRELI  
CNPJ: 02.337.635/0001-04

**Observações:**

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 02 de Agosto de 2019 às 11:25

ITAMARANDIBA, 02 de Agosto de 2019 às 11:25

**Código de Autenticação:** 1908-0211-2517-0041-1621

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.





**TURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



CNPJ:18.085.563/0001-95- Av. Espírito Santo, nº14 – Centro, CEP 39.790-000. Água Boa

**ATESTADO TÉCNICO**

Atestamos, para todos os fins de direito pertinentes que a empresa FGA CONTABILIDADE LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 02.337.635/0001-04, estabelecido a Av. Silvío Felício dos Santos, 589 – Bom Jesus - Diamantina (MG), Cep: 39.100-000, personificada por seus profissionais-sócios, Dr. **David Sena de Aguiar**, Advogado inscrito na OAB/MG 89.856, Dr. **Deivyson Sena de Aguiar**, Contador e Administrador Público inscrito no CRC/MG 89.395, e Dr. **Geidson de Jesus Ramos Cabral**, Advogado inscrito na OAB/MG 97.219, e demais servidores qualificados, exerceu atividade profissional junto a Prefeitura Municipal de Água Boa entre 11/06/2014 à 15/12/2014, prestando serviço de Auditoria Externa Contábil, Financeira, Administrativa e no Sistema de Compras da Prefeitura, abrangendo as Secretarias de Saúde, Educação e demais, com notória especialização, cumprindo adequada e satisfatoriamente a plena satisfação do objeto do contrato mantido.

Registramos que a notória especialização dos profissionais e empresa referidos também decorreram do conceito regional que possuem no campo de sua especialidade, da ciência de experiências e desempenho anterior dos profissionais por esta Administração, da organização, aparelhamento e equipe técnica singular.

Por pertinente, salientamos que a empresa e seus profissionais cumpriram, pontualmente, com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com serviços similares requisitados por entes da Administração Pública Municipal.

Por ser verdade, firmo o presente.

Água Boa (MG), 15 de dezembro de 2014.

**Laerth Vieira Filho**

**Laerth Vieira Filho**  
Prefeito Municipal



Ofício do 2º Tabelionato de Notas e Virgípolis - Minas Gerais

Prefeito Municipal de Água Boa

Comparece com o original me apresentado, qual dou fé.

Testemunho B da verdade. Virgípolis, 16 de Agosto de 2019.

**Gustavo Borges Bezerra**  
Tabelião de Notas





República Federativa do Brasil  
Universidade Estadual de Montes Claros



O Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do curso de Ciências Contábeis, em 28 de dezembro de 2006, confere o título de

Bacharel em Ciências Contábeis a

**Deiyson Sena de Aguilár**

brasileiro, natural de Itamarandiba-MG, nascido a 08 de agosto de 1981, R.G. n.º MG-10.599.021 - PC/MG, filho de Sebastião Adalberto Neves de Aguilár e Josefa Maria Sena Aguilár;

e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Montes Claros (MG), 16 de janeiro de 2007

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida  
Reitor

Deiyson Sena de Aguilár  
Diplomado

1.º OFÍCIO DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS  
Rua Aluizio Andrade Camara, 168 - Terreo, Centro/38135-21-1007  
A U T E N T I C A C I O  
Conferido e achado conforme o original apresentado.  
Itamarandiba, 22/12/2016. 16728158 12996 C.S.V/91  
Em Testemunho  
da verdade.  
KATIA M. FERNANDES - Tabelião Substituta  
Emp.: R\$4,20 Rec.: R\$0,25 T.P.: R\$1,38 Total: R\$5,83  
CLT: 19791  
AUTENTICAÇÃO

23  
FLS. 241  
Anexo de Autenticação

que  
Paulo  
Francisco Albuquerque



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
Renovação de Reconhecimento:  
Decreto Estadual S/Nº de 04.12.2003  
D.O.MG de 05.12.2003

 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
UNIMONTES - REITORIA

Diploma registrado nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
Nacional nº 9.394/96 de 20/12/1996. Art.48 § 1º,

sob o nº 212 Livro A.C.E-02  
Fls. 027.v Proc. nº 82459.01/2007

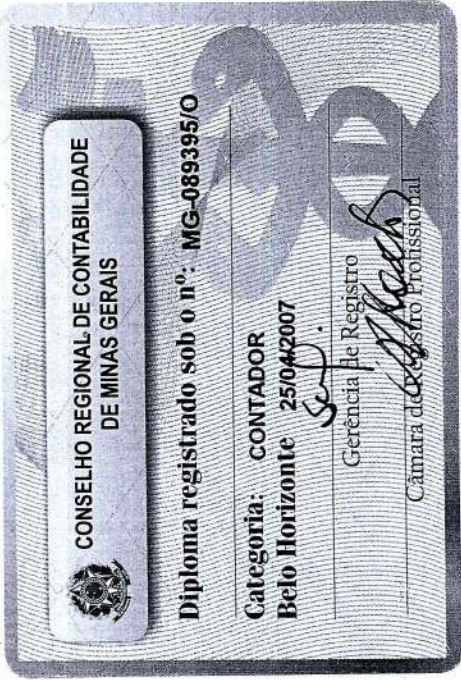
Montes Claros (MG), 01 de março de 2007

Leias  
Responsável pelo Registro  
Ismael Afonso Dias  
Técnico Universitário  
Masp 1046945-0

mp/abz  
Secretário(a) Geral  
Maria José Vieira Rocha  
Secretária Geral  
Masp 1046539-8



Carla Priscila Ribeiro Fontes







10. OFÍCIO DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS  
Rua Aluizio Andrade Camarã, 168 - Terreo, Centro (38) 3521-1007  
AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conforme o original apresentado. CLS19790

Itamarandiba, 22/12/2016 16:25:23 12996

Em Testemunho

KATIA M N FERREIRA - Tabela Substituta  
Rec: R\$0,25 Lic: R\$1,38 Total: R\$5,83



**Certificado**

A Universidade Gama Filho, de acordo com o Regimento Geral, certifica que

**DEIVYSON SENA AGUILAR**

Filiação, SEBASTIÃO ADALBERTO N DE AGUILAR e JOSEFA MARIA SENA AGUILAR, natural de ITAMARANDIBA - MG, concluiu o **Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em CONTABILIDADE PÚBLICA**, com um total de 420 horas/aula, realizado no período de 25 de setembro de 2009 a 26 de outubro de 2010, nos termos da Resolução CES nº 01, de 8 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação.

Campus Gonzaga da Gama Filho, 4 de dezembro de 2010.

Coordenação de Pós-Graduação e Atividades Complementares-CEAAC

*Adalberto N. de Aguilard*

*Pro-Reitoria*

CONCLUINTE

*Em nome do Pro-Reitor*





UNIVERSIDADE GAMA FILHO

Central de Cursos de Extensão e Pós - Graduação "Lato Sensu" - CEPLA

Registro nº 30494 - Arq. CEPAC 001

Cv.: P-12

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 2010.

*[Signature]*

CEPLA



A Universidade Gama Filho é reconhecida pelo Decreto Federal Nº 70.330, de 24 de março de 1972, e goza de autonomia Universitária que a credencia a realizar Cursos de Pós-Graduação e expedir certificados.

Os cursos de pós-graduação da Universidade Gama Filho estão de acordo com a resolução do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior, Resolução CNE/CES Nº 1, de 8 de junho de 2007.

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu na modalidade a distância oferecidos pela Universidade Gama Filho são autorizados pelo Ministério da Educação - MEC - Portaria nº. 3.594/2005, de 17/10/2005, publicada em 18/10/2005.

*[Signature]*

Francisco Adriano de Sousa

*[Signature]*





República Federativa do Brasil  
Universidade Estadual de Montes Claros



Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros, Professor Paulo César Gonçalves de Almeida, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso Superior de Formação Específica - Sequencial em Administração Pública, em 25 de fevereiro de 2005, por

Reinyson Sena de Aguiar

brasileiro, natural de Itamarandiba-MG, nascido a 08 de agosto de 1981, R.G. nº.MG-10.599.021 - SSP/MG, filho de Sebastião Adalberto Neves de Aguiar e Josefa Maria Sena Aguiar; e outorga-lhe o presente Diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Montes Claros (MG), 14 de junho de 2005

Reinyson Sena de Aguiar  
Diplomado

Professor Paulo César Gonçalves de Almeida  
Reitor

1º OFÍCIO DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MINAS GERAIS  
10 - Centro de Notas de Itamarandiba - Minas Gerais  
Rua Alameda Andrade Camargo, 169 - Centro (38) 3521-1007

AUTENTICADO  
Conferido e achado conforme o original apresentado. CLS19782  
Itamarandiba, 22/02/2016 16:24h  
Em Itamarandiba

KATIA M.F. FERNANDES - Tabela Substituta  
Empl.: R\$4,20 Rec.: R\$0,25 T.F. J.R\$1,38 Total: R\$5,83

AUTENTICAÇÃO  
CLS 19782

Francisco Ribeiro  
Cadastrado

Manente de L  
FLS.  
Nº 215  
18/01/2005



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO SUPERIOR DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA - SEQUENCIAL  
EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
Reconhecimento: Decretos Estaduais  
Nº 42.478 de 05.04.2002 D.O.MG de 06.04.2004  
e Nº 43.328 de 16.05.2003 D.O.MG de 17.05.2004



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
UNIMONTES - REITORIA

Diploma registrado nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 de 20/12/1996. Art. 48 § 1º,

sob o nº 156 Livro 569-01

Fls. 021 Proc. nº 40706.06/2005

Montes Claros (MG), 28 de junho de 2005



*Patricia*

Responsável pelo Registro

*Joelma Garcia B. Barros*

Agente Administrativo I

MA SP 1.047.088-8

*mpb*

Secretário(a) Geral

*Marta José Vieira Rocha*

Secretaria Geral

Masp 1046538-3



*am* *Barros*

*Franco Adriano de Souza*



26



INSTITUTO FEDERAL  
NORTE DE MINAS GERAIS

## Declaração

Declaro para os devidos fins que, Deivyson Sena de Aguiar, portador do CPF:049667966-01, concluiu em janeiro/2019 o curso de Pós em Gestão Municipal. O curso foi ofertado pelo IFNMG, no Polo UAB de Itamarandiba.

Por ser verdade, assino o presente.

Itamarandiba, 27 de março de 2018.

Gláucia do L.O. Santos Nunes  
Coordenadora-Polo UAB- Itamarandiba

Gláucia do L. O. Santos Nunes

Coordenadora do Pólo UAB de Itamarandiba

Francisco Antunes da Faria

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
E MINAS GERAIS  
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

SISTEMA CFA/CRA's

REGISTRO 23-000005/D DATA DE REG. 27/05/2019 VIA 1\*

NOME  
DEIVYSON SENA DE AGUILAR

HABILITACAO  
GESTOR

DOC. IDENTIFICACAO MG10599021 ORGAO EXPEDIDOR PC - MG CPF 049.667.966-01

ASSINATURA DO PORTADOR

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75



1o OF. DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MG  
Rua Aluizio Andrade Camara, 168 - Terreo, Centro (38) 3521-1007

AUTENTICAÇÃO

Conferido e achado conforme o original apresentado.

Itamarandiba, 06/06/2019 15:20:12 20622 CWU48736

Em Testemunho da verdade.

Emol.: R\$ 0,00 CARLOS DALMO MOREIRA - Tabelião  
Rec.: R\$ 0,30 T.F.J.: R\$ 1,65 Total: R\$ 1,95

Cartório de Notas  
Itamarandiba - MG

FILIAÇÃO  
SEBASTIAO ADALBERTO NEVES DE AGUI  
JOSEFA MARIA SENA AGUILAR

NASCIMENTO 08/08/1981 NACIONALIDADE BRASILEIRA NATURALIDADE ITAMARANDIBA - MG

AREA DE FORMACAO ACADEMICA  
GESTAO PUBLICA

BELO HORIZONTE, 27/05/2019 ADM. JEHU PINTO DE A. FILHO  
LOCAL E DATA DE EXP. PRESIDENTE DO CRA-MG

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75

Francisco Rêgo de Faria





# UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

RECONHECIDA PELA PORTARIA MINISTERIAL Nº 681 DE 7/12/89 – D.O.U. DE 11/12/89

O Reitor da Universidade Luterana do Brasil, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de ADMINISTRAÇÃO e respectiva colação de grau no dia 06 de agosto de 2013, confere o título de

Serviço de Registro Civil e Tabelionato  
Av. Ana Caburé, 1269 - B. da Quadra  
CEP 39615-000 - Ponto dos Volantes - MG

CNPJ 20.182.796/0001-58

Confere com o original apresentado e dou fé.

Ponto dos Volantes-MG 04/01/13

Felipe Miné Dutra  
Tabelião

## BACHAREL EM ADMINISTRAÇÃO

a

## FLÁVIO PEREIRA DE SÁ

brasileiro, portador do Documento de Identidade Nº MG- 8.703.543 SSP/MG, nascido em 15 de fevereiro de 1980, outorga-lhe o presente Diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Canoas, RS, 26 de setembro de 2013.



RICARDO WILLY RIETH  
PRÓ-REITOR ACADÊMICO



Flávio Pereira de Sá  
DIPLOMADO

MARCOS FERNANDO ZIEMER  
REITOR

Francisco Ribeiro da Silva

28





UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL  
DIREÇÃO DE LEGISLAÇÃO E REGISTRO

Curso reconhecido pela Portaria nº 227/2013 publicada no D.O.U.  
de 23/05/2013.  
Diploma registrado sob nº 131116, livro nº 94, folha nº  
154v, nos termos do art. 48, § 1º da lei nº 9394, de 20 de  
Dezembro de 1996.

Canoas / RS, 01 de outubro de 2013.

*Aleuice*

ROSA LEANMAR DIAS BLANCO  
DIREÇÃO DE LEGISLAÇÃO E REGISTRO



*Francisco Adriano de Moraes*

*[Signature]*

*[Signature]*





## Transferências entre contas correntes BB

G335091455849476012  
09/08/2019 15:02:38



### Debitado

Nome FGA CONTABILIDADE EIRELI  
Agência 2160-1  
Conta corrente 25168-2

### Creditado

Nome C MUN DIVINOLANDIA MINAS  
Agência 2780-4  
Conta corrente 16561-1  
Valor 600,00  
Data Nesta data

Transação efetuada com sucesso por: JA712841 DEIVYSON S AGUILAR.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678  
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



## ANEXO III

39



PROCESSO Nº. 08/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº. 01/2019

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.


**FGA Contabilidade EIRELI**, sediada Rua Diamantina nº239, Centro, Itamarandiba/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 02.337.635/0001-04, por intermédio do seu representante legal o Sr. Deivyson Sena de Aguiar, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.599.021 e do CPF nº 049.667.966-01, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1- Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2- Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3- Que não foi apenada com rescisão de contrato quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- 4- Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.

02.337.335/0001-04  
FGA CONTABILIDADE  
EIRELI - ME  
Rua Diamantina, 239 - Centro  
39.670-000 - Itamarandiba - MG

  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04  
Deivyson Sena de Aguiar/Representante Legal  
MG-10.599.021







## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE MENOR.


PROCESSO Nº. 08/2019. TOMADA DE  
PREÇOS Nº. 01/2019

A **FGA Contabilidade EIRELI**, CNPJ nº. **02.337.635/0001-04**, sediada em Rua Diamantina nº 239, Centro, Itamarandiba - MG declara que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, ressalvando que, caso empregue ou venha empregar menor, a partir de 14 (quatorze) anos, somente o faz ou fará na condição de aprendiz, que não utiliza ou se beneficia, direta ou indiretamente, ou tenha sido autuada nos últimos 05 (cinco) anos pela utilização de mão-de-obra infantil, que não infringiu as normas de proteção ao trabalho adolescente, que não foi autuada no ano em curso ou anterior por infrações às normas de segurança e saúde do trabalhador adolescente ou, ainda por impedir ou dificultar seu acesso e frequência regular na escola.

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.

**02.337.335/0001-04**  
**FGA CONTABILIDADE**  
**EIRELI - ME**

Rua Diamantina, 239 - Centro  
39.670-000 - Itamarandiba - MG

  
\_\_\_\_\_  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04  
Deivysen Sena de Aguiar/Representante Legal  
MG-10.599.021

  
Francisco Rêgo de Faria

## ANEXO VIII


### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.



A **FGA Contabilidade EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.337.635/0001-04** por intermédio de seu representante legal Sr. Deivyson Sena de Aguiar, portador do documento de Identidade nº MG-10.599.021 e inscrito no CPF sob o nº 049.667.966-01, **DECLARA** que o Sr. **Flávio Pereira de Sá**, portador do CPF nº 046.012.456-05 e inscrito no CRA sob o nº 01-055347/D é o nosso indicado como Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação em apreço.

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.

**02.337.335/0001-04**  
**FGA CONTABILIDADE**  
**EIRELI - ME**  
Rua Diamantina, 239 - Centro  
39.670-000 - Itamarandiba - MG

  
\_\_\_\_\_  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04  
Deivyson Sena de Aguiar/Representante Legal  
MG-10.599.021



34



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

REGISTRO  
**CRA-MG 01-055347/D**

DATA REG.  
**20/12/2013**

VIA  
**1\***

NOME  
**FLAVIO PEREIRA DE SA**

TITULO PROFISSIONAL  
**ADMINISTRACAO**

DOC. IDENTIFICACAO  
**MG8703643**

DATA EXP.  
**26/10/2000**

ORGÃO EXPEDIDOR  
**SSP - MG**

CPF  
**046.012.456-05**

ASSINATURA DO PORTADOR

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75

FILIAÇÃO  
**SALVIO CHAVES DE SA**  
**JOANISIA PEREIRA SILVA**

NASCIMENTO  
**15/02/1980**

NACIONALIDADE  
**BRASILEIRA**

NATURALIDADE  
**ITAUBIM - MG**

DIPLOMADO POR  
**ULBRA**

REGISTRO MEC Nº  
**ULBRA 131116**

Identidade profissional de ADMINISTRADOR, habilitado na forma da alínea "a" do Art. 3º, da Lei nº 4.769, de 09/09/1955.

Belo Horizonte, 06/12/2016

LOCAL E DATA DE EXP. PRESIDENTE DO CRA

TEM FE PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75



Serviço de Registro Civil e Tabelionato  
Av. Ana Caburé, 1260 - B. da Quadra  
CEP 39615-000 - Ponto dos Volantes - MG  
CNPJ 20.182.796/0001-58

Confere com o original apresentado  
e dou fé.

Ponto dos Volantes-MG 04/01/19

Felipe Miné Dutra  
Oficial Tabelião

Francisco Ribeiro da Silva

Pinto




## ANEXO IX DECLARAÇÃO

Empresa **FGA Contabilidade EIRELI**, inscrita no CNPJ Nº **02.337.635/0001-04**, sediada na rua Diamantina nº 239, cidade Itamarandiba / MG, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Deivyson Sena de Aguiar, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.599.021 e do CPF nº 049.667.966-01 DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista.

Itamarandiba, 15 de agosto de 2019.

**02.337.335/0001-04**  
**FGA CONTABILIDADE**  
**EIRELI - ME**

**Rua Diamantina, 239 - Centro**  
**39.670-000 - Itamarandiba - MG**

  
\_\_\_\_\_  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04  
Deivyson Sena de Aguiar/Representante Legal



35




## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO.

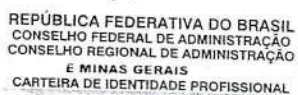
A **FGA Contabilidade EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.337.635/0001-04** por intermédio de seu representante legal Sr. **Deivyson Sena de Aguiar**, portador do documento de Identidade nº MG-10.599.021 e inscrito no CPF sob o nº 049.667.966-01, DECLARA que é inscrito no CRC sob o nº MG-089395/O-1 e é o indicado como Responsável Técnico para acompanhar a execução dos serviços, objeto da licitação em apreço.

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.

**02.337.335/0001-04**  
**FGA CONTABILIDADE**  
**EIRELI - ME**  
Rua Diamantina, 239 - Centro  
39.670-000 - Itamarandiba - MG

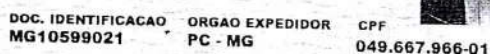
  
\_\_\_\_\_  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04  
Deivyson Sena de Aguiar/Representante Legal  
MG-10.599.021





REGISTRO	DATA DE REG.	VIA
23-000005/D	27/05/2019	1ª

**NOME**  
**DEIVYSON SENA DE AGUILAR**  
**HABILITACAO**  
**GESTOR**



Denysen fac a sub

**ASSINATURA DO PORTADOR**

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/75

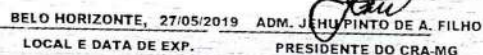
1o OF. DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MG  
Rua Aluizio Andrade Camara, 168 - Terreo, Centro (38) 3521-1007  
**AUTENTICACAO**  
Conferido e achado conforme o original apresentado. CWU48734  
Itamarandiba, 06/06/2019 15:20:12 20622 da verdade.  
Em Testemunho *Carlos Dalmo Moreira*  
CARLOS DALMO MOREIRA - Tabelião  
Rec.: R\$0,30 T.F.J: R\$1,65 Total: R\$6,95  
Empl.: R\$5,00



FILIAÇÃO  
SEBASTIAO ADALBERTO NEVES DE AGUI  
JOSEFA MARIA SENA AGUILAR  
NASCIMENTO NACIONALIDADE NATURALIDADE  
08/08/1981 BRASILEIRA ITAMARANDIBA - MG

**CRA-MG**

**AREA DE FORMACÃO ACADEMICA**  
**GESTÃO PÚBLICA**



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.206/73

Francisco Alberto de Tamarit



37

CARTEIRA DE IDENTIDADE DE CONTABILISTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - MG

NOME: DEIVYSON SENA DE AGUIAR  
CATEGORIA: CONTADOR  
Nº DO REGISTRO: MG-089395/O-1

FILIAÇÃO: SEBASTIAO ADALBERTO NEVES DE AGUIAR  
JOSEFA MARIA SENA AGUIAR

NASCIMENTO: 08/08/1961  
NACIONALIDADE: BRASILEIRA  
NATURALIDADE: ITAMARANDIBA-MG

EXEDIÇÃO: 2019/01/01  
PRESIDENTE DO CRC: [Assinatura]

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

CPF: 049.667.966-01  
RG: MG-10.599.021  
Diplomação: 28/12/2006

Título: BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
Título Expedido por (ou Deed. Provisório): UNIVERSIDADE EST. DE MONTES CLAROS

Esta carteira tem fe pública como documento de identidade nos termos do artigo 18 do DL 9.295 de 27/05/46 e artigo 1º da Lei 6.206 de 07/05/75.

Assinatura: Deivysen SENA de Aguiar  
POLÍGAR DIREITO: [Assinatura]



1º OF. DE NOTAS DE ITAMARANDIBA - MG  
Rua Aluizio Andrade Camara, 168 - Terreo, Centro (38) 3521-1007

**AUTENTICAÇÃO**  
Conferido e achado conforme o original apresentado. CWU48181  
Itamarandiba, 18/01/2019 13:29:12 20790  
Em testemunho da verdade.

MARLY DE JESUS PINHEIRO - Escrevente  
Emol.: R\$5,25 Rec.: R\$0,30 T.F.J. R\$1,65 Total: R\$7,20

Francisco Ribeiro de F. [Assinatura]





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 08/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019

### TERMO DE RENÚNCIA

(Lei Federal nº 8.666/93 Art. 43 e 109)

A Empresa abaixo assinada, participante deste processo, para o ato Licitatório perante esta Câmara declaram, na forma e sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93, que não pretendem recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação, que habilitou-lhes, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 19 de agosto de 2019.

  
**FGA CONTABILIDADE EIRELI**  
Convidado





*Francisco*

*Francisco Brito de Faria*

*[Signature]*

*[Signature]*



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE  
MINAS

TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019

**ENVELOPE N.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**

RAZÃO SOCIAL: FGA CONTABILIDADE EIRELI





## ANEXO II.

### CARTA PROPOSTA



À Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

PROCESSO Nº. 08/2019. TOMADA DE PREÇOS

Nº. 01/2019

Assunto: Apresenta Proposta.

#### 1. DOS DADOS DA EMPRESA PROPONENTE:

1.1 **Razão Social:** FGA Contabilidade EIRELI

1.2 **CNPJ:** 02.337.635/0001-04

1.3 **Endereço:** Rua Diamantina 239, Centro, Itamarandiba/MG Cep: 39.670-000

1.4 **Correio eletrônico (e-mail):** atendimentoofga@gmail.com

1.5 **Telefone e Fax:** (38)3521-1857

1.6 **Nome para contato:** Deivyson Sena de

Aguilar

Prezados Senhores

Pela presente carta, em estrito atendimento aos termos do Edital do processo licitatório em epígrafe, apresentamos nossa Proposta para **contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal** de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, e demais anexo, parte integrante e inseparável do edital como se segue:

O preço total para execução dos serviços é de R\$49.000,00 (quarenta e nove mil reais), de acordo com os quantitativos e preços unitários cotados por nossa empresa.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR TOTAL
01	AUDITORIA NAS CONTAS EXECUTIVO MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$16.000,00
02	AUDITORIA EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO EXECUTIVO MUNICIPAL, INDICADOS PELO LEGISLATIVO, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS DE 2017/2018 e 2019 INCLUINDO A FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	SERVIÇO	01	R\$18.000,00
03	AUDITORIA NAS CONTAS E PROCEDIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DOS EXERCÍCIOS 2017/2018 e 2019	SERVIÇO	01	R\$15.000,00

*Francisco Ribeiro de Faria*

Rua Diamantina, 239 - Centro  
Itamarandiba-MG - CEP: 39.670-000  
atendimentoofga@gmail.com

(38)3521-1857





Declaramos, outrossim, que em nosso preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais mão de obra especializada ou não, seguros em geral, equipamentos auxiliares, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndio resultantes de impostos, taxas, regulamentos municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme projetos e especificações constantes do Edital, sem que nos caiba em qualquer caso, direito regressivo em relação à Câmara Municipal de Divinolândia de Minas.

Comprometemo-nos a executar eventuais serviços, bem como fornecimento de mão-de-obra não constantes do Edital, mas inerentes à natureza dos serviços contratados. Os custos unitários serão especificados e orçados pela Câmara Municipal de Divinolândia de Minas e submetidos à aprovação da contratada para execução e pagamento.

Declaramos que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento das condições de execução dos serviços.

O prazo de execução total dos serviços é de 150 (cento e cinquenta) dias a partir da ordem de serviço.

O prazo de validade da proposta é de 60(sessenta) dias corridos a partir do julgamento da licitação.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em questão.

Atenciosamente,

Itamarandiba, 15 de Agosto de 2019.


**02.337.335/0001-04**

**FGA CONTABILIDADE**

**EIRELI - ME**

**Rua Diamantina, 239 - Centro**

**39.670-000 - Itamarandiba - MG**

  
FGA Contabilidade EIRELI/CNPJ 02.337.635/0001-04

Deivyson Sena de Aguiar/Representante Legal

MG-10.599.021



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**

**ESTADO DE MINAS GERAIS**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO Nº: 08/2019**

**TOMADA DE PREÇOS Nº: 01/2019**

**TERMO DE RENÚNCIA**

**(Lei Federal nº 8.666/93 Art. 43 e 109)**

A Empresa abaixo assinada, participantes deste processo, para o ato Licitatório perante esta Câmara declaram, na forma e sob as penas da Lei Federal nº 8.666/93, que não pretendem recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitação, que julgou a proposta, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 19 de agosto de 2019.

  
**FGA CONTABILIDADE EIRELI.**  
Convidado





**Reis & Reis**  
Auditores Associados

*Credibilidade em Gestão Pública e de Negócios*



À CAMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
PRAÇA JOSÉ DE SOUZA MADEIRA, 22, CENTRO  
DIVINOLÂNDIA DE MINAS – MG  
CEP: 39735-000

Correios		SEDEX	
PESO (kg)	1,10	AR	MP
Receptor		Assinatura	Documento
OA 15836579 8 BR			
OA 15836579 8 BR			
F0031787			



*[Signature]*

*[Signature]*

Francisco Antônio Franco

in

*[Signature]*



PRO  
03  
CHOTO

Busque na sua caixa de correio

Camara Municipal

Informações ▼

Ir

Sair Página inicial

Enviados

Contatos

Bloco de notas

Agenda

Alternar para Outlook Mail

Escrever

Apagar

Ações ▼

Aplicar

Entrada 999+

Rascunhos 119

Enviados

Arquivo

Spam

Lixeira

Pastas

Editar

Ocultar

## Correção da data de Validade

camaradivinolandia.../Enviados



12 de ago às 16:02

Imprimir Mensagem bruta

**Camara Municipal** <camaradivinolandia@yahoo.com.br>

Para: diretoria@reisauditores.com.br

1 Arquivo 222.8kB

PDF 223kB



REIS E REIS-P...

Baixar

Boa tarde! Segue anexo CRC com a data de validade corrigida.

Atenciosamente,

Luana Figueiredo

Escrever

Apagar

Ações ▼

Aplicar



Francisco Ribas de Faria





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Câmara Municipal de  
Divinolândia de Minas/ MG

CERTIFICADO DE REGISTRO  
CADASTRAL

☒ Inscrição ☐ Alteração ☐ Renovação

## DADOS CADASTRAIS

NOME: Reis & Reis Auditores Associados

CNPJ: 06.997.348/0001-81

## DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL

## LINHA DE FORNECIMENTO

GRUPO: ATIVIDADE DE CONTABILIDADE

SUB GRUPO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

## ENDEREÇO

ENDEREÇO: Rod. Januário Carneiro, nº 876, salas 303,304. BAIRRO: Pau Pombo – Município: Nova Lima-MG  
CEP: 34004-642 TEL: (31) 3213-0060

EMAIL: [diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)

## DOCUMENTOS

TIPO	NÚMERO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES			
INSCRIÇÃO NO CNPJ			
CND FGTS	2019080701582936799288	08/08/2019	05/09/2019
CND FEDERAL		25/07/2019	21/01/2020
CND ESTADUAL		05/06/2019	03/09/2019
CND MUNICIPAL	130307115	23/05/2019	21/08/2019
CNDT TRABALHISTA	173594614/2019	05/06/2019	01/12/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS		05/08/2019	03/11/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS	7524.5380.3587.4954	10/04/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS		09/07/2019	07/10/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS		12/02/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE FALENCIA E CONCORDATA		27/06/2019	25/09/2019

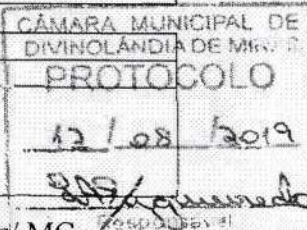
**PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2019**

OBS: Atualização da validade dos documentos relacionados neste CRC é de responsabilidade exclusiva do fornecedor ou prestador de serviço.

Todas as informações prestadas nesta solicitação são a expressão da verdade.

CAMARA MUNICIPAL DE Divinolândia de Minas, 12 DE AGOSTO DE 2019.

Geralda Pinto Mascena  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



Praça José de Souza Madeira, 22, Centro – Divinolândia de Minas/ MG

E-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br) – Tel: (33) 3414 - 1132

*[Handwritten signatures]*





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



01.628.137/0001-581  
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
PRAÇA JOSÉ DE SOUZA MADEIRA, 22  
CEP: 34004-642  
DIVINOLÂNDIA DE MINAS - MG

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas/ MG	CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL
--	--------------------------------------

<input checked="" type="checkbox"/> Inscrição	<input type="checkbox"/> Alteração	<input type="checkbox"/> Renovação
---	------------------------------------	------------------------------------

<b>DADOS CADASTRAIS</b>
NOME: Reis & Reis Auditores Associados
CNPJ: 06.997.348/0001/81

<b>DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE</b>
ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL

<b>LINHA DE FORNECIMENTO</b>	
GRUPO: ATIVIDADE DE CONTABILIDADE	SUB GRUPO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

<b>ENDEREÇO</b>
ENDEREÇO: Rod. Januário Carneiro nº 876, salas 303, 304. BAIRRO Pau Pombo-Município de Nova Lima-MG CEP: 34004-642 EMAIL: diretoria@reisauditores.com.br Tel: (31) 3213-0060

DOCUMENTOS			
TIPO	NÚMERO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES			
INSCRIÇÃO NO CNPJ			
CND FGTS	2019080701158936799288	08/08/2019	05/09/2019
CND FEDERAL		25/07/2019	21/01/2020
CND ESTADUAL		05/06/2019	03/09/2019
CND MUNICIPAL	130307115	23/05/2019	21/08/2019
CNDT TRABALHISTA	173594614/2019	05/06/2019	01/12/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS		05/08/2019	03/11/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS	7524.5380.3587.4954	10/04/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS		09/07/2019	07/10/2019
CERTIDÃO DE REGISTRO DO PROFISSIONAL TÉCNICO RESPONSÁVEL NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS		12/02/2019	31/03/2020
CERTIDÃO DE FALENCIA E CONCORDATA		27/06/2019	25/09/2019

**PRAZO DE VALIDADE: 15/08/2019**

OBS: Atualização da validade dos documentos relacionados neste CRC é de responsabilidade exclusiva do fornecedor ou prestador de serviço.

Todas as informações prestadas nesta solicitação são a expressão da verdade.  
CAMARA MUNICIPAL DE Divinolândia de Minas, 12 DE AGOSTO DE 2019.

Geralda Pinto Mascena  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINOLÂNDIA DE MINAS  
PROTOCOLO  
12/08/2019

Praça José de Souza Madeira, 22, Centro – Divinolândia de Minas/ MG  
E-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br) – Tel: (33) 3414 - 1132





**Reis & Reis**  
Auditores Associados

*Credibilidade em Gestão Pública  
e de Negócios*



Nova Lima, 05 de agosto de 2019

A Empresa Reis e Reis Auditores Associados EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.348/0001-81, sediada na Rod. Januário Carneiro, 876, salas 303, 304, Pau Pombo, Edifício Center Ville Empresarial, Nova Lima, Minas Gerais, CEP: 34004-642, por seu representante legal infra assinado, vem respeitosamente à presença Vossa Senhoria apresentar

**SOLICITAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDOR (CRC) ,PARA A TOMADA DE PREÇOS 001/2019 – REFERENTE REALIZAÇÃO DE AUDITORIA.**

Junto ao Departamento de Licitação, setor de Cadastro de Fornecedor, da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas conforme disposto no art. 22, § 2º da Lei 8.666/93, em especial para habilitação na **Tomada de Preços no 001/2019**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de Auditoria

Inscrição Estadual: ISENTA / Inscrição Municipal: 1/303/07115  
E-mail: [diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)  
Telefone: (31) 3213-0060

Atenciosamente,

*Regiane Márcia dos Reis*  
REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP  
REGIANE MÁRCIA DOS REIS

Sócia Diretora

CRC/MG 009424/O-5  
OAB 172.335

06.997.348/0001-81  
REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS EPP

Rod. Januário Carneiro, 876, Sala 303, 304, Pau Pombo  
Edifício Center Ville Empresarial  
NOVA LIMA - MG

06.997.348/0001-81  
REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS EPP

Rod. Januário Carneiro, 876, Sala 303, 304, Pau Pombo  
Edifício Center Ville Empresarial  
NOVA LIMA - MG

*Regiane Márcia dos Reis*  
Reis e Reis Auditores Associados EPP  
Regiane Márcia dos Reis  
Diretora Técnica  
CRC-MG 009424/O - 5  
OAB/MG 172.335

Regiane Márcia dos Reis  
OAB/MG 172.335

*Francisco Ribeiro de Souza*  
*[Signature]* *[Signature]* *[Signature]*

Rodovia Januário Carneiro, 876, Salas 303 e 304,  
Bairro Pau Pombo- Nova Lima/MG – CEP 34.004-642

(31) 3213-0060 / 3213-1742

[www.reisauditores.com.br](http://www.reisauditores.com.br) | [diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)



# REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS

## CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS

*Pelo presente instrumento,*

**1 - REGIANE MÁRCIA DOS REIS**, brasileira, casada, nascida em 15/05/75, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 009424/S-5 T, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Melo Viana, 187 - Centro - CEP.: 34.000-000 - Nova Lima/MG, portadora da carteira de identidade nº M-7.378.645 - SSP-MG e CPF nº 027.919.816-75;

**2 - RENATA LUCIANA DOS REIS**, brasileira, solteira, nascida em 31/12/73, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 069952/O-0, natural de Nova Lima/MG, residente e domiciliada à Rua Paulo Diniz Carneiro, 191, apto. 1002 - bairro Buritis - Belo Horizonte/MG - Cep.: 30575-820, portadora da carteira de identidade nº: M-6.717.071 - SSP/MG e CPF nº: 000.013.246-24;

**3 - REGINA BEATRIZ DOS REIS**, brasileira, casada, contadora, inscrita no CRC/MG sob nº 069951/O-2 e Administradora inscrita no CRA/MG sob o nº 22.540, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Alessandra Salum Cadar, 900 aptº 212 - bloco 3, no Bairro Buritis em Belo Horizonte/MG, CEP 30575-190, portadora da carteira de identidade nº M-7.377.597 - SSP/MG e CPF nº 006.555.776-02.

Resolvem constituir uma sociedade simples limitada, que será regida pela lei das sociedades anônimas, nos termos do Código Comercial Brasileiro e do Código Civil em vigor, nas seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAL** - A sociedade atuará com a denominação de **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS**, e sua sede será à Av. Amazonas nº 311 - sala 405, Centro - CEP: 30180-000 em Belo Horizonte/MG.

**CLÁUSULA SEGUNDA - RAMO DE ATIVIDADE** - A sociedade terá como principais atividades a prestação de serviços técnicos das áreas de Contabilidade e de Administração, compreendendo auditoria, perícias, organização e racionalização de empresas, assistência e elaboração de escritas contábeis e fiscais, consultoria administrativa, financeira e contábil, administração de recursos humanos, elaboração de plano de cargos e salários, concurso público, desenvolvimento de softwares aplicativos, todas de competência das categorias profissionais das responsáveis técnicas.

**CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO E DURAÇÃO** - A sociedade terá o início das atividades a partir da data de registro deste contrato no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas e o prazo de duração é indeterminado.

2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE - MG  
Tabelião João Carlos Nunes Junior  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4600 - email:cartorio@cartoriojaguaro.com.br

**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original apresentado, dou fe.  
Belo Horizonte,  
05/08/2019 15:29:59

(Emo. R\$5.30); (TJF R\$1.45); (ISS R\$ 0.25); Total: R\$7,20



Francisco Antônio de Figueiredo  
epu





**CLÁUSULA QUARTA - POSIÇÃO SOCIETÁRIA** - O capital social será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), totalmente integralizado pelas sócias neste ato em moeda corrente. O capital é dividido em 30.000 cotas de R\$ 1,00 cada uma, ficando o quadro societário constituído da seguinte forma:

NOME DO SÓCIO	POSIÇÃO ATUAL DE QUOTAS		
	Quantidade	Valor - R\$	%
Regiane Márcia dos Reis	10.200	10.200,00	34
Renata Luciana dos Reis	9.900	9.900,00	33
Regina Beatriz dos Reis	9.900	9.900,00	33
<b>TOTAL</b>	<b>30.000</b>	<b>30.000,00</b>	<b>100</b>

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE:** A responsabilidade das sócias é limitada ao total do capital da sociedade, e sua administração será exercida por todas, que poderão fazer uso da denominação social em conjunto ou separadamente, assinando todos os atos de administração geral dos negócios da sociedade, não podendo avalizar títulos e contratos dos seus sócios em outros negócios, ou de sociedades mercantis das quais as mesmas façam parte do quadro societário.

**CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA** - A Responsabilidade Técnica pela sociedade caberá, para todos os efeitos, a todas as sócias. A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de danos que causar a terceiros por culpa ou dolo no exercício da atividade profissional e as sócias responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais depois de esgotados os bens da sociedade.

**CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES E DISSOLUÇÃO** - A sociedade poderá ser alterada ou dissolvida por decisão unânime das quotas, representadas pelas respectivas sócias ou nos casos previstos na legislação em vigor. Em caso de falecimento ou impedimento de uma das sócias, seus herdeiros passarão a ser detentores de suas cotas e poderão nomear um representante na sociedade, desde que portador da formação técnica necessária e de comum acordo com os sócios remanescentes.

**CLÁUSULA OITAVA - RETIRADAS PRÓ-LABORE** - Aos sócios, de comum acordo, será atribuída uma retirada mensal, a título de Pró-Labore, obedecendo-se os limites fixados pela legislação do Imposto de Renda.

**CLÁUSULA NONA - BALANÇO ANUAL E RESULTADOS** - Fica estabelecido que no dia 31 de dezembro de cada ano deverá ser realizado o balanço geral e demonstrações financeiras pertinentes da sociedade, devendo o resultado ser mantido em conta de reserva, salvo em caso de prejuízo com risco de insolvabilidade da empresa, hipótese em que será debitado aos sócios na proporção de suas cotas, para cobertura no prazo de até 90 dias.

Francisco Ribeiro da Fonseca







**CLÁUSULA DÉCIMA – DECLARATÓRIA** - As sócias declaram, sob as penas da lei, que não estão condenadas em nenhum dos crimes previstos em lei, que as impeçam de exercer atividade mercantil ou profissional, nos termos da lei nº 4.726 de 1965.


**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO** - Para dirimir quaisquer dúvidas não previstas no presente contrato, as partes elegem o foro de Belo Horizonte/MG, desde que não consigam uma solução amigável.

E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo, o qual será averbado no competente cartório.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2004.

  
Renata Luciana dos  
Reis


  
Regiane Márcia dos  
Reis

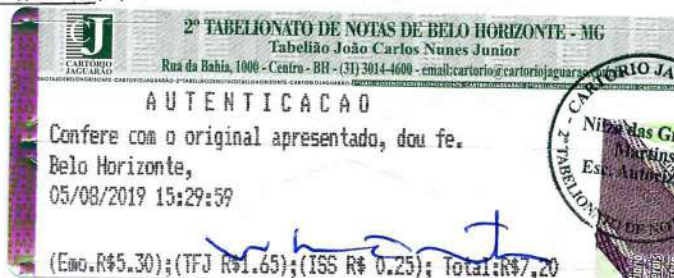
  
Regina Beatriz  
dos Reis

**TESTEMUNHAS:**

1 Viviane de Paula Telles RG 11.592.403 CPF 050.328.266-93

2 Regina Beatriz dos Reis RG 1748106 CPF 8688438/0-53

  
Geraldo Araújo  
CONSULTOR JURÍDICO  
Adv. OAB/MG: 68.837



**Selo de Fiscalização**

BJD 62956

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Oficial: Dr. José Nadi Néri

Av. Afonso Pena, 732 - 29 andar - Belo Horizonte - MG - Telefax: 3224-3678

REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS.

REGISTRADO(A) sob o nº 117.695, no Livro A, em 16/09/2004.

Belo Horizonte, 16/09/2004. Escrevente Substituto: Ana Paula Néri Silveira  
Emolumentos: R\$3,00 - Taxa Fiscalização: R\$1,02 - Total: R\$4,02



 CARTÓRIO JAGUARÃO  
2ª TABELIONATO DE NOTAS  
**VERSO**  
**EM BRANCO**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>06.997.348/0001-81</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>16/09/2004</b>
NOME EMPRESARIAL <b>REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>69.20-6-01 - Atividades de contabilidade</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>223-2 - Sociedade Simples Pura</b>		
LOGRADOURO <b>ROD JANUARIO CARNEIRO</b>	NÚMERO <b>876</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 303 E 304</b>
CEP <b>34.004-642</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>PAU POMBO</b>	MUNICÍPIO <b>NOVA LIMA</b>
UF <b>MG</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>REGIANE@REISAUDITORES.COM.BR</b>		TELEFONE <b>(31) 3213-0060</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>16/09/2004</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/08/2019** às **15:29:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## 11ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

**Pelo presente instrumento,**

**1 - REGIANE MÁRCIA DOS REIS**, brasileira, divorciada, empresária, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 009424/S-5 T, e Advogada OAB/MG 172.335, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Indiana, 1.236 - Bairro Jardim América - Belo Horizonte/MG CEP 30460-350, portadora da carteira de identidade nº M-7.378.645 SSP/MG e CPF nº 027.919.816-75;

**2 - LUANA DE FÁTIMA BORGES**, brasileira, Casada, sob regime de separação parcial de bens obrigatória, empresária, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 095122/O-0 T, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Augusto Bernardino, 359 - Bairro Mingu - Nova Lima/MG CEP 34000-574, portadora da carteira de identidade nº MG 13.059.005 SSP/MG e CPF nº 079.894.576-10;

Únicas sócias da empresa **REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP**, Sociedade Simples, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.348/0001-81, com sede à Rua Augusto Bernardino, 359 - Bairro Mingu - CEP.: 34000-574, Nova Lima - MG, conforme contrato social averbado no Cartório Gero Oliva de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº 03 no registro 117.695 - livro A, em 16/09/2004, 1ª. alteração contratual registrada sob o nº 03 no registro 117.695, no Livro A, em 27/03/2006, 2ª. alteração contratual averbada sob o nº 04 no registro 117.695, no Livro A, em 18/05/2006, 3ª. alteração contratual averbada sob o nº 05 no registro 117.695, no Livro A, em 30/06/06, 4ª. Alteração contratual averbada sob o nº 07 no registro 117.695, no Livro A, em 15/02/2008, 5ª. alteração contratual averbada sob o nº 12 no registro 117.695, no Livro A, em 21/08/2008 e 6ª alteração contratual averbada sob o nº 13 no registro 117.695, no Livro A, em 13/10/2008, 7ª alteração contratual averbada sob o nº 17 no registro nº 117695, Livro A em 26/09/2011, 8ª alteração contratual averbada sob o nº 20 no registro nº 117.695, 9ª alteração contratual averbada sob o nº 25 no registro 117.695 em 02/04/2015, 10ª alteração contratual averbada no registro nº 19788, Livro A124, em 11/04/2017, 11ª resolvem alterar os ditos instrumentos nas seguintes cláusulas e condições:

**ALTERAÇÃO NOME DA SÓCIA** - Fica retificado o nome da Sócia Luana de Fátima Borges, conforme abaixo:

**2 - LUANA DE FÁTIMA BORGES SANTOS**, brasileira, Casada, sob regime de separação parcial de bens obrigatória, empresária, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 095122/O-0 T, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Augusto Bernardino, 359 - Bairro Mingu - Nova Lima/MG CEP 34000-574, portadora da carteira de identidade nº MG 13.059.005 SSP/MG e CPF nº 079.894.576-10;

Edifício Empresarial Cepher Ville  
Rodovia Januário Carneiro (Rodovia MG 30) - 876 - Sala 303/304  
CEP 34012-750 - Vila Odete - Nova Lima - MG  
[www.reisauditores.com.br](http://www.reisauditores.com.br)  
Tel.: 31 | 3213-0060 / 31 | 3213-1742  
[diretoria@reisauditores.com.br](mailto:diretoria@reisauditores.com.br)  
[concursos@reisauditores.com.br](mailto:concursos@reisauditores.com.br)

EMOL.	TX. FISC.	ISSQN	TOTAL
5,30	1,65	0,25	7,20

BH 30 JUL. 2019

Em testº \_\_\_\_\_ da verdade



*Francisco Antônio de Fátima*





Reis & Reis  
Auditores Associados



Reg. Tit. e Doc. e P. Jurídicas  
Averbação ao Registro

02 - 19788

Credibilidade em Gestão Pública e de Negócios

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAL** - Esta Cláusula passa a ter o seguinte teor: A sociedade atua com a denominação de REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP, e sua sede é na Rodovia Januário Carneiro, 876, Salas 303 e 304, Bairro Pau Pombo, Nova Lima/MG - CEP 34.004-642. Não existem filiais, mas estas poderão ser instaladas a qualquer momento, a critério da administração da empresa.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO RAMO DE ATIVIDADE** - Esta Cláusula passa a ter o seguinte teor: A sociedade tem como principais atividades a prestação de serviços técnicos especializados de auditorias, consultorias, assessorias, perícias, concursos e processos seletivos e demais serviços inerentes à categoria profissional da sociedade, em especial nas áreas de contabilidade e finanças, jurídica e de recursos humanos.

**CONSOLIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS CONTRATUAIS**  
**REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP**

**1 - REGIANE MÁRCIA DOS REIS**, brasileira, divorciada, empresária, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 009424/S-5 T, e Advogada OAB/MG 172.335, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Indiana, 1.236 - Bairro Jardim América - Belo Horizonte/MG CEP 30460-350, portadora da carteira de identidade nº M-7.378.645 SSP/MG e CPF nº 027.919.816-75;

**2 - LUANA DE FÁTIMA BORGES SANTOS**, brasileira, Casada, sob regime de separação parcial de bens obrigatória, empresária, Contadora, inscrita no CRC/MG sob o nº 095122/O-0 T, natural de Belo Horizonte/MG, residente e domiciliada à Rua Augusto Bernardino, 359 - Bairro Mingu - Nova Lima/MG CEP 34000-574, portadora da carteira de identidade nº MG 13.059.005 SSP/MG e CPF nº 079.894.576-10;

Únicas sócias da empresa **REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP**, Sociedade Simples, inscrita no CNPJ sob o nº 06.997.348/0001-81, com sede à Rua Augusto Bernardino, 359 - Bairro Mingu - CEP.: 34000-574, Nova Lima - MG, conforme contrato social averbado no Cartório Gero Oliva de Registro de Pessoas Jurídicas, sob o nº 117.695 - livro A, em 16/09/2004, 1ª. alteração contratual registrada sob o nº 03 no registro 117.695, no Livro A, em 27/03/2006, 2ª. alteração contratual averbada sob o nº 04 no registro 117.695, no Livro A, em 18/05/2006, 3ª. alteração contratual averbada sob o nº 05 no registro 117.695, no Livro A, em 30/06/06, 4ª. Alteração contratual averbada sob o nº 07 no registro 117.695, no Livro A, em 15/02/2008, 5ª. alteração contratual averbada sob o nº 12 no registro 117.695, no Livro A, em 21/08/2008 e 6ª alteração contratual averbada sob o nº 13 no registro 117.695, no Livro A, em 13/10/2008, 7ª alteração contratual averbada sob o nº 17 no registro nº 117695, Livro A em 26/09/2011, 8ª alteração contratual averbada sob o nº 20 no registro nº 117.695, 9ª alteração contratual averbada sob o nº 25 no registro 117.695 em 02/04/2015, 10ª alteração contratual averbada no registro nº 19788, Livro A124, em 11/04/2017, 11ª alteração contratual registrada neste ato.

Rodovia Januário Carneiro (Rodovia MG 30) - 876 - Sala 303/304  
CEP 34012-750 - Vila Odete - Nova Lima - MG

www.reisauditores.com.br

Tel.: 31 3213-0060 / 31 3213-1742

diretoria@reisauditores.com.br

concursos@reisauditores.com.br

Francisco Antônio da Fonseca



**CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO, SEDE E FILIAL** - A sociedade atua com a denominação de REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP, e sua sede é na Rodovia Januário Carneiro, 876, Salas 303 e 304, Bairro Pau Pombo, Nova Lima/MG - CEP 34.004-642. Não existem filiais, mas estas poderão ser instaladas a qualquer momento, a critério da administração da empresa.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO RAMO DE ATIVIDADE** - A sociedade tem como principais atividades a prestação de serviços técnicos especializados de auditorias, consultorias, assessorias, perícias, concursos e processos seletivos e demais serviços inerentes à categoria profissional da sociedade, em especial nas áreas de contabilidade e finanças, jurídica e de recursos humanos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO E DURAÇÃO** - A sociedade teve o início das atividades a partir da data de registro do contrato no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas - 16/09/2004 - e o prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA QUARTA - POSIÇÃO SOCIETÁRIA** - O capital social é de R\$ 150.000,00 integralizados em moeda corrente do país. O capital é dividido em 150.000 cotas de R\$ 1,00 cada uma, ficando o quadro societário constituído da seguinte forma:

NOME DO SÓCIO	POSIÇÃO ATUAL DE QUOTAS		
	Qde.	Valor - R\$	%
Regiane Márcia dos Reis	141.600	141.600,00	94,40
Luana de Fátima Borges Santos	8.400	8.400,00	5,60
<b>TOTAL</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000,00</b>	<b>100</b>

Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

**CLÁUSULA QUINTA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE** - A administração da sociedade será exercida pela sócia Regiane Márcia dos Reis, que poderá fazer uso da denominação social separadamente, assinando todos os atos de administração geral dos negócios da sociedade, não podendo avalizar títulos e contratos dos seus sócios em outros negócios, ou de sociedades mercantis das quais as mesmas façam parte do quadro societário, pelo que declaram sob as penas da lei estarem de acordo com o art. 1011 do Código Civil.

**CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA** - A responsabilidade técnica pela sociedade caberá, para todos os efeitos, a sócia Regiane Márcia dos Reis.

**PARÁGRAFO ÚNICO - REPARAÇÃO DE DANOS A TERCEIROS** - A sociedade responsabilizar-se-á pela reparação de dano que causar a terceiros, por culpa ou dolo, no exercício da atividade profissional e as sócias responderão solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, depois de esgotados os bens da sociedade.

Endereço Empresarial: Centro Vila  
Rodovia Januário Carneiro (Rodovia MG 30) - 876 - Sala 303/304  
CEP 34012-750 - Vila Odete - Nova Lima - MG

www.reisauditores.com.br

Tel.: 31 | 3213-0060 / 31 | 3213-1742

diretoria@reisauditores.com.br

concursos@reisauditores.com.br



*[Handwritten signatures and initials]*





Reis & Reis

Audítores Associados



Credibilidade em Gestão Pública e de Negócios

Reg. Tit. e Doc. e P. Jurídicas  
Averbação ao Registro

19788

**CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÕES E DISSOLUÇÃO** – A sociedade poderá ser alterada ou dissolvida por decisão unânime das quotas, representadas pelas respectivas sócias ou nos casos previstos na legislação em vigor. Em caso de falecimento ou impedimento de uma das sócias, seus herdeiros passarão a ser detentores de suas cotas e poderão nomear um representante na sociedade, desde que portador da formação técnica necessária e de comum acordo com os sócios remanescentes.

**CLÁUSULA OITAVA – RETIRADAS PRÓ-LABORE** – Às sócias Regiane Márcia dos Reis e Luana de Fátima Borges de comum acordo, será atribuída uma retirada mensal, a título de Pró-labore, obedecendo-se limites fixados pela legislação do Imposto de Renda.

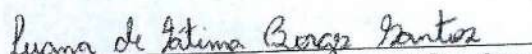
**CLÁUSULA NONA – BALANÇO ANUAL E RESULTADOS** – Fica estabelecido que no dia 31 de dezembro de cada ano deverá ser realizado o balanço geral e demonstrações financeiras pertinentes da sociedade, devendo o resultado ser mantido em conta de reserva, salvo em caso de prejuízo com risco de insolvabilidade da empresa, hipótese em que será debitado aos sócios na proporção de suas cotas, para cobertura no prazo de até 90 dias.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FORO** – Para dirimir quaisquer dúvidas não previstas no presente contrato, as partes elegem o foro de Belo Horizonte/MG, desde que não consigam uma solução amigável.

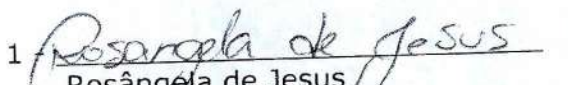
E por estarem assim, justos e contratados, firmam o presente instrumento em 2 vias de igual teor e forma, para um só efeito, em presença das testemunhas abaixo, o qual será averbado no competente cartório de registro das pessoas jurídicas.

Nova Lima, 10 de outubro de 2018.

  
Regiane Márcia dos Reis

  
Luana de Fátima Borges Santos

**TESTEMUNHAS:**

1.   
Rosângela de Jesus  
M - 6.131.836 CPF 890.526.176-00

2.   
Débora Mariana Silva Ferreira  
MG.16.591.002 - CPF 099.941.596-40

Edifício Empresarial Center Ville  
Rodovia Januário Carneiro (Rodovia MG 30) - 876 - Sala 303/304  
CEP 34012-750 - Vila Odete - Nova Lima - MG

www.reissauditores.com.br

Tel.: 31 3213-0060 / 31 3213-1742

diretoria@reissauditores.com.br

concursos@reissauditores.com.br

REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS

Registro nº 19788 - Av 2 - Liv. A137 - Fol. 269/271

Nova Lima, MG, 01 de fevereiro de 2019.  
Fernanda Mara Nepomuceno de Oliveira - Escrevente


Poder Judiciário - TJMG - Corregedoria Geral de Justiça  
Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas

Selo Número: CKS14167

Código: 7304.1727.5528.0031



  
Francisco Brito de Souza

  
Débora Mariana Silva Ferreira





Secretaria Municipal da Fazenda  
Departamento de Rendas Mobiliárias

## Município de Nova Lima

Estado de Minas Gerais  
CNPJ: 22.934.889 / 0001 - 17



### Certidão Negativa de Débitos Municipais

Validade da certidão: **90 dias a partir da data de emissão (23/05/2019).**

#### Dados da Pessoa Física/ Jurídica:

Inscrição Municipal..... : **1/303/07115**  
Nome Contribuinte ..... : **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP**  
Pessoa..... : **Jurídica**  
CNPJ ..... : **06.997.348/0001-81**  
Endereço do Contribuinte..... : **ROD JANUARIO CARNEIRO, 876 - SALA 303 E 304 VILLE EMPRESARIAL - PAU POMBO - NOVA LIMA - 34.004-639 - MG**

#### Descrição da Atividade:

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIAS, CONSULTORIAS, ASSESSORIAS, PERÍCIAS, CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS E DEMAIS SERVIÇOS INERENTES À CATEGORIA PROFISSIONAL DA SOCIEDADE; EM ESPECIAL NAS ÁREAS DE CONTABILIDADE, FINANÇAS, JURÍDICA E DE RECURSOS HUMANOS.

### Certidão nº: 19705/2019

Controle de Autenticidade: **{F6E0A17F-C46F-4CAA-A276-52B276091B4A}**

**C**ertificamos que inexistente débito impeditivo a expedição desta certidão para a Inscrição Municipal acima mencionada; referente ao tributo: **ISSQN - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e/ou TLL - Taxa de Licença e Localização e/ou TFF - Taxa de Fiscalização e Funcionamento**; ressalvado a Fazenda Pública Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: **<http://www.novalima.mg.gov.br> => Para o Cidadão => Portal Tributário => Verificar autenticidade da Certidão Negativa/Positiva/Regularidade => digitar o nº do Controle de Autenticidade.**

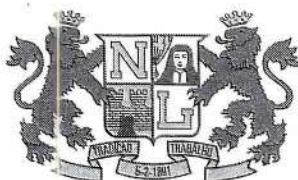
**"Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento."**

**Emitida via Internet no site da Prefeitura Municipal de Nova Lima:  
[www.novalima.mg.gov.br](http://www.novalima.mg.gov.br), em 23 de Maio de 2019.**

Sede - Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro - Nova Lima / MG, 34.000-279 // Telefones: (31) 3541.4340, 3541.4346.  
Regional Noroeste - Rua Kenon, 119, Jardim Canadá, Nova Lima / MG - 34.007.750 // Telefones: (31) 3581.1982, 3581.8523.  
Regional Nordeste - Rua Conceição Maria Duarte, 710, Honório Bicalho, Nova Lima / MG - 34012.646 // Tel. (31) 3547.5040  
Unidade Vila da Serra - Avn. Oscar Niemeyer, 1465, Vila da Serra, Nova Lima / MG - 34006.065 // Tel. (31) 3262.1714 / 8875.1183

Francisco Brito de Souza





Prefeitura Municipal de

Nova Lima/MG

CNPJ: 22.934.889/0001-17

Praça Bernardino de Lima, 80, Centro - Cep: 34000279 Telefone: 3135414345



Emitido em: 27/06/2019 16:46:48

Nome/Razão Social: REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP

CPF/CNPJ: 06.997.348/0001-81

Inscrição Municipal: 130307115

## FICHA CADASTRAL

CPF/CNPJ: 06.997.348/0001-81

Inscrição Municipal

130307115

### Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Data de Abertura

28/04/2017

Nome / Razão Social

REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP

Área Estabelecimento (m2)

60,00

Título do estabelecimento (Nome fantasia)

Tipo

NORMAL

Complemento / Restrições

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIAS, CONSULTORIAS, ASSESSORIAS, PERÍCIAS, CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS E DEMAIS

Código e descrição da atividade econômica principal

69206.01 - Atividades de contabilidade

Código e descrição das atividades econômicas

69206.02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

70204.00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Logradouro

JANUARIO CARNEIRO

Número

876

Complemento

SALA 303 E 304 VILLE EMPRESARIAL

CEP

34004639

Bairro / Distrito

PAU POMBO

Município

NOVA LIMA

UF

MG

Situação cadastral

ATIVO

Data situação cadastral

27/06/2019

Situação especial

SEM RESTRIÇÃO

Data situação especial

Natureza Jurídica

Sociedade Simples

6D57D412-77A3-41B2-9EA1-F5FCFC39B94A

*Francisco Antônio da Fonseca*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.997.348/0001-81

Certidão nº: 173594614/2019

Expedição: 05/06/2019, às 09:36:16

Validade: 01/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **06.997.348/0001-81**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

*Francisco Antônio de Faria*





MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Previdência e Trabalho  
Secretaria de Trabalho  
Subsecretaria de Inspeção do Trabalho

CERTIDÃO DE DÉBITOS  
**NEGATIVA**

**EMPREGADOR:** REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS

**CNPJ:** 06.997.348/0001-81

**DATA E HORA DA EMISSÃO:** 05/08/2019, às 15h52

CERTIFICA-SE, de acordo com às informações registradas no sistema CPMR - Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH nº 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 5º§ único da portaria 1421/2014 do MTE, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.mte.gov.br/certidao/infracoes/debitos> utilizando o código 36eYR2Q.
5. Expedida com base na Portaria MTE nº 1.421, de 12 de setembro de 2014. Emitida gratuitamente.

Francisco Antônio da Fonseca



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

NOVA LIMA



### CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS EPP  
CNPJ: 06.997.348/0001-81

#### Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.




Certidão solicitada em 27 de Junho de 2019 às 16:52

NOVA LIMA, 27 de Junho de 2019 às 16:52

**Código de Autenticação:** 1906-2716-5254-0605-1616

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

 1 de 1  
Francisco Airton de Souza





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CNPJ: 06.997.348/0001-81**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:09:35 do dia 25/07/2019 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 21/01/2020.

Código de controle da certidão: **754E.0AAB.F09B.6362**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

  
Francisco Antônio de Faria



## Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais

### ALVARÁ DE ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL DE SOCIEDADE

O Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no Decreto-Lei nº. 9.295/46, expede o presente Alvará de Organização Contábil, para que surta os efeitos legais.

REGISTRO Nº MG-007021/O-0

VÁLIDO ATÉ: 31/03/2020

#### IDENTIFICAÇÃO:

DENOMINAÇÃO..... : REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP  
 NOME DE FANTASIA... :  
 CATEGORIA ..... : SOCIEDADE SIMPLES PURA  
 CNPJ ..... : 06.997.348/0001-81  
 ENDEREÇO ..... : ROD JANUARIO CARNEIRO, 876 SLS 303 E 304, PAU POMBO - 34004-642  
 ATIVIDADES : CONTABILIDADE, AUDITORIA, PERÍCIA, ASSESSORIA, CONSULTORIA, OUTRAS ATIVIDADES

#### TITULAR / SÓCIOS / RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

REGISTRO	NOME	CATEGORIA	TIPO DE VÍNCULO
MG-095122/O-0	LUANA DE FATIMA BORGES SANTOS	CONTADOR	SOCIO
ES-009424/O-5 T-MG	REGLANE MARCIA DOS REIS	CONTADOR	SOCIO / Resp. Técnico

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 30/04/2019 as 11:25:06.

Válido até: 31/03/2020.

Código de Controle: 953860.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

*[Handwritten signatures]*  
 Francisco Ribeiro dos Santos





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CERTIDÃO DE REGULARIDADE CADASTRAL DE SOCIEDADE SIMPLES PURA**

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS**  
certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento  
encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

DENOMINAÇÃO.... :	REIS & REIS AUDITORES ASSOCIADOS - EPP
NOME FANTASIA.. :	
REGISTRO..... :	MG-007021/O-0
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE SIMPLES PURA
CNPJ..... :	06.997.348/0001-81

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que,  
posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal  
Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 05/08/2019 as 15:55:35.

Válido até: 03/11/2019.

Código de Controle: 533220.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

**O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS** certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: REGIANE MARCIA DOS REIS
REGISTRO.....	: ES-009424/O-5 T-MG
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 027.919.816-75

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: BELO HORIZONTE, 09/07/2019 as 14:03:54.

Válido até: 07/10/2019.

Código de Controle: 938088.

A aceitação desta Certidão está condicionada a verificação de sua autenticidade no endereço eletrônico [www.CRCMG.org.br](http://www.CRCMG.org.br)







Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade  
do FGTS - CRF****Inscrição:** 06.997.348/0001-81**Razão Social:** REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS EPP**Endereço:** ROD JANUARIO CARNEIRO 876 SL 303 E 304 / PAU POMBO / NOVA  
LIMA / MG / 34004-642

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/08/2019 a 05/09/2019**Certificação Número:** 2019080701582936799288

Informação obtida em 08/08/2019 14:23:43

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**

Francisco Antônio de Faria



 **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE**  
**DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

 **CATEGORIA**  
**CONTADOR**

**Nº DO REGISTRO**  
**MG-09512270-0**

**NOME**  
**LUANA DE FATIMA BORGES**  
**SANTOS**

**FILIAÇÃO**  
**JOSE ROBERTO BORGES**  
**FATIMA LUZIA DOS REIS BORGES**

*Luana de Fatima Borges Santos*  
**ASSINATURA DO PROFISSIONAL**



**NASCIMENTO** 13/01/1986 **NACIONALIDADE** BRASILEIRA **NATURALIDADE** BELO HORIZONTE - MG

**DIPLOMAÇÃO** 20/12/2008 **CPF** 979.894.576-19 **RG** MG-13.059.005 SSP-MG

**TÍTULO** BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS **TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)** PONTIFÍCIA UNIV. CATÓLICA DE MG - PUC

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.



**DATA DE EXPEDIÇÃO**  
10/12/2019

*Rosa Maria Alves Barros*  
**Rosa Maria Alves Barros**  
**PRESIDENTE DO CRC**

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE - MG**  
**Tabelião João Carlos Nunes Junior**  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-4000 - email: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

**AUTENTICAÇÃO**

Confere com o original apresentado, dou fe.  
Belo Horizonte,  
05/08/2019 15:29:59

(Emo. R\$5.30); (TJF R\$1.65); (ISS R\$ 0.25); Total: R\$7,20

  
Nilza das Graças  
Marques  
Esc. Autorizada  
Cartório de Notas  
Cartório de Notas

**Selo de Fiscalização**  
**AUTENTICAÇÃO**  
**DAI 80998**

*Denilson*

*gpa*

*[Assinatura]*

*Francisco Ribeiro de Faria*





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE**  
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**CATEGORIA**  
CONTADOR

**N° DO REGISTRO**  
ES-009424/O-5 T-MG

**NOME**  
REGIANE MARCIA DOS REIS

**FILIAÇÃO**  
MARIO LUCIO DOS REIS  
BEATRIZ BLANDINA DOS REIS

**ASSINATURA DO PROFISSIONAL**

**NASCIMENTO** 15/05/1975  
**NACIONALIDADE** BRASILEIRA  
**DIPLOMAÇÃO** CFC  
**CPF** 07112/1996  
**TÍTULO** BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
**NATURALIDADE** BELO HORIZONTE - MG  
**RG** M7378645 SSP-MG  
**TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)** Pontifícia Univ. Católica de M.G. PUC

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.



**DATA DE EXPIRAÇÃO**  
26/08/2008

*Paulo Gezer Consentino dos Santos*  
Paulo Gezer Consentino dos Santos  
PRESIDENTE DO CRC

ALCA EM 1000 O TERRITÓRIO NACIONAL

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE BELO HORIZONTE - MG**  
Tabelião João Carlos Nunes Junior  
Rua da Bahia, 1000 - Centro - BH - (31) 3014-6000 - email: cartorio@cartoriojaguarao.com.br

**AUTENTICAÇÃO**  
Confere com o original apresentado.  
Belo Horizonte,  
15/07/2019 07:50:37

(R\$ 145,30); (VTS R\$ 11,65); (ISS R\$ 0,25); Total: R\$ 157,20



*Francisco Brito de Faria*



## SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS



## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
05/06/2019CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
03/09/2019

NOME: REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS

CNPJ/CPF: 06.997.348/0001-81

LOGRADOURO: RODOVIA JANUARIO CARNEIRO

NÚMERO: 876

COMPLEMENTO:

BAIRRO: PAU POMBO

CEP: 34004642

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: NOVA LIMA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br> => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2019000337338796





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769, DE 09/09/1965

## CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA FÍSICA

CERTIFICAMOS para todos os devidos fins de direito que o(a) profissional **MARIO LUCIO DOS REIS**, CPF nº **008.755.896-34**, está devidamente registrado(a) neste Conselho, sob o nº **01-000952/D**. CERTIFICAMOS também que o(a) referido(a) encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade **até o exercício de 2019**, não sofreu penalidade de natureza disciplinar ou ética no âmbito deste Conselho, estando apto(a) ao exercício da profissão.

**TITULAÇÃO: ADMINISTRADOR**

Impresso pela internet sob N. 6400.5736.5005.7539 em 12/02/2019 - 17:41:42  
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

**Válida até 31/03/2020.**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

Av. Afonso Pena, 981, 1º andar, Centro, Belo Horizonte, MG, CEP: 30130-002. (31) 3218-4500. [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

[cramg@cramg.org.br](mailto:cramg@cramg.org.br)

Seccionais: Divinópolis (37) 3212-4401 - Governador Valadares (33) 3221-3930 - Ipatinga (31) 3842-4882

- Juiz de Fora (32) 3215-5812 - Montes Claros (38) 3222-2777 - Pouso Alegre (35) 3421-2143

- Uberaba (34) 3325-8725 - Sete Lagoas (31) 3774-0033 - Uberlândia (34) 3236-3230 - Unai (38) 3676-2444 - Varginha (35) 3222-419



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL



REGISTRO

**CRA-MG 01-000952/D**

DATA REG.  
19/08/1975

VIA  
2ª

NOME

**MARIO LUCIO DOS REIS**

TÍTULO PROFISSIONAL

**ADMINISTRACAO**

OCC. IDENTIFICACAO DATA EXP  
MG-012552/O-8 22/12/2010

CPF  
008.755.896-34

ORGÃO EXPEDIDOR  
CRC - MG



*Mario L. Reis*

ASSINATURA DO PORTADOR

TEM V. PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.256/75

FILIAÇÃO

**DIMAS EVANGELISTA REIS  
DORALICE SILVA**

NASCIMENTO NACIONALIDADE  
15/08/1942 BRASILEIRA

NATURALIDADE  
NOVA LIMA - MG

DIPLOMADO POR  
UNIVERSIDADE CATOLICA DE MG

REGISTRO MEC Nº  
UFMG 308

Identidade profissional de ADMINISTRADOR, habilitado na  
forma da alínea "a" do Art. 3º da Lei nº 4.769, de 09/09/1965.

Belo Horizonte, 07/11/2017

LOCAL E DATA DE EXP.

*Francisco Antunes de Sousa*  
PRESIDENTE DO CRA

TEM V. PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL - LEI Nº 6.256/75



*Paulo*

*Francisco Antunes de Sousa*





CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS  
AUTARQUIA CRIADA PELA LEI Nº 4.769, DE 09/09/1965

## CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

CERTIFICAMOS para todos os devidos fins de direito, que a empresa **REIS E REIS AUDITORES ASSOCIADOS, CNPJ 06.997.348/0001-81**, está devidamente registrada neste Conselho Regional de Administração de Minas Gerais, sob o nº **03-002921/O**, de 29/11/2004, tendo como Responsável(is) Técnico(s) o(s) profissional(is) citado(s) abaixo. CERTIFICAMOS, ainda que a referida empresa, encontra-se em dia com suas obrigações financeiras para com esta entidade, **até o exercício de 2019** e está apta ao desenvolvimento das atividades pertinentes à profissão de Administrador.

**RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**  
MARIO LUCIO DOS REIS

Impresso pela internet sob N. 7524.5380.3587.4954 em 10/04/2019 - 15:51:19  
Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).

Válida até 31/03/2020.  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

*Francisco Ritzner de Oliveira*

*epu*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MINAS GERAIS

Av. Afonso Pena, 981, 1º andar, Centro, Belo Horizonte, MG. CEP: 30130-002. (31) 3218-4500. [www.cramg.org.br](http://www.cramg.org.br).  
[cramg@cramg.org.br](mailto:cramg@cramg.org.br)

Seccionais: Divinópolis (37) 3212-4401 - Governador Valadares (33) 3221-3930 - Ipatinga (31) 3942-4882  
- Juiz de Fora (32) 3215-5812 - Montes Claros (38) 3222-2777 - Pouso Alegre (35) 3421-2143

- Uberaba (34) 3325-8725 - Sete Lagoas (31) 3774-0033 - Uberlândia (34) 3236-3230 - Unai (38) 3676-2444 - Varginha (35) 3222-419



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## ATA DE SESSÃO – ABERTURA E JULGAMENTO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 008/2019 MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

Às 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2019, às 09hsmin na Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, situada na Praça José de Souza Madeira, 22, Centro – Divinolândia de Minas/ MG, foi instalada a sessão de abertura de julgamento da licitação em epígrafe, autorizada pelo Sr. Presidente. A comissão ressaltou ao licitante sobre a mudança da data de julgamento do certame, tendo em vista que houve feriado municipal na cidade, conforme Lei Municipal nº. 70/1985, que fará juntada a ata de julgamento. Ressaltou ainda que a totalidade das empresas que cadastradas foram devidamente comunicadas da alteração da data via email: [camaradivinolandia@yahoo.com](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com), passando o julgamento da tomada de preços para o dia 19/07/2019. A Comissão Permanente de Licitação atestou o comparecimento da seguinte empresa: FGA Contabilidade Eireli, inscrita CNPJ: 02.337.635/0001-04, representada pelo Srº. Deivyson Sena de Aguiar, inscrita no CPF: 049.667.966-01. Constatando-se ainda que a empresa Reis e Reis Auditores Associados EPP, inscrita no CNPJ: 06.997.348/0001-81 encaminharam os documentos para o CRC, sendo recebido no dia 05 de agosto de 2019, e foram feito o CRC e encaminhado via e-mail para a empresa do e-mail: [diretoria@reisaudidores.com.br](mailto:diretoria@reisaudidores.com.br) no dia 13 de agosto de 2019, conforme consta nos autos, porém, a mesma não encaminhou envelopes de habilitação e nem de proposta e não compareceu na data do julgamento. Os documentos da “Reis e Reis Auditores Associados EPP” foram juntadas no processo para comprovar sua veracidade. Às 09hs10min constatando-se a presença de somente um licitante, a Comissão de Licitação estendeu o prazo para 10min. Às 09hs20min, constando-se que não houve licitante interessado em participar da Tomada de Preços nº. 01/2019, deu por encerrado o prazo de credenciamento. Passando-se para análise dos envelopes, constatando-se todos lacrados passou-se para a rubrica da CPL e licitante presente. Passando-se para análise dos documentos de habilitação nos termos do edital nº. 008/2019. Constatando-se que a empresa presente atendeu de forma satisfatórias todas as exigências do edital. Abrindo prazo recursal para que a empresa se manifestasse interesse em interpor recurso, sendo a mesma não se manifestou interesse e assinou o termo de renúncia nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, art. 43 e 109. Passando-se para a segunda fase do certame, abrindo-se o envelope de proposta de preços, constatando que a empresa atendeu de forma satisfatória toda a exigência do edital, cotando o valor o global de R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais). Comissão de Licitação perguntou ao representante da empresa se manifestam interesses de interposição de recursos contra a decisão da Comissão de licitação, sendo o mesmo não mostrou descontentamento com o certame, sendo, portanto, encerrado o prazo para manifestação de interposição de recursos contra a decisão da CPL. Neste termos fica a empresa HABILITADA para prestar os serviços de Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de

Praça José de Souza Madeira, 22, Centro – Divinolândia de Minas/ MG

E-mail: [camaradivinolandia@yahoo.com.br](mailto:camaradivinolandia@yahoo.com.br) – Tel: (33) 3414 - 1132

Francisco Rubim de Faria





# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador, via menor preço global, na forma de execução indireta, sendo o regime de execução a empreitada por preço unitário, conforme as especificações contidas neste edital e seus anexos, e de acordo com as normas pertinentes à prestação de serviços. Nada mais havendo a tratar, foi encerrado o ato licitatório, cuja ata lida e aprovada, segue assinada por mim, Geralda Pinto Mascena, Presidente da CPL e demais membros da Comissão e licitante presente.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL

  
**Francisco Ribeiro da Fonseca**  
Membro da CPL

  
**Osvânio Ferreira dos Santos**  
Secretário da CPL

  
**FGA Contabilidade Eireli**  
CNPJ: 02.337.635/0001-04  
Deivyson Sena de Aguiar  
CPF: 049.667.966-01

Divinópolis de Minas, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a aumentar o vencimento do funcionário aposentado Sr. José Pereira d'Assunção, para ~~RM 600,00~~ (seiscentos mil cruzeiros) mensais, a partir de (1º) primeiro de dezembro de 1985 e terá direito ao aumento junto com os atuais funcionários municipais, e os públicos municipais.

Art. 2º. Para ocorrer com o aumento concedido no artigo 1º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, podendo para isto anular total ou parcialmente dotações do orçamento vigente.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei, entrará em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Divinópolis de Minas - Dezembro/1.985

*Jose Lourenço*  
JOSE LOURENÇO DE FIGUEIREDO  
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 70/85

Francisco Ribeiro de Sousa  
Regulamenta os funcionários municipais.

*epu* *Perinho*

*[Assinatura]*





129



Faço saber que a câmara municipal de Divinolândia de Minas, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica estabelecidos os seguintes feriados municipais:

Primeiro de março - dia da instalação do município.  
Dia do Padroeiro do município - Divino Espírito Santo.  
Sera comemorado só dia após a Páscoa. É data móvel no calendário religioso.

15 de agosto - Dia da Padroeira da Paróquia - Nossa Senhora da Glória.

Dia 11 de outubro. Dia comemorativo ao encerramento do Jubileu de Nossa Senhora Aparecida - comemorado todo ano.

É um evento tradicional em toda região.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor nesta data.

Prefeitura Municipal de Divinolândia de Minas, 19 de dezembro de 1985.

JOSE LONGUINHOS DE FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 73/85

Francisco Ribeiros de Fomera



# CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS

ESTADO DE MINAS GERAIS



## TERMO DE RETIFICAÇÃO

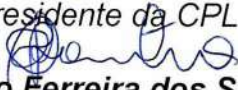
**TERMO DE RETIFICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL:** A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas torna público que fica retificado o edital de licitação, ata de julgamento e ainda extrato de publicação do edital referente ao tomada de preços nº. 001/2019, nos seguintes termos:

**Onde lê-se:** "Processo Licitatório Nº. 008/2019" - **Leia-se:** "Processo Licitatório Nº. 002/2019". Mantendo as demais leituras.

Para efeito legais, registra-se e publica-se;

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 19 de agosto de 2019.

  
**Geralda Pinto Mascena**  
Presidente da CPL

  
**Osvânio Ferreira dos Santos**  
Secretário da CPL

**Francisco Ribeiro da Fonseca**  
Membro da CPL







**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**DESPACHO DO PRESIDENTE**

Cumpridas as formalidades legais, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 10/2019, de 01 de fevereiro de 2019, determino a remessa do processo administrativo de licitação nº: 002/2019, tomada de preços nº. 001/2019 ao Setor Jurídico do Poder Legislativo para apreciação, no sentido de atestar sua regularidade.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 19 de agosto de 2019.

  
GERALDA PINTO MASCENA  
PRESIDENTE DA CPL



## **PARECER JURÍDICO FINAL**

**EMENTA:** Administrativo. Licitação. Lei 8.666/93. Análise e parecer jurídico acerca dos procedimentos para contratação de empresa através de procedimento de licitação. Tomada de Preços.

**CONSULENTE:** Geralda Pinto Mascena – Presidente da CPL

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO:** nº. 02/2019

**TOMADA DE PREÇOS:** nº. 001/2019

### **RELATÓRIO**

Atendendo despacho da DD. Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, vimos emitir PARECER FINAL sobre o Processo de licitação em epígrafe. A presidente faz juntar ao despacho os autos do processo administrativo de licitação acima aludido.

Trata-se de análise de licitação realizada na modalidade Tomada de Preços, visando à *Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.*

O requerente encaminha os autos do processo administrativo de licitação.

É o breve relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando os autos do processo apresentado podemos observar que o mesmo tramitou de forma regular.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



As datas de abertura foram devidamente obedecidas, consta nos autos informação que foram realizadas publicações no Diário Oficial do Estado, realizando assim sob nossa ótica a correta exteriorização dos atos administrativos.

Compareceram ao certame 01 (uma) licitante interessada. A habilitação e a proposta inicial foram apresentadas e devidamente observadas e apreciadas pela Presidente da CPL e comissão de licitação conforme lavratura na ata do certame, tendo as mesmas passada a fazer parte do processo. Não houve manifestação de intenção de interposição de recursos, ainda foi firmado termo de renúncia pelo licitante presente.

Portanto, afirmamos que a Comissão na direção de sua presidente obedeceu às formalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93, com vista a obter a proposta que mais satisfaça aos interesses do Poder Legislativo, devendo a decisão de adjudicação e homologação ser tomada pelo Senhor Presidente.

O processo encontra-se em ordem.


A Gestor deve estar atenta ao preceituado no caput do art. 67 da Lei 8.666/93, *in verbis*:

*Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.*

Finalmente, recomendamos, que terminados os trabalhos seja feita a juntada ao processo de cópias autenticadas ou conferidas das Notas de Empenhos, das Notas Fiscais emitidas pela Contratada, com a devida quitação e do comprovante de pagamento efetuado (Cheque ou Ordem de Pagamento).

É nosso parecer, SMJ.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas- MG, 20 de agosto de 2019.

  
**Bruno Tomaz Madeira**  
**OAB/MG 104.422**



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**DESPACHO DA PRESIDENTE**

Cumpridas as formalidades legais, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria nº 10/2019, de 01 de fevereiro de 2019, determino a remessa do processo administrativo de licitação nº: 02/2019, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente da Câmara de Divinolândia de Minas para apreciação, no sentido de, entendendo possível, adjudicar o objeto da licitação ao vencedor do certame e se entender a legalidade do processo, podendo homologá-lo.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 20 de agosto de 2019.

  
GERALDA PINTO MASCENA  
PRESIDENTE DA CPL





## **ADJUDICAÇÃO**

**Processo Administrativo de Licitação n.º 002/2019**  
**Tomada de Preços n.º 001/2019**

Face à ata de abertura e julgamento e ao mapa de apuração das propostas junto aos presentes autos, **ADJUDICO** como vencedora da presente licitação a empresa, **FGA Contabilidade Eireli**, inscrita no CNPJ: 02.337.635/0001-04, com valor global de R\$ 49.000,00 (*quarenta nove mil reais*), para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador. Sendo o prazo de execução dos serviços em 05 (cinco) meses após a ordem de serviços.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas – MG, 21 de agosto de 2019.

  
**ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**  
Vereador Presidente



## HOMOLOGAÇÃO

**Processo Administrativo de Licitação n.º 002/2019**  
**Tomada de Preços n.º 001/2019**

Nos termos do inciso VI, do art. 43 da Lei Federal nº. 8.666/93, que reproduz: “*VI- deliberação da autoridade competente quanto à homologação e adjudicação do objeto da licitação*”. Homologo o resultado do presente Processo Administrativo de Licitação nº. 002/2019, declaramos como vencedora a empresa **FGA Contabilidade Eireli**, inscrita no CNPJ: 02.337.635/0001-04, para Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas– MG, 21 de agosto de 2019.

**ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**  
Vereador Presidente





## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

### PUBLICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei Federal n.º 8.666/93, com nova redação dada pela Lei n.º 8.883 de 08 de junho de 1994, a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, torna publico a publicação da homologação da Tomada de Preços n.º 001/2019, tendo como homologada a empresa:

OBJETO	LICITANTE VENCEDOR	VALOR TOTAL
Serviços de Auditoria Externa Independente	FGA Contabilidade Eireli	R\$ 49.000,00

A empresa foi julgada como vencedora do Processo Administrativo de Licitação n.º 002/2019, e a mesma deverá prestar os serviços nos termos do termo de referência/projeto básico e edital que deu origem este procedimento administrativo.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 21 de agosto de 2019.

  
GERALDA PINTO MASCENA  
PRESIDENTE DA CPL



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**Ofício nº: 02/2019.**

**Serviço da CPL**

**Assunto: Comunicação (faz)**

**Data: 22 de agosto de 2019.**

**Prezado(a) Senhor(a),**

Com minha cordial visita, cumprindo determinação do Art. 109, § 1º da Lei 8.666/93, comunico a V. Sª. o resultado do julgamento do processo administrativo de licitação, referente ao tomada de preços nº: 001/2019 conforme a seguir:

1. Homologada a empresa **FGA Contabilidade Eireli**, vencedora da proposta no valor global R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Portanto, venho por meio deste convocá-lo para que no prazo de cinco dias úteis, compareça a sede do Legislativo Municipal para assinatura do contrato, portando os documentos de habilitação que constam no edital, sob pena de não comparecimento, será aplicado às penalidades previstas no Edital e na Lei de Licitações e imediatamente convocado o segundo colocado.

Atenciosamente,

  
**GERALDA PINTO MASCENA**  
**PRESIDENTE DA CPL**





## CONTRATO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo de Licitação nº. 002/2019

Tomada de Preços Nº. 001/2019

Termo de Contrato Administrativo nº. 010/2019

Termo de contrato que entre si fazem o Poder Legislativo de Divinolândia de Minas e a empresa FGA Contabilidade Eireli, tendo como objeto a prestação de serviços de auditoria.

Por este instrumento de **CONTRATO**, de um lado **CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº: 01.628.137/0001-58, representada por seu Presidente, **ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**, brasileiro, convivente, autônomo, inscrito no CPF sob o nº: 001.619.156-04 e Carteira de Identidade nº: MG-7.699.227, com sede à Praça José de Souza Madeira, nº: 22, Centro, CEP: 39735-000, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, FGA Contabilidade Eireli, inscrita no CNPJ: 02.337.635/0001-04, situada à Rua Rua Diamantina, nº. 239, Bairro Distrito, Cidade de Itamarandiba, estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo Srº. Deivson Sena de Aguiar, Brasileiro, Casado, Contador, inscrito no CPF: 049.667.966-01, RG: MG-10.599.021, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com o Processo Licitatório nº: 02/2019, na modalidade Tomada de Preços nº: 01/2019, do tipo menor preço, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

### CLAUSULA PRIMEIRA – Objeto

**1.1-** O presente **CONTRATO**, tem por objeto a prestação de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

**1.1.1.** Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Tomada de Preços nº: 01/2019, com seus Anexos, e a Proposta da **CONTRATADA**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**1.1.2.** Ao assinar o presente contrato, a Contratada declara sua expressa concordância com a adequação do projeto básico, sujeitando-se, em caso de alterações contratuais, à disciplina da Lei 8.666/93 e suas alterações;

**CLAUSULA SEGUNDA- Da execução do contrato.**

**2.1-**A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

**CLAUSULA TERCEIRA- Da vigência.**

**3.1-** A CONTRATADA deverá executar os serviços a partir da emissão da Ordem de Serviço, expedida pela Câmara Municipal em até 05 (cinco) dias após a data da assinatura do Contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 57, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.1.1-** O Contrato poderá ter sua vigência prorrogada nos termos do que dispõe o art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLAUSULA QUARTA - Do valor/pagamento**

**4.1-**O valor total do presente contrato é de R\$ 49.000,00 (quarenta nove mil reais).

**4.1.1-**O pagamento observará a execução dos serviços mensalmente, conforme relatório de atividades, proporcional aos serviços executados em até 15 (quinze) dias mediante apresentação de Nota Fiscal.

**4.1.2.** O pagamento do valor de cada prestação de serviços estará condicionado à entrega de relatório de atividades.

**4.1.3.-** Não será efetuado qualquer pagamento à licitante vencedora enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigação em virtude de penalidades ou inadimplência contratual.

**4.2-**O pagamento será feito por meio de ordem bancária, tomada junto ao Banco do Brasil S.A., ou em outra instituição financeira informada pela licitante vencedora discriminado na nota fiscal.

**4.3-** As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da adjudicatária.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**4.4-** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da regularidade da licitante vencedora junto à Seguridade Social- CND e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF

**4.5-** Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLAUSULA QUINTA- Do reajustamento.**

**5.1-** Poderá ser reajustado o valor dos serviços contratados e não executados, mediante iniciativa da **CONTRATADA**, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano contado da data de apresentação da proposta, tendo como base a variação do IPCA.

**Parágrafo Único-** Os efeitos financeiros do reajuste serão devidos a partir da solicitação da **CONTRATADA**, precluindo o seu direito após a execução dos serviços.

**CLAUSULA SEXTA - Da dotação orçamentária.**

**6.1** A despesa resultante desta licitação ocorrerá por conta da SEGUINTE dotação.

Dotação Orçamentária	Ficha	Fonte Recurso
01.01.01.01.031.0001.2002. 3.3.90.35.01	(F12)	100

**6.2** - A despesa para os anos subseqüentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada na Lei Orçamentária Anual.

**CLAUSULA SÉTIMA – Das obrigações das partes.**

**7.1-** Constituem obrigações da contratada:

- a)** Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido, obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no Termo de Referência do edital.
- b)** Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do descumprimento do contrato.
- c)** Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, comerciais, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



deste contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual.

**d)** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**e)** Garantir o sigilo dos dados da Câmara, sendo vedada a sua utilização para outros fins.

**f)** Disponibilizar todos os meios como equipamentos, apoio em pessoal e outros que se façam necessários à execução dos serviços profissionais de auditoria independente.

**g)** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**h)** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

**i)** Zelar pela preservação do sigilo e pelo uso restrito à execução do objeto deste contrato.

**j)** Respeitar e assegurar o sigilo relativamente às informações obtidas durante a execução dos serviços, não as divulgando, sob nenhuma circunstância, sem autorização expressa da CONTRATANTE, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

**7.2 - São obrigações da Contratante, além de outras decorrentes da natureza do contrato**

**a)** Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal do Contrato com o seu respectivo ateste e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

**b)** Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante do edital.

**c)** Proporcionar todas as facilidades necessárias a execução do objeto licitado, fornecendo todos os documentos necessários para a auditoria.

**d)** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

**e)** Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto desta licitação.

**f)** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a inexecução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**g)** A cobertura das despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste instrumento será realizada mediante o pagamento direto ao prestador de serviço pela CONTRATANTE.

**CLAUSULA OITAVA - Do aumento ou supressão.**

**8.1**-No interesse da **Câmara Municipal**, o valor inicial atualizado do contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA NONA- Da alteração do contrato**

**9.1** - O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse da Câmara Municipal, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA- Da fiscalização/acompanhamento.**

**10.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**10.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

**10.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, dando ciência à contratada através do visto em seu registro próprio, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**10.4.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**13.5.** Todas as inconsistências verificadas nas faturas deverão ser contestadas pelo Fiscal do Contrato ou seu substituto.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- Subcontratação.**

**11.1**-É vedada a subcontratação total dos serviços objeto deste Contrato, nos termos do art. 72 da Lei nº 8.666/93.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**11.1.1**-A subcontratação parcial dos serviços só será admitida mediante autorização prévia e expressa da Câmara Municipal, nos seguintes limites: exclusivamente nos casos de notória especialização, execução de atividade-meio e/ou de serviços em atraso.

**11.1.2**-A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- Da Rescisão.**

**12.1**-A rescisão do presente contrato poderá ser determinada na forma disposta no projeto básico que integra o edital que precede este contrato e ainda:

**12.1.1**- determinada por ato motivado da Câmara Municipal, após processo regular, assegurado o contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78 I a XII e XVII da Lei de Licitações.

**12.1.2** - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Câmara Municipal;

**12.1.3** - judicial, nos termos da legislação.

**12.2** - No caso de rescisão do Contrato, ficará suspenso o pagamento à Contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- Das Sanções.**

**13.1**- Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

**a)** advertência;

**b)** multa;

**c)** suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Divinolândia de Minas pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme Inciso III do Art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**d)** impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; e

**e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos do Inciso IV do Art 87, da Lei nº 8.666/93.

**13.2.**A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

**a)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato;





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**b)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho; e

**c)** multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato e de situação regular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da nota de empenho.

**13.3.** A multa aplicada, não impede que a CONTRATANTE rescinda o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

**13.4.** A multa aplicada após regular processo administrativo será descontada da garantia do respectivo contrato caso não seja paga pelo licitante.

**13.5.** A multa aplicada e não recolhida através GRU, será cobra da judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Do pagamento de Multas e penalidades.**

**14.1-** Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pela **Contratante** à **Contratada**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pela **contratante**.

**14.2-** Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **Contratada**, a **Contratante** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à **CONTRATADA**.

**14.3-** As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a contratada por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- Das disposições Gerais.**

**15.1-** Deverá a **CONTRATADO (a)** observar, também, o seguinte:

**a)-** é expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal;

**b)-** a subcontratação parcial dos serviços só será admitida se previamente autorizada pela Câmara Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



c)- Vinculam-se a este **CONTRATO** os termos do Edital de Tomada de Preços nº. 01//2019 e seus anexos, bem como a proposta de preços apresentada pela **CONTRATADA**, independentemente de menção expressa neste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Foro.**

**17.1-** As partes elegem o Foro da Comarca de Virginópolis, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da interpretação e/ou execução deste instrumento.

Por estarem assim justos e acertados, assinam este contrato na presença de duas testemunhas de tudo cientes.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, 26 de agosto de 2019.

  
**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
Odécio Bibiano da Silva - Presidente  
**CONTRATANTE**

  
**FGA CONTABILIDADE EIRELI**  
CNPJ: 02.337.635/0001-04  
**CONTRATADA**





**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2019**

**PARTES:** Câmara Municipal de Divinolândia de Minas X FGA Contabilidade Eireli.

**Objeto do Contrato:** Prestação de Serviços de Auditoria Externa Independente, compreendendo Auditoria nas Contas e Procedimentos da Câmara Municipal de Divinolândia de Minas nos Exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na Prestação de Contas do Executivo Municipal dos exercícios de 2017/2018/2019, Auditoria na execução de despesa conforme Procedimentos Licitatórios indicados pelo Legislativo, visando auxiliar a Câmara Municipal na sua função institucional de órgão fiscalizador.

**Data do Contrato:** 26/08/2019.

**Vigência do Contrato:** 26 de janeiro de 2020.

**Valor Global do Contrato:** R\$ 49.000,00 (quarenta nove mil reais).

**Dotação Orçamentária:**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FONTE DE RECURSO / SICOM		NOMENCLATURA
01.01.01.01.031.0001.2002. 3.3.90.35.01 (F12)	1	Recursos do Exercício Corrente	Outros serviços/Pessoa Jurídica
	00	Recursos Ordinários	

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Avisos da Câmara Municipal, no prazo legal.

  
**GERALDA PINTO MASCENA**  
PRESIDENTE DA CPL



**CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINOLÂNDIA DE MINAS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**ORDEM DE SERVIÇO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N.º 002/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2019**  
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO: 010/2019

À  
FGA Contabilidade Eireli.

A Câmara Municipal de Divinolândia de Minas, baseada na homologação do Processo Administrativo de Licitação em epígrafe, ordena à empresa acima citada, a iniciar os serviços relacionados na proposta apresentada e acordado com contrato administrativo nº. 010/2019, firmado no dia 23 de agosto de 2019.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas - MG, 26 de agosto de 2019.

**ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**  
Vereador Presidente





## **DESPACHO DE ARQUIVAMENTO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO DE LICITAÇÃO N.º 002/2019**  
**TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2019**

Ultimados os procedimentos dos serviços, objeto desta licitação, com a emissão do empenho, confirmando a liquidação, efetuado o pagamento, dada a quitação e extinção da obrigação, de acordo com o disposto na Lei Federal n.º 4.320/64, determino o arquivamento dos autos do Processo Administrativo de Licitação n.º 002/2019 – Tomada de Preços n.º 01/2019.

Determino ainda que o Processo deverá permanecer arquivado por período superior a cinco anos, estando a disposição dos órgãos fiscalizadores sob a responsabilidade da Controladoria.

Cumpra-se,

Junte-se.

Câmara Municipal de Divinolândia de Minas– MG, 30 de agosto de 2019.

  
**ODÉCIO BIBIANO DA SILVA**  
Vereador Presidente